

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
CURSO DE MESTRADO
LINHA DE PESQUISA: TRABALHO E EDUCAÇÃO**

**A
FORMAÇÃO SINDICAL-PROFISSIONAL DA
CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES (CUT),
DESEMPREGO E
A CONFIGURAÇÃO ATUAL DO MERCADO CAPITALISTA**

NIVALDO ROBERTO MORETTO

FLORIANÓPOLIS

2004

NIVALDO ROBERTO MORETTO

A
FORMAÇÃO SINDICAL-PROFISSIONAL DA
CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES (CUT),
DESEMPREGO E
A CONFIGURAÇÃO ATUAL DO MERCADO CAPITALISTA

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado
do Programa de Pós-Graduação em Educação
da Universidade Federal de Santa Catarina como
requisito parcial à obtenção do Grau de Mestre.
Orientador Prof. Dr. Paulo Sérgio Tumolo.
Linha de Pesquisa: Trabalho e Educação

BANCA EXAMINADORA

Prof^a Dr^a Sonia Maria Rummert
Universidade Federal Fluminense

Prof. Dr. Nildo Domingos Ouriques
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof. Dr. Paulo Meksenas
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof. Dr. Paulo Sérgio Tumolo
Universidade Federal de Santa Catarina
Presidente

DEDICO

À equipe do 13 de Maio – Núcleo de Educação Popular
por possibilitar-me a base teórica deste trabalho.

À Elenice, Maria Elisa, Kátia Hanna,
Bibi e Rô Steffen
pelo incentivo e pelas longas conversas
sobre a vida, e, em especial, sobre este projeto.

À **Agostinho Moretto**, meu pai, *in memoriun*,
e **Aparecida C. Moretto**, minha mãe, que
na prática cotidiana me ensinaram como se
luta pela vida nesta sociedade.

AGRADEÇO

À Bel e Paulinho pela acolhida, apoio e amizade.

Aos professores, colegas e amigos do mestrado
pela agradável convivência e pelo aprendizado.

Ao professor Paulo Sérgio Tumolo,
mais que orientador, grande amigo e companheiro.
Brilhantemente soube mostrar-me o caminho das pedras.

Obrigado !

À CAPES, pela ajuda financeira que contribuiu
decisivamente para a realização deste trabalho.

RESUMO

O objetivo deste trabalho é analisar o enfoque dispensado sobre o tema do desemprego, pelo programa de formação sindical-profissional da Central Única dos Trabalhadores (CUT) na última década do século XX. As transformações econômicas, políticas e sociais em ocorrência no Brasil e no mundo, configurando-se como novo padrão produtivo, em alternância ao modelo (fordista/keynesiano) que foi hegemônico até os anos de 1970, trazem como conseqüência direta aos trabalhadores, mudanças nas condições e relações de trabalho, tendo o desemprego crescente como manifestação mais explícita. Frente a isso, a Central Única dos Trabalhadores adota a estratégia política propositiva e reconfigura seu programa educativo, voltando sua prioridade a esse grave problema. Essa mudança se expressa na adoção da formação profissional e na ação sindical nos espaços institucionais que se ocupam do referido tema. Visando analisar criticamente esta problemática, o presente trabalho recorre ao referencial de análise marxista, para oferecer uma abordagem diferenciada da questão e confrontar a explicação que fundamenta aquela estratégia.

ABSTRACT

This paper aims to analyze how the Brazilian trade-union Central Única dos Trabalhadores (CUT) approached, through its political agenda and its training programs, the raising unemployment felt in Brazil in the last decade of the 20th century as a result of the new pattern of production that replaced the Ford-Keynesian model, changing the work conditions and the work relations. For a broader understanding and to confront CUT's point of view the critical analyzes of the subject will be based on the Marxist theory.

LISTA DE SIGLAS

- ADS** – Agência de Desenvolvimento Sustentável
- ALCA** – Acordo de Livre Comércio das Américas
- BID** – Banco Interamericano de Desenvolvimento
- CEFETS** – Centros Federais de Educação Tecnológicas
- CEPAL** – Comissão Econômica das Nações Unidas para a América Latina
- CESIT** – Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho
- CLT** – Consolidação das Leis do Trabalho
- CNM** – Confederação Nacional dos Metalúrgicos
- CODEFAT** – Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador
- CONCLAT** – Congresso Nacional das Classes Trabalhadoras
- CONCUT** – Congresso Nacional da CUT
- CONTAG** – Confederação Nacional dos Trabalhadores Agrícolas
- CUT** – Central Única dos Trabalhadores
- DESEP** – Departamento de Estudos Sócio-Econômicos e Políticos
- DIEESE** – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos
- FAT** – Fundo de Amparo ao Trabalhador
- FGTS** – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
- FMI** – Fundo Monetário Internacional
- IBGE** – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- MR8** – Movimento Revolucionário 8 de Outubro
- OCDE** – Organização de Cooperação Econômica e Desenvolvimento
- OIT** – Organização Internacional do Trabalho
- OMC** – Organização Mundial do Comércio
- ONU** – Organização das Nações Unidas
- PEA** – População Economicamente Ativa
- PCB** – Partido Comunista Brasileiro

PCdoB – Partido Comunista do Brasil

PED – Pesquisa de Emprego e Desemprego

PIB – Produto Interno Bruto

PME – Pesquisa Mensal de Emprego

PNAD – Pesquisa Nacional de Amostra a Domicílio

PNF – Política Nacional de Formação

PROGER – Projeto de Geração de Renda

PT – Partido dos Trabalhadores

SEADE – Sistema Estadual de Análise de Dados

SNF – Secretaria Nacional de Formação

SINE – Serviço de Informação Nacional de Emprego

SUMÁRIO

1 Introdução.....	10
1.1 Procedimento de pesquisa	13
1.2 Resultado da pesquisa	14
2 Central Única dos Trabalhadores: formação sindical e desemprego	19
2.1 Fundação e desenvolvimento	23
2.2 Implementação de nova estratégia nos anos de 1990	31
2.3 A formação sindical da CUT e o tema do desemprego	37
2.4 Estratégia política e formação	47
2.5 Experiência de formação sindical sobre o tema do desemprego	49
2.6 O que dizem os dirigentes	57
3 O desemprego no Brasil e as interpretações correntes	62
3.1 O que dizem as estatísticas	64
3.2 Como os autores analisam	68
3.2.1 Modernização conservadora e desordem do trabalho	72
3.2.2 Mais e melhores empregos	85
3.3 Consonância de visões	91
4 O desemprego na ordem social do capital	93
4.1 Acumulação capitalista e população trabalhadora excedente	100
4.2 O desenvolvimento do fordismo como padrão de acumulação	103
4.3 Crise estrutural e a emergência da acumulação flexível	113
4.4 As formas atuais da população excedente	118
4.5 Reestruturação produtiva e luta de classes	122

5. Considerações finais	128
6. Referências	151
7. Anexo	158

1. INTRODUÇÃO

As transformações econômicas e políticas que o mundo vem experimentando nas três últimas décadas do século XX têm provocado intenso debate teórico e político nos mais diversos espaços, sejam acadêmicos ou dos movimentos sociais. A discussão envolve todas as áreas do conhecimento, notadamente no campo das ciências sociais. Por exemplo, é bastante vigorosa a polêmica, em algumas dessas áreas, sobre a centralidade do trabalho na produção e valorização do capital, portanto, como categoria analítica. Na educação, a controvérsia sobre seu princípio educativo ganha relevância nesta conjuntura de **crise da sociedade do trabalho**.

No Brasil, a reestruturação produtiva se torna mais evidente a partir da segunda metade dos anos 80. Já as transformações econômicas e políticas, denominadas neoliberais por envolver a redução das taxas de importação, a privatização das empresas estatais e as reformas no âmbito do Estado, se explicitam no decorrer dos anos de 1990. A polêmica oriunda dessas mudanças, que atingem todos os segmentos da sociedade, como não poderia deixar de ser, impregna também, as organizações dos trabalhadores e os movimentos sociais.

A Central Única dos Trabalhadores – CUT, como uma dessas organizações, impulsionada pelas mudanças nas condições produtivas, nas relações políticas e do trabalho, reformula sua estratégia de ação e, em consequência, altera substancialmente a orientação de suas atividades pedagógicas. Conforme apuramos nos documentos e textos sobre a CUT, as alterações processadas, tanto na estratégia política quanto na proposta de ação pedagógica, ocorreram em resposta às contradições advindas daquelas transformações, ou seja, frente às novas condições e relações de trabalho, segundo a Central, outra forma de agir se fazia necessária aos trabalhadores. Em outras palavras, era preciso se adaptar aos novos tempos.

Instigado a acompanhar o novo posicionamento deste relevante **ator social** na conturbada conjuntura, bem como a orientação política que esta central desenvolve junto a seus filiados é que escolhemos suas atividades educativas para se constituírem em objeto deste trabalho. Entendemos que a formação sindical, como tais atividades educativas são comumente denominadas, tende a expressar a concepção que a organização social proponente possui sobre as condições objetivas em que atua. Esta concepção tende a ser crítica e revolucionária quando utiliza-se de instrumentais de análise, visando o questionamento da realidade pelas causas fundamentais, ou, então, expressar algum tipo de conformismo quando não se dispõe a aprofundar a investigação aos elementos estruturais dos fenômenos, assumindo, assim, atividades adequadas a ordem vigente. Procurando evidenciar a posição que a central vem assumindo, adotamos o tema do desemprego como mediação nesta análise.

Portanto, a escolha deste tema como mediador se explica por três motivos básicos: primeiro, porque seu agravamento decorre das transformações econômicas, políticas e sociais em curso desde os anos 80 no mundo e, em especial, no Brasil; segundo, porque,

constatamos que este tema transformou-se no eixo principal da Política Nacional de Formação – PNF da CUT nos anos 90; e, terceiro, em virtude de um dos objetivos deste trabalho constituir na explicitação da concepção que a CUT possui sobre as relações sociais de produção vigentes, pois pressupomos que a análise que se faz do referido problema e a proposta de ação que dela decorre, tende a expressar sua concepção mais ampla de sociedade.

O interesse por investigar a formação desenvolvida pela CUT nasceu da curta e fragmentada experiência que tivemos como formador sindical em três das sete escolas orgânicas da CUT, entre 1999 e 2002¹. A experiência possibilitou-nos aproximação com o programa formativo e a constatação de sua relação prioritária com o tema do desemprego, tendo em vista a adoção da qualificação profissional como campo estrutural da intervenção pedagógica da central, notadamente, a partir do 5º Congresso da CUT, realizado em 1994. Este contato suscitou questões que vieram impulsionar nossa investigação, as quais, basicamente, referem-se à compreensão da Central sobre o problema, pois, a adoção da formação profissional como primordial em sua proposta de intervenção pedagógica nos parecia significar sua posição política frente à questão. Acreditaria a CUT que a formação profissional constitui instrumento de enfrentamento do problema? Qual a relação da

¹ Na primeira, Escola Sindical Sete de Outubro, localizada em Belo Horizonte, atuamos como educador entre junho de 1999 a novembro de 2000, em um programa de formação de dirigentes da Confederação Nacional dos Metalúrgicos. Era um programa multidisciplinar e com caráter de qualificação profissional. Financiado pelo Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT, foi bruscamente interrompido na metade do seu percurso por problemas no repasse dos recursos estruturantes do projeto. Na segunda, Escola Centro-Oeste de Formação Sindical, situada em Goiânia, realizando, entre outubro de 2001 e março de 2002 em Cuiabá, o desenvolvimento de um curso de formação de dirigentes, composto de três módulos de 24 horas, que envolveu vinte e cinco sindicalistas do estado do Mato Grosso. E, na terceira, Escola Sindical Sul de Florianópolis, também com contrato interrompido inesperadamente por problemas de repasse dos recursos do FAT, trabalhamos entre junho a outubro de 2002 no programa estadual de formação de dirigentes sindicais.

estratégia política com a formação profissional desenvolvida? Que análise a CUT faz do atual momento histórico? Como entende o agravamento do desemprego no mundo e em especial no Brasil? Quais as causas fundamentais do desemprego e como a CUT as trata no programa formativo? Que ações políticas seu entendimento sugere?

1.1 PROCEDIMENTO DE PESQUISA

Desafiados a responder estas questões nos dispusemos a realizar a pesquisa que obedeceu aos seguintes procedimentos:

- **Levantamento bibliográfico:** buscamos levantar, selecionar e analisar a bibliografia referente à formação sindical desenvolvida pela CUT, bem como ao tema eleito para balizar o estudo que pretendíamos empreender. O exame dos textos e documentos sobre a formação possibilitou-nos confirmar a significativa mudança sofrida pela proposta pedagógica no período. Esta constatação nos remeteu à relacioná-la com a nova estratégia política que verificamos ter sido adotada no início dos anos 90. Portanto, a investigação se estendeu à trajetória estratégica da Central. Nesse sentido, a história política da CUT transformou-se, também, em objeto necessário de apreensão.

Focando o estudo no tema do desemprego, fomos percebendo que a posição política da Central decorria, não só da constatação empírica, como também, de determinados referenciais teóricos. Essa averiguação forçou-nos a agregar ao levantamento bibliográfico e ao nosso estudo, a análise que vem sendo realizada por pesquisadores do tema no Brasil.

Uma vez obtida a posição da Central sobre a questão do desemprego, empreendemos um estudo sobre a Lei Geral da Acumulação Capitalista elaborada por Marx, além de uma busca bibliográfica de autores de linhagem marxista que, de alguma maneira, se dedicavam ao tema. O estudo deste material possibilitou a construção de uma

explicação diversa sobre o assunto, que procuramos confrontar com a explicação obtida através dos documentos que sustentam a posição da CUT.

No processo de busca documental, também utilizamos o recurso *on line* para pesquisa de textos e informações empíricas. Assim, acessamos as páginas *web* de diversas instituições como a da Central Única dos Trabalhadores, do Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Sócio-Econômico (Dieese), da Fundação Perseu Abramo, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), da Organização Internacional do Trabalho (OIT), do Partido dos Trabalhadores (PT) e de bibliotecas universitárias, entre outras.

▪ **Entrevistas:** Além da pesquisa bibliográfica e *on line*, e tendo em vista a busca de informações complementares sobre a problemática, lançamos mão do instrumento entrevistas. Realizamos uma série delas² com dirigentes da instância estadual da CUT em Santa Catarina. Procuramos contemplar neste grupo de dirigentes, a diversidade de perfis e posições políticas³ que conformam a CUT no presente momento, uma vez que este recurso de levantamento de informação foi utilizado após a realização do último congresso da central e portanto, abrangeu os sindicalistas que compõem a nova direção estadual da CUT, com mandato até 2006.

1.2 RESULTADO DA PESQUISA

O resultado da pesquisa está contido em três capítulos. No primeiro, intitulado *Central Única dos Trabalhadores: formação sindical e desemprego*, resgatamos a história da CUT, desde sua fundação, procurando situar o tema do desemprego no seu arcabouço de ações políticas. Este trabalho possibilitou confirmar que a concepção de estratégia política,

² Vide roteiro em anexo.

³ Chamadas tendências políticas.

motivo de disputa acirrada entre os vários agrupamentos (tendências) internos nos seus primeiros anos de vida, havia sofrido alteração relevante. Assim, na virada dos anos 80 para 90, após intenso e obstinado debate, uma nova concepção de ação política, caracterizada pela proposição, negociação e participação nas instâncias institucionais, se firma como hegemônica. Ao mesmo tempo procuramos situar as mudanças que a formação sindical sofreu em decorrência da alteração da proposta de ação política. Esta mudança se expressa na formação profissional como atividade educativa prioritária a partir de 1995. Desse modo, da concepção de formação sindical como sinônimo de formação política (de caráter classista e, portanto, anticapitalista) dos primeiros anos de sua história, a CUT passa a ocupar-se da qualificação profissional como eixo principal de suas atividades educativas. O estudo bibliográfico possibilitou o entendimento, depois, confirmado pela entrevistas com os dirigentes, que esta proposta pedagógica constitui uma das ações de enfrentamento ao problema crescente do desemprego. Outra ação implementada pela CUT, para fazer frente ao desemprego, encontra-se expressa na experiência de formação de dirigentes sindicais, que citamos neste capítulo, refere-se à intervenção nos espaços institucionais que se ocupam do tema. A terceira ação pedagógica no enfrentamento do desemprego, também confirmada pelas entrevistas com os dirigentes, é a fomentação de experiências autogestionárias de produção⁴. Compreendemos, pelo estudo realizado, a correspondência existente entre a concepção estratégica adotada pela CUT nos anos 90 e a concepção de formação pautada pela qualificação profissional e pela participação nos espaços públicos. Esta concepção de formação sindical, coerente com a estratégia política, constitui expressão

⁴ Além dessas ações, a CUT também orienta as direções sindicais negociarem a redução da jornada de trabalho de 44 para 40 horas semanais, pois, entende-se que esta medida, adotada em grande escala, acarretaria aumento na oferta de postos de trabalho.

da análise da Central, que procuramos situar nos dois primeiros capítulos, sobre o problema do desemprego.

No segundo capítulo, *O desemprego no Brasil e as interpretações correntes*, além de apresentar o quadro evolutivo do desemprego no Brasil através das duas principais pesquisas (Pesquisa de Emprego e Desemprego- PED do Dieese e a Pesquisa Mensal de Emprego - PME do IBGE) realizadas sobre o tema, sintetizamos a análise do problema e as propostas de solução, de diversos autores brasileiros que discorrem sobre a questão. No geral são autores que têm seus textos utilizados nas atividades educativas da Central. Destacamos autores como Pochmann, que, baseado em abrangente trabalho, sugere ações no âmbito governamental visando realizar “reformas civilizatórias no capitalismo nacional”; Mattoso, que considera as reformas realizadas pelo capital no sistema produtivo como “conservadoras”, por não contemplarem o interesse dos trabalhadores no seu rol, entende as mudanças nas condições e relações de trabalho como “desordem do trabalho”, e sugere, como alternativa desta **desordem**, o controle democrático do mercado. Outros autores, como Tavares e Cano, são também arrolados e suas avaliações e propostas de solução demonstram convergência com as anteriores. Citamos ainda, o programa *Mais e Melhores Empregos*, do Partido dos Trabalhadores, que propõe “a indução do capital privado a investir na produção e a democratização dos direitos de propriedade” como alternativa ao crescente problema. Ao final, constatamos a consonância entre as análises empreendidas internamente na CUT, no seu programa educativo e a apresentada pelos estudiosos do tema. Para eles, o problema decorre das políticas econômicas adotadas que negligenciaram, até então, o aspecto social do desenvolvimento econômico, resultando nas críticas condições de existência de enormes camadas da população brasileira.

No capítulo seguinte, *O desemprego na ordem social do capital*, desenvolvemos uma análise do fenômeno fundamentada na *Lei Geral da Acumulação Capitalista* elaborada por Marx no capítulo XXIII de *O Capital*. O estudo discorrido neste capítulo, apoiado, também, no trabalho de outros autores, leva-nos a uma compreensão diversa. A população trabalhadora excedente é resultado de leis imanentes das relações sociais capitalistas, podendo manifestar-se de forma relativa ou aguda, dependendo de uma série de condições, econômicas, mas, fundamentalmente, políticas. Buscamos mostrar neste capítulo a constituição do fordismo, em junção às proposições keynesianas, como sistema produtivo em resposta às constantes crises das primeiras décadas do século XX e a emergência do padrão de acumulação flexível como alternativa à crise do fordismo. [Procuramos, nesse momento, explicitar o desenvolvimento das contradições que levaram o capital, depois de longo tempo de expansão, à necessidade de superação daquela forma produtiva, para resolver as contradições intrínsecas àquele modelo que produziram a sua crise e como a resolução daquela crise convergiu no agravamento dos problemas relacionados às condições de trabalho da atualidade]. Este estudo possibilitou-nos o entendimento de que, assim como as relações de trabalho, as ações econômicas dos países também estão subsumidas à lógica de acumulação do capital. Nesse sentido, as políticas econômicas assumidas pelos países correspondem às necessidades do movimento variante do capital.

A explicação alcançada demonstra que, na ordem social do capital, enfrentar o problema do desemprego da forma que a CUT está se dispondo a fazer é irrelevante diante da lógica que o gera, da gravidade atual do problema e da tendência flexibilizadora das relações de trabalho e, por outro lado, aquém do poder político potencial dessa organização dos trabalhadores brasileiros.

Nas *Considerações finais*, balizados pela construção teórica desenvolvida no quarto capítulo, procuramos relacionar as propostas de ação política da CUT e da formação sindical sobre o tema do desemprego, com a configuração atual do mercado capitalista. É importante observar que nos referimos ao mercado como expressão do atual padrão de produção e acumulação do capital. Portanto, esforçamo-nos por relacionar os vários aspectos que compõem a problemática, como adaptações materiais das condições para continuidade normal de produção do capital. O desemprego, que do ponto de vista da classe trabalhadora é consequência do processo, para o capital, compõe as medidas necessárias à manutenção de seu movimento expansivo, por mais contraditório que isso possa parecer.

Tentamos mostrar que há incompatibilidade entre a proposta distributiva de inspiração keynesiana a ser realizada na ordem capitalista através de políticas desenvolvidas pelo governo e a atual disposição do mercado, cuja característica fundamental é a flexibilidade das normas de regulação de todos os seus aspectos: seja dos espaços nacionais, reduzindo ou acabando com as taxas alfandegárias para facilitar o livre trânsito das mercadorias e dos capitais, ou, das relações de trabalho reduzindo seus custos, por exemplo.

Nesse sentido, o presente trabalho constitui-se como questionamento à postura política da Central Única dos Trabalhadores, a qual orienta a ação sindical nos fóruns institucionais, buscando realizar as reformas no capitalismo que interessam aos trabalhadores, pois o estudo do movimento do capital, especialmente na conjuntura que marca a passagem para o século XXI, indica possibilidades cada vez menores de realização deste tipo de reformas. Buscamos apontar que, mesmo os modelos econômicos de âmbito nacional, na presente ordem social, subordinam-se à dinâmica da reprodução ampliada do

capital. Assim, sua eficácia, do ponto de vista social e distributivo, torna-se cada vez mais restrita.

Por fim, é preciso fazer uma observação. Temos certeza que o tema-objeto em questão é mais amplo e complexo do que conseguimos abordar, temos absoluta convicção de que seu resultado apresenta limites, por isso, não pretende, nem de longe, ser um trabalho definitivo sobre o assunto, ao contrário, visa, na medida do possível, contribuir com a abertura de possibilidades para novas pesquisas e enfoques a serem desenvolvidos sobre o tema.

2 CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES: FORMAÇÃO SINDICAL E DESEMPREGO

Ao completar 20 anos de existência, no dia 28 de agosto de 2003, a Central Única dos Trabalhadores (CUT) congregava em suas instâncias organizativas 3.353 sindicatos filiados, com 7,5 milhões de sindicalizados e representando 22 milhões de trabalhadores, segundo informava sua “home page” naquela data. Esses números, segundo seus próprios documentos, dão-lhe o significado de maior central sindical da América Latina e uma das mais importantes do mundo.

As transformações estruturais e políticas sofridas nesse tempo, segundo seus principais documentos, não modificaram substancialmente de seu ideário, os princípios políticos⁵ que fundamentaram a sua criação. Citamos abaixo uma das últimas formulações

⁵ Resoluções do 5º e 8º Concut. A formulação do caráter transformador e socialista da CUT, também, está presente em seu Estatuto; que no Capítulo I (Dos objetivos fundamentais) em dois artigos os assegura:

em que tais princípios encontram-se presentes. Trata-se do texto base da Direção Nacional sobre estratégia política encaminhado aos delegados do seu 8º Congresso⁶:

A CUT desde a sua fundação, procura desenvolver a **luta pelos objetivos imediatos e históricos** dos trabalhadores buscando, numa perspectiva democrática, o alcance de uma **sociedade socialista**, justa, fraterna e **igualitária**, fundada pela **superação dos marcos do capitalismo**. O 8º Concut reafirma este **compromisso de classe** para a continuidade do enfrentamento dos desafios históricos e imediatos, definindo suas estratégias para o próximo período. Durante a última década, o debate interno na CUT foi permeado pela discussão sobre qual a estratégia mais adequada para que se alterasse a correlação de forças na sociedade, abrindo caminhos para as grandes mudanças estruturais na perspectiva socialista.” (CUT, 2003a, grifo nosso)

No entanto, ao estudar a sua história, encontramos entre os autores⁷ que pesquisam o seu desenvolvimento, consenso de que a estratégia política, norteadora de sua fundação e de seus primeiros anos de vida, sofreu significativa mudança a partir de 1990. Em resumo, para os autores que realizam análise crítica do processo, a CUT transitou de um sindicalismo combativo e de confronto, de postura classista e de perspectiva socialista, para uma ação sindical propositiva, de negociação e de participação dentro da ordem vigente, com perspectiva de conquista da cidadania. Portanto, para esses autores, há incompatibilidade entre a nova estratégia política e os princípios originários que motivaram sua criação. Para a tendência Articulação, que detém a hegemonia na disputa política da Central, defensora das novas propostas políticas, a CUT apenas aperfeiçoou sua estratégia

Artigo 2º: A CUT é uma organização sindical de massas em nível máximo, de **caráter classista**, autônomo e democrático, cujos fundamentos são o compromisso com a defesa dos interesses imediatos e históricos da classe trabalhadora, a luta por melhores condições de vida e trabalho e o **engajamento no processo de transformação da sociedade brasileira em direção à democracia e ao socialismo**.

Artigo 3º: A CUT tem como objetivo fundamental **organizar**, representar sindicalmente e **dirigir, numa perspectiva classista**, a luta dos trabalhadores brasileiros da cidade e do campo, do setor público e privado, ativos e inativos, na defesa dos seus interesses imediatos e históricos. (CUT, 1994. Grifo nosso).

⁶ Realizado em junho de 2003.

diante das novas demandas impostas pelas transformações estruturais vividas pela sociedade.

Embora a trajetória política não seja nosso foco principal, constituiremos resumidamente esse percurso tendo em vista a sua importância para a compreensão do significado da ação sindical sob a nova proposição estratégica.

Os argumentos de defesa para a adoção da nova posição estratégica aparecem de forma expressiva no texto que segue abaixo, escrito pelo então secretário nacional de formação da CUT, publicado em 1993, na revista Forma e Conteúdo:

O sindicalismo reivindicatório-contestatório, que foi 'motor' da CUT até aqui, não é mais suficiente. Não basta mais mobilizações e greves das campanhas salariais das datas-base ou de momentos conjunturais de reação em determinadas situações de demissões, acidentes do trabalho etc. Não basta mais ação sindical centrada na denuncia e na atuação nas 'portas de fábricas'... Não basta mais uma ação sindical onde o sindicato 'vê' os trabalhadores apenas enquanto força de trabalho e não busca envolver o conjunto das relações sociais dos trabalhadores. Esse modelo sindical está esgotado e quem insistir em continuar reduzido a ele vai promover o esvaziamento da representação sindical.

[...]

Como pensar o papel que o sindicalismo cutista deve desempenhar no Brasil hoje sem uma plataforma ampla que articule a defesa de reivindicações econômicas, sociais e políticas, tendo como marco geral uma análise da crise brasileira, das alternativas de projetos que estão em disputa e uma postura afirmativa das condições de viabilidade de um país com democracia e cidadania para todos? (LORENZETTI, 1993, p. 09)

De fato, o cenário social e político no período compreendido entre 1988 e 1993, considerado de transição para a nova formulação política, era bastante fértil tendo em vista, de um lado, o processo de **modernização** que o país vivia com as chamadas reformas neoliberais; a reestruturação produtiva já em curso em diversos setores trazendo mudanças

⁷ Boito, 1999; Gianotti, 1991,1993; Gianotti & Lopes Neto, 1991; Mora, 2000; Rodrigues, 1993; Tumolo,

nas relações e condições de trabalho; e por outro lado, a perplexidade dos movimentos sociais diante da derrocada do **socialismo real**. Como se pode notar, a conjuntura política, naquele momento histórico, trazia em si componentes bastante críticos, exigindo dos atores sociais análise e posição política. Tais elementos foram muito utilizados na argumentação sobre a mudança de discurso e de conduta estratégica.

Estudando a CUT no bojo desse momento histórico encontramos, realmente, a implementação de uma nova estratégia de ação conduzida pela Articulação Sindical - corrente política majoritária no interior da Central. No entanto, pressupõe-se que uma dada realidade social permite interpretações diversificadas e, conseqüentemente, propostas diferentes de intervenção por parte dos atores envolvidos. A nova estratégia que estava sendo introduzida na CUT, para os autores críticos, significava uma das opções dentre as possíveis. A título de exemplo, Boito Jr (1999) faz a seguinte crítica: “se a mudança na conjuntura impunha um recuo do sindicalismo, com a adoção de uma linha de ação defensiva, ela não impunha a adoção do ‘sindicalismo propositivo’”, implantado a partir de então. Na avaliação desse autor, “essa estratégia levou a central a uma prática hesitante, às vezes contraditória, configurando, no geral, uma estratégia de conciliação com a política neoliberal que acabava de chegar ao poder”. (BOITO JR, 1999, p.142, grifo do autor)

Aparentemente, o desenvolvimento histórico, posterior à aprovação das mudanças organizacionais e da estratégia de ação política, parece dar razão àqueles que propuseram tais mudanças, tendo em vista a implementação das reformas liberais, que, entre outras conseqüências, trouxeram a explosão do desemprego e o decorrente crescimento da

informalidade e da precarização das relações de trabalho no período compreendido entre o início da última década do século XX e os primeiros anos do novo século.

Entretanto, para os analistas críticos as novas proposições não só estão em discrepância com os seus princípios originais, como efetivamente não respondem às contradições advindas das transformações em ocorrência no mundo do trabalho.

É no sentido de compreender mais profundamente este debate e a visão estratégica vitoriosa dentro da CUT, que o tema do desemprego demarca nossa investigação. Esta se circunscreve na apreensão do entendimento que a CUT, orientada pela nova estratégia política, faz do desemprego, e sua conseqüente proposta de ação sindical sobre o tema, considerando ainda, que desse entendimento decorre sua formulação de educação desenvolvida junto às suas instâncias ao longo da última década do século XX. Ou seja, como se trata de uma organização social com propagados objetivos transformadores da realidade concreta, permite supor que a ação formativa oferecida a seus filiados expressa seu entendimento sobre a realidade social que está inserida. O tema do desemprego nos servirá como mediador dessa compreensão.

2. 1 CUT: FUNDAÇÃO E DESENVOLVIMENTO

A constituição da CUT, em 1983, pode ser interpretada como o resultado de três componentes do movimento sindical⁸ que ressurgiu após o período mais fechado e repressivo da ditadura militar implantada no Brasil em 1964: o chamado **novo sindicalismo, as oposições sindicais e o sindicalismo rural**.

Depois das famosas greves promovidas pelos metalúrgicos de Osasco, no estado de São Paulo e Contagem, em Minas Gerais no ano de 1968, um novo surto grevista emerge em diversos setores econômicos, apenas a partir da segunda metade dos anos setenta, dando origem ao que se convencionou chamar de **novo sindicalismo**. As grandes greves dos metalúrgicos na região chamada ABCD paulista, entre os anos de 1978 e 1980 são, sem dúvida, a maior expressão da retomada do movimento sindical que veio a receber essa denominação. No entanto, tal expressão refere-se muito mais à ação política desenvolvida pelas direções sindicais⁹ que a organização em novas bases, pois esta organização preservava ainda a velha estrutura corporativista da Consolidação das Leis do Trabalho, CLT, de 1943.

As **oposições sindicais** compunham naquele momento histórico outro aspecto do movimento sindical que culminaria na criação da CUT. Eram grupos de trabalhadores atuando de forma paralela e muitas vezes em oposição à estrutura sindical oficial. Sem dúvida, em virtude de sua força organizativa e sua capacidade de mobilização¹⁰, a mais expressiva dessas experiências foi a Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo¹¹.

⁸ Sobre a história do movimento sindical no Brasil, vide entre outros: Antunes (1980 e 1990); Carone (1979); Gianotti (1988); e 13 de Maio – Núcleo de Educação Popular (1988).

⁹ Consideradas na época como ‘sindicalistas autênticos’, diferenciando-os das direções sindicais meramente burocráticas, muitas das quais, impostas como interventoras pelos militares.

¹⁰ Como exemplo de sua capacidade organizativa e de mobilização a história registra a grande greve dos metalúrgicos de São Paulo em 1979.

¹¹ cf. Sader (1991)

O **sindicalismo rural**, que já havia demonstrado sua força de mobilização com importantes greves em diversas áreas produtivas e regiões diferentes do país, expressa esta capacidade também em sua participação no congresso de fundação da CUT realizado entre os dias 26 e 28 de agosto de 1983, em São Bernardo do Campo, no qual, dos 665 sindicatos presentes, **310 eram rurais**¹². Dentre as deliberações deste congresso, uma foi a eleição da 1ª Direção Executiva Nacional (onde a importância dos rurais também aparece), composta de 15 membros (6 metalúrgicos, **4 rurais**, 2 bancários, 1 petroleiro, 1 eletricitário e 1 professor da rede pública¹³).

As principais atividades desta primeira direção compreendiam a condução da Greve Geral convocada para outubro de 1983 contra a política salarial imposta pelo governo federal que impedia a reposição integral da inflação; a estruturação das CUTs Estaduais e a organização do 1º Congresso Nacional da CUT - 1º Concut, realizado em agosto de 1984.

Nos estatutos aprovados nesse congresso e reafirmados no 1º Concut, encontramos os princípios orientadores do novo projeto sindical que se acreditava em construção desde as primeiras experiências de retomada do movimento: organização independente – **representativa, democrática e independente do Estado, dos patrões e dos partidos políticos**; classista e de luta – **central sindical unitária e classista, que luta pelos objetivos imediatos e históricos dos trabalhadores, tendo a perspectiva de uma sociedade sem exploração**; democrática – **pela mais ampla democracia em todos os seus organismos e instâncias**; de base – **fortalecer a luta e a organização de base dos**

¹² Além dos 665 sindicatos, participaram ainda: 134 associações pré-sindicais, 99 associações de funcionários públicos, 5 federações, 8 entidades nacionais e 1 confederação, além de 25 representantes de 12 centrais sindicais de vários países.

¹³ Resoluções do Congresso Nacional das Classes Trabalhadoras - CONCLAT

trabalhadores nos seus locais de trabalho; sustentação financeira – abolição de todas as formas impostas pelo Estado. (CUT, 1984)

Em avaliação dos 10 anos de história da CUT, Gianotti (1993. p. 64) afirma que

a CUT caracterizou-se, desde suas origens, como uma central que apontava a ruptura com o sistema capitalista vigente. A CUT é o resultado do acúmulo das lutas que eclodiram no final dos anos 70, que se caracterizam pela independência de classe e pelo confronto com a classe patronal. Sua característica é a radicalidade classista.

Como estrutura de direção, o 1º Concut constitui a primeira direção executiva nacional, composta de secretarias de trabalho, dentre as quais, destacamos aqui a Secretaria Nacional de Formação - SNF. A esta secretaria coube, além estruturar as condições materiais de sua existência como fomentadora, de um lado, e catalisadora, de outro, de atividades formativas que se desenvolviam Brasil afora, outras tarefas como: realizar palestras, cursos, seminários e encontros de formação; acompanhar, avaliar, sistematizar e socializar as experiências e atividades das CUTs estaduais e regionais; fazer o levantamento das experiências de luta e organização dos trabalhadores do Brasil; elaborar e editar material de formação, publicações, audiovisuais e filmes; documentar e analisar todos os fatos relacionados à CUT; manter contato e orientar as secretarias estaduais de formação. (MORA, 2000; TUMOLO, 2002)

O plano de lutas deliberado neste 1º Concut propunha a continuidade da campanha pelas Diretas Já¹⁴ e pelo boicote ao Colégio Eleitoral¹⁵; mobilização pelo reajuste trimestral e reposição das perdas salariais causadas pela inflação que ultrapassava os 200%

¹⁴ Diretas Já: campanha que mobilizou no Brasil milhões de pessoas no ano de 1984 reivindicando a realização de eleição presidencial pelo voto direto da população.

ao ano; pelo salário desemprego; pela reforma agrária radical e sob o controle dos trabalhadores; pela redução da jornada de trabalho para 40 horas semanais; pela ruptura com o FMI e não pagamento da dívida externa; e pela revogação da Lei de Segurança Nacional ainda em vigor. (CUT, 1984.)

O ano de 1986, em que se realiza o 2º Concut, é marcado pela implantação do primeiro dos vários planos econômicos visando o controle inflacionário. O Plano Cruzado, como ficou conhecido, foi imposto por mais um governo – desta vez, civil, eleito de forma indireta, dentro da estratégia burguesa/militar de transição política (lenta, gradual e segura) do chamado regime de exceção para a **normalidade democrática**.

Há dois aspectos importantes a destacar desse congresso: o primeiro é a consolidação da postura anticapitalista com a confirmação no Estatuto do seu caráter socialista, conforme assinala o Caderno de Formação nº 1:

desde o 1º Conclat, nos seus primeiros estatutos, a CUT se define como uma central classista e voltada para a luta pelos *objetivos imediatos e históricos* dos trabalhadores, assim como referenciada por uma *sociedade sem explorados e sem exploradores*, mas só por ocasião do 2º Concut é que associa tal referência de forma explícita ao objetivo de contribuir para a construção de uma *sociedade socialista* (CUT, 2001a, p. 51, grifo do autor).

O segundo é a formalização das tendências políticas internas. A CUT, que nasceu em meio a um **racha** entre o bloco dos chamados sindicalistas autênticos e o bloco

¹⁵ Mecanismo político imposto pela Ditadura Militar, que transformava o Congresso Nacional no chamado Colégio Eleitoral para a eleição do presidente da República de forma indireta. Este artifício vigorou durante o período ditatorial militar.

denominado Unidade Sindical¹⁶, explicitava, nesse congresso, a sua composição política interna. É “desse congresso que saíram estruturadas as duas principais tendências da CUT: a ‘Articulação Sindical’, que deu-se este nome pouco depois, e a ‘CUT Pela Base’ que já estava usando esse nome desde os Congressos Estaduais que antecederam esse II Concut.” (GIANOTTI; LOPES NETO, 1991, p. 43)

O 3º Concut, tido do ponto de vista quantitativo como o maior encontro sindical que se tem notícia no Brasil¹⁷, ocorre numa conjuntura de fracasso do Plano Cruzado com conseqüente agravamento da expansão inflacionária e queda acelerada no poder dos salários, e, do ponto de vista político, de final dos trabalhos da Assembléia Constituinte e iminente promulgação da nova Constituição, aprova as resoluções quanto ao seu **plano de ação** para os próximos três anos, tendo como um dos elementos principais a organização de uma jornada nacional de lutas “contra a política econômica do governo Sarney, contra o pagamento da dívida externa; contra a carestia e a inflação, com reposição imediata das perdas salariais, reajuste mensal de salário e **garantia no emprego**; fim da violência no campo e pela reforma agrária sob o controle dos trabalhadores”.(CUT, 2001a)

Para os estudiosos da CUT, este congresso tem o significado de *divisor de águas* na história da sua trajetória política, pois, ele passa a delimitar a concepção e a prática sindical a ser adotada pela Central a partir de então. De fato encontramos documentos que confirmam alterações em sua forma de organização. É exemplar nesse processo de

¹⁶ A Unidade Sindical congregava além de “pelegos” históricos como Joaquim dos Santos Andrade o Partido Comunista Brasileiro - PCB, - Partido Comunista do Brasil - PC do B e o Movimento Revolucionário 8 de Outubro - MR8. Este bloco fundaria depois a Confederação Geral do Trabalho - CGT.

¹⁷ Realizado em Belo Horizonte, entre os dias 7 e 11 de setembro de 1988, com a participação de 6247 delegados representando 1143 entidades (233 sindicatos da indústria, 374 sindicatos rurais, 289 sindicatos e associações de trabalhadores em serviços, 48 sindicatos do setor financeiro, 28 sindicatos dos trabalhadores em transportes e 185 associações de funcionários públicos) (CUT, 1988).

mudança, a deliberação do congresso, não sem forte discussão em plenário, pela alteração em seus estatutos. Muda-se, entre outros itens, o critério de participação em suas instâncias de deliberação. Quanto à sua organização interna, detalha

a estrutura e funções dos departamentos, assemelhando-os a federações e atribuindo-lhes destacado papel na negociação coletiva, e redefine os critérios de participação nos congressos da CUT, restringindo-os aos sindicalizados (ao invés de uma CUT *movimento* ou *partido político*, uma CUT *central sindical*, centrada na negociação e na contratação coletiva, tidas como as funções próprias de uma organização sindical). (CUT, 2001a, grifo do autor)

Analisando as resoluções desse congresso, Gianotti; Lopes Neto (1991, p. 46) argumentam que

começou a ser gestada uma visão de Central, muito mais próxima do sindicalismo europeu, caracterizado por centrais de sindicatos fortemente verticalizadas, que representam os sindicalizados, e por uma política que limita o papel das centrais a instrumentos de mediação das condições e da venda de força de trabalho, sem contestar o sistema capitalista. Isto está em contradição não só com a nossa realidade sócio-econômica, onde quase a metade dos trabalhadores está excluída do mercado formal de trabalho e onde sequer existem sindicatos organizados em muitos setores econômicos, como também está em contradição com os princípios e objetivos da CUT de combinar as lutas imediatas com uma perspectiva socialista.

Outro autor que se dedica à análise deste momento da Central é Rodrigues (1993).

Para ele as

modificações estatutárias tiveram também um segundo objetivo *não tão explícito*: diminuir, na medida do possível, a força que por ventura a esquerda mais radical pudesse ter. [...] Em outras palavras, o que estava em jogo neste congresso eram duas alternativas para o sindicalismo-CUT: a primeira, da CUT – *movimento*; a segunda, da CUT – *organização*. Esta venceu... Iniciava-se realmente a implantação da CUT enquanto estrutura verticalizada, administrativa enfim, como uma *organização complexa* e nesse sentido, *burocrática*. (RODRIGUES, 1993, p. 119, grifo do autor)

Apoiada em outro referencial e francamente sintonizada com a posição hegemônica dentro da central, Costa (2000, p. 87) observa este período, considerando também, como de transição na estratégia política da CUT. Ela argumenta que

as iniciativas para fazer a passagem da CUT-movimento para a CUT-organização se iniciam a partir do III Congresso Nacional, realizado em 1988. Até então, não era necessário pertencer a um sindicato filiado à CUT para participar de seus fóruns deliberativos com voz e voto. (...) A ênfase na necessidade de estruturar a CUT enquanto organização faz-se acompanhar de iniciativas para reforçar a proposta de realizar um tipo de sindicalismo propositivo, definido como um sindicalismo que não se restringe a denúncias, mas apresenta propostas para problemas que afetam os trabalhadores, com o objetivo de garantir *resistência propositiva e disputa de hegemonia*.

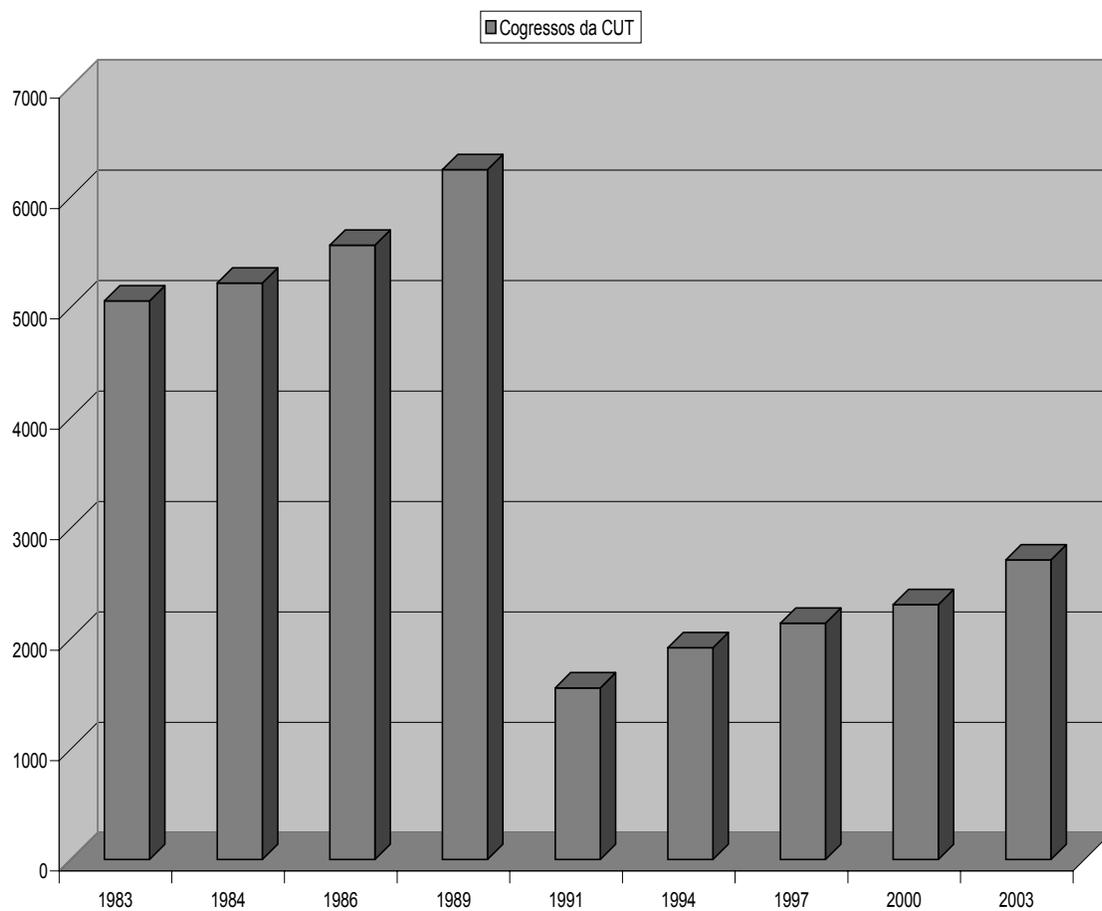


GRAFICO 1

Números de delegados presentes nos congressos da CUT. Do congresso de fundação (1º Conclat) ao 8º Concut, realizado em 2003.

Fonte: CUT (2003)

Elaboração própria.

2.2 IMPLEMENTAÇÃO DA NOVA ESTRATÉGIA NOS ANOS DE 1990

Os anos noventa começam com o Brasil em aguda crise econômica, a inflação atingindo 84% no mês de posse do novo presidente da República (março de 1990). As medidas do novo governo não conseguem estabilizar a economia e controlar a crise que culminaria naquele ano em recessão que se expressou, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas - IBGE, na queda do Produto Interno Bruto - PIB para -4% e no desemprego que se elevou para um total de 6 milhões de trabalhadores.

Soma-se a esse quadro as medidas denominadas neoliberais de reforma do Estado visando seu enxugamento no quadro de funcionários, privatização das empresas estatais e abertura comercial. Medidas que, de alguma forma, contribuíram com o aumento do desemprego. A reforma do Estado era explícita nesse sentido, pois propunha a redução do número de funcionários, entre as medidas principais. O processo de privatização das empresas estatais tinha como primeiro elemento o chamado enxugamento da sua máquina operacional que incluía a redução do quadro de funcionários. A abertura comercial, ao facilitar as importações, acelerou o processo de reestruturação produtiva que já se

desenvolvia desde os últimos anos da década anterior, culminando também com a diminuição do número de trabalhadores principalmente no setor industrial. Ou seja, a conjuntura econômica, assim como as mudanças que se processavam na estrutura produtiva, expressão do novo padrão de acumulação do capital, indicavam para os próximos anos tendência crescente nas taxas de desemprego.

É nesse quadro que a CUT realizou o seu 4º Congresso na cidade de São Paulo no ano de 1991. Este evento expressaria as mudanças aprovadas no congresso anterior. Como resultado das alterações praticadas nos critérios de eleição dos delegados ao congresso, participaram apenas 1554 representantes de 1679 entidades filiadas, praticamente $\frac{1}{4}$ do número de delegados do congresso de 1988. O clima de disputa entre as correntes políticas que já havia sido bastante acirrado no 3º Concut se intensifica neste, chegando a um tensionamento generalizado.

Alguns acontecimentos anteriores contribuíram para esse clima: Um, expressando desdobramento da polarização interna em dois grandes blocos políticos divergentes, que se evidenciou no segundo congresso e se efetivou no terceiro, foi as eleições nos sindicatos dos bancários de São Paulo e do Rio de Janeiro, disputadas por duas chapas cutistas. Outro, apontando a nova postura política da CUT, baseada nas resoluções do último congresso - central propositiva e negociadora -, com a participação nas reuniões tripartites propostas, em setembro de 1990, pelo governo Collor, chamada de *Entendimento Nacional*. (MORA, 2000; CUT, 2001a; GIANOTTI, 1992)

A participação no *Entendimento Nacional*, decidida em reunião da Executiva Nacional por oito votos do total de 15 membros presentes, foi motivo de debates intensos

no 4º Congresso. (Mora, 2000, p. 119). Tanto a tendência *Articulação* quanto a *CUT Pela Base* apresentam em suas teses avaliação do episódio. A *Articulação* em seu texto **Avançar, Consolidar e Vencer** diz:

[...]Cumprindo resoluções do 3º Concut, que definiram a nossa Central como entidade sindical que negocia representando a classe, e partindo das definições da Plenária de agosto, que compreendeu a necessidade de atacar o projeto Collor em todos os espaços, a CUT, após uma consulta democrática às suas instâncias de base, compareceu ao fórum de negociação com o governo, empresários e outros setores do movimento sindical.

[...]

Através da tática de comparecer para disputar com o governo e empresários, a CUT conseguiu impor a pauta de 13 pontos da Plenária Nacional e transformar aquilo que pretendia ser um espaço para referendar a política do governo num fórum de negociações, em que a reposição das perdas, necessidade de política salarial, assentamentos de trabalhadores rurais e revisão da demissão de grevistas se constituíram em prioridade de discussão. [...] (CUT, 1991a, p. 90)

A *CUT Pela Base* contra-argumenta, em sua tese **Construir a CUT pela base, com independência e democracia** atacando tal decisão.

A participação da CUT no pacto social travestido de ‘entendimento nacional’, constituiu-se num retrocesso histórico. A ida ao pacto não foi um fato isolado na vida da Central. Corresponde a um trajeto iniciado em abril de 1990 com a assinatura de dois termos de compromisso com Medeiros e o PNBE, não deliberada por nenhuma instância da Central e que transformou-se em objeto de propaganda para uma **ação eficaz** da CUT contra a recessão.

[...]Assediada por uma imensa máquina de propaganda governamental, a Executiva Nacional da CUT viu na sua participação no **entendimento nacional** uma saída para o **isolamento político** na conjuntura. Não se pode, no entanto, caracterizar o fórum de entendimento nacional como um espaço de negociação de alto nível das reivindicações dos trabalhadores ou para avanço na direção de um contrato coletivo de trabalho nacionalmente articulado. Seu objetivo era **dividir** as perdas impostas pelo fracasso do plano econômico e pela recessão, enquadrando a CUT na estratégia de do governo de amainar as tensões sociais até estar pronto para baixar novos pacotes sobre os trabalhadores.

Tal decisão foi adotada pela pequeníssima margem de dois votos na Executiva Nacional. [...] (CUT, 1991a, p.109. grifo do autor)

Também contribuiu para a forte disputa nos debates o próprio perfil dos delegados que, em função da redução do seu número pela mudança processada nos estatutos, chegaram mais definidos ideologicamente. A plenária se constituiu dividida, praticamente em duas metades. (CUT, 2001a. p. 68) Segundo Rodrigues (1993), esse congresso esteve dividido

em dois blocos fundamentais: de um lado a tendência *Articulação* em aliança com a *Nova Esquerda*, a *Vertente Socialista*, a *Força Socialista* e a *Unidade Sindical*. Do outro lado as tendências capitaneadas pela *Cut Pela Base*, *Corrente Sindical Classista*, *Convergência Socialista* e outros grupos menores [...] (Rodrigues, 1993. p.187).

De fato a polarização entre esses dois blocos se manifestaria na disputa pela Direção Nacional, quando duas chapas concorrem: A chapa da *Articulação* e forças aliadas obteve 52,16% dos votos; enquanto a outra formada em torno da *CUT Pela Base* ficou com 47,84%. (CUT, 1991b)

Podemos perceber que os novos rumos estratégicos da Central não se processaram de forma tranqüila. Exigiram da *Articulação*, apesar de corrente majoritária, mobilização de sua base e luta na sua instância máxima de decisão. Nesse congresso as argumentações, de lado a lado, explicitavam o processo de transição.

Os setores minoritários acusavam o setor majoritário de estar produzindo uma revisão nas propostas históricas da CUT, ao levarem a Central ao ‘entendimento nacional’; ao perderem a referência do socialismo; ao adotarem uma política *positiva-afirmativa*. De *negociação*, ao invés de uma política de *enfrentamento*. Processo esse, que estaria combinado com a *burocratização* e *verticalização* da Central [...]

O setor majoritário, por sua vez, reafirmava as definições da CUT enquanto uma *central sindical*, capaz de representar, dirigir e negociar em nome dos trabalhadores. Além do mais, as mudanças, que estavam ocorrendo no mundo e no país colocavam para a CUT, segundo entendia, a necessidade de atualizar seu projeto. Era preciso sair de uma postura apenas *defensiva-reativa-reivindicativa* e passar a atuar com uma postura *propositiva*. E

acusava os setores minoritários de *sectarismo* e *vanguardismo*. (CUT, 2001a, p. 68, grifo do autor)

Para Gianotti; Lopes Neto (1991. p.66)

[...]O que estava em jogo nas diferentes teses era a definição do rumo da Central na década de 90. A principal questão era se a CUT deveria marchar para ser uma Central de negociação, de contratação apenas ou se deveria combinar seu papel de negociar com sua característica inicial de Central de enfrentamento, do confronto com o projeto global da burguesia.[...]

Mas, como indicaram os números para a eleição da Direção Executiva Nacional, a corrente Articulação propositora das mudanças estratégicas, consolida nesse congresso sua vitória. Pelo menos, é o que pode ser entendido no caráter assumido pela ação política da Central no decorrer dos anos a partir de então.

No campo da formação, começou a ganhar corpo um processo que viria a delimitar o caráter das atividades educativas da Central no decorrer da década. A discussão a respeito da formação profissional, a partir de 1991, conquistou espaços cada vez maiores em suas instâncias.

Sobre a evolução do seu rumo estratégico, ganhou vulto nos debates e disputas políticas internas, notadamente, a partir do 5º Concut, a proposta de alteração na organização de sua estrutura como Central Sindical. Neste sentido, a proposta de transformação do sindicato filiado em sindicato orgânico (componente da estrutura) da

Central, apresentado pela Articulação Sindical, tornou-se um dos principais temas das polêmicas travadas nas 7ª e 8ª Plenárias¹⁸, no 6º Concut e na 9ª Plenária realizada em 1999.

O tema do sindicato orgânico, que perpassou suscitando divergências nos congressos estaduais, chega ao debate nacional sem consenso. Embora houvesse concordância da necessidade de se avançar nas fusões e reorganização dos sindicatos por ramos de atividade, o congresso não conseguiu chegar à resolução e deliberou por remeter a questão da reforma da estrutura sindical para a 9ª Plenária Nacional que se realizaria no ano seguinte .

Esta Plenária, denominada “Santo Dias”¹⁹, decidiu, entre outras medidas estruturais, por: a) apoiar os processos de constituição de sindicatos nacionais; b) constituir uma comissão para apresentar ao 7º Concut proposta de uma nova organização dos sindicatos por ramos de atividades; c) definir as normas básicas para o estatuto dos sindicatos da CUT (3 anos de mandato; eleições para representantes de base e direções sindicais simultâneas; adoção unicamente de taxas voluntárias para manutenção do sindicato; adoção de organização de base e sua participação nas instâncias de direção). (CUT, 1999a)

Em relação à estrutura vertical, a CUT chegou em seu 7º Congresso no ano 2000, com federações e confederações constituídas em graus diferentes de organização em 12 ramos: financeiro, metalúrgico, químico, seguridade social, transporte, urbanitário,

¹⁸ Plenárias estaduais e nacionais são órgãos de decisão da CUT que reúnem representantes de suas instâncias. Compõem as plenárias nacionais os membros da direção nacional, delegados eleitos pelas plenárias estaduais e pelos conselhos dos ramos nacionais. As plenárias estaduais são compostas pelos delegados de cada sindicato filiado, pelos delegados dos sindicatos nacionais e interestaduais filiados à CUT, pelos delegados das federações estaduais, pelos membros da Executiva Nacional do estado, pelos delegados das oposições sindicais reconhecidas pela CUT e por todos os membros efetivos da Direção Estadual. (CUT, 1994a)

¹⁹ Em homenagem ao líder operário assassinado pela Polícia Militar na greve dos metalúrgicos de São Paulo em 1979. Santo Dias era membro da Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo.

construção civil, vestuário, alimentação, comércio e serviços, educação e telemática. Além dessa estrutural, vem ganhando espaço a proposta de criação de sindicatos nacionais. Essa proposição já foi discutida e aprovada nos congressos nacionais dos metalúrgicos, dos químicos e dos bancários. (CUT, 1999a, p. 27)

Como vemos, as medidas estruturais em andamento no sindicalismo cutista confirmam o modelo sindical verticalizado, de caráter propositivo e de contratação anunciado no terceiro congresso e analisado anteriormente por Gianotti & Lopes Neto e Rodrigues. Nesse sentido, Tumolo (2002), tem razão nas conclusões a que chega a partir da profunda análise que realiza sobre a trajetória política da CUT. Em seu livro, *Da Contestação à Conformação*, argumenta que o percurso político-sindical da CUT pode ser entendido em três fases. De 1978/83 (retomada das lutas e fundação da CUT) até aproximadamente 1988, seria a primeira e se caracterizaria pela ação sindical combativa e de confronto. A segunda, que ele classifica como de transição, iria de 1988 a 1991 (período entre o 3º e o 4º Concut), e a terceira, coroada pela eleição à Presidência da República de um dos seus fundadores, seria a atual iniciada em 1991, caracterizada pelo sindicalismo propositivo e negociador.

Este autor, baseado em inúmeros documentos informa que este processo de mudança na estratégia não ocorreu de forma tranqüila, mas foi e tem sido motivo de relação bastante conflituosa entre as correntes políticas que compõem a Central, e, acrescenta ainda que o caráter propositivo assumido a partir do 4º Concut situa a ação política da Central **dentro da ordem** estabelecida, para ele, não se trata de uma estratégia propositiva que tenha em seu horizonte a superação da ordem. Nesse sentido, completa sua avaliação afirmando que a CUT sofreu

uma mudança política substancial, de um sindicalismo combativo e de confronto, de cunho classista e com uma perspectiva socialista, para uma ação sindical pautada pelo trinômio proposição/negociação/participação dentro da ordem capitalista que, gradativamente, perde o caráter classista em troca do horizonte da cidadania. (TUMOLO, 2002, p. 129)

2.3 A FORMAÇÃO SINDICAL DA CUT E O TEMA DO DESEMPREGO

A discussão a respeito da formação política de militantes dos movimentos sociais e de dirigentes sindicais, além de não ser nova é bastante espinhosa devido às interpretações diversas no seio das organizações dos trabalhadores a respeito das contradições oriundas das relações sociais de produção existentes e das estratégias possíveis de ação política adequadas ao processo de sua transformação. O objetivo deste trabalho não é realizar esta discussão, e sim, neste momento, resgatar sucintamente a evolução histórica da formação sindical desenvolvida pela Central, tendo em vista compreender a adoção da qualificação profissional como atividade prioritária no campo da formação sindical, em resposta ao crescente desemprego e em consonância com a estratégia política adotada a partir dos anos de 1990.

No início dos anos oitenta, o movimento social se mostrava tão forte quanto diverso, e se manifestava nas mais diferentes formações culturais de intervenção popular (cineclubes, grupos de músicas, de capoeira e de teatro etc) e nas diversas associações como as de moradores nos bairros de periferia, clubes de mães, movimento contra a carestia e outros. Mas, a principal manifestação, pelo caráter político que desempenhava diante do

governo ditatorial militar, ocorria no campo sindical, com as greves que aconteciam nas mais diferentes categorias de trabalhadores (canavieiros, ceramistas, metalúrgicos, químicos, professores, bancários etc) e na luta travada pela militância oriunda das diversas orientações políticas, na criação das oposições sindicais. Em suma, era o **sujeito coletivo** emergindo à cena política brasileira, conforme escreveu Sader (1991).

Todos os segmentos com alguma forma de organização, fossem eles pastorais, grupos de esquerda, oposições sindicais ou estudantis, realizavam, de uma maneira ou de outra, formação política. A qual, no geral, objetivava possibilitar que sua militância compreendesse ampla e profundamente os elementos estruturantes da sociedade capitalista, bem como seus movimentos e conexões. Dependendo da matriz discursiva, utilizava-se de determinada linguagem: nos movimentos ligados à Igreja Católica, falava-se em conscientização; nos grupos de esquerda, em reflexão crítica ou formação política, nas oposições sindicais, em formação sindical ou socialização do saber²⁰.

Aqueles movimentos, que nasceram pulverizados, convergiram para instâncias organizativas superiores com a formação de um novo partido político - o Partido dos Trabalhadores - PT e de uma nova central sindical - a Central Única dos Trabalhadores. Era o nascimento de uma nova experiência coletiva no campo político, talvez a primeira realmente de dimensão nacional, que, de alguma maneira, significava a retomada histórica do processo de transformação da sociedade que havia sido **congelado** pela ditadura militar.

Com a constituição da CUT em 1983, a formação política, embora continuasse sendo realizada pelas diversas formas de organização, no campo sindical, começou a ser

²⁰ Marilena Chauí em prefácio de *Quando novos personagens entram em cena* de Eder Sader.

centralizada. Esse movimento teve expressão maior na criação da Secretaria Nacional de Formação deliberada pelo 1º Congresso Nacional da CUT realizado em 1984.

A formação desenvolvida nesse período²¹, seguindo as diretrizes estabelecidas pelos princípios básicos da Central, e, portanto, visando contribuir com a construção de uma organização classista dos trabalhadores, tinha como eixos centrais a constituição e evolução da sociedade capitalista e a necessidade de sua superação; a história das organizações e das lutas dos trabalhadores no Brasil e no mundo, diante das condições impostas pelas relações sociais do capital. Outros temas correlatos se desdobravam destes eixos centrais, como a questão agrária, a organização nos locais de trabalho e a ação e administração sindical. Enfim, a preocupação era oferecer atividades formativas que ultrapassavam as demandas conjunturais do movimento sindical, possibilitando aos seus militantes uma discussão de elementos fundamentais da sociedade burguesa.

Embora a conjuntura econômica dos anos oitenta marcada pelo descontrole inflacionário impusesse ao movimento sindical a luta prioritária pela defesa do salário, a questão do desemprego já aparecia com veemência nas ações da CUT. A campanha pela redução da jornada de trabalho para 40 horas semanais era um exemplo contundente e de viés eminentemente político, pois, tratava-se de uma campanha desenvolvida nas ruas e locais de trabalho, que estava sempre presente no rol de reivindicações das greves que ocorriam Brasil afora, abrangia a totalidade da classe trabalhadora atingindo diretamente os interesses patronais, e a sua efetivação exigia que fosse alterada a lei disciplinar da jornada de trabalho no Brasil, implicando em debate nos espaços institucionais.

²¹ Referenciamos aqui no trabalho da Secretaria de Formação de São Paulo, que, por ser mais estruturada, acumulou maior experiência e onde tivemos oportunidade de participar de algumas atividades.

Das principais resoluções do 2º Concut, realizado em 1986 no Rio de Janeiro com a participação de 5074 delegados, está a *Campanha Nacional de Lutas: Salário, emprego e liberdade para todos. Terra para quem nela trabalha*. Em relação ao salário e ao emprego, o congresso deliberou a seguinte diretriz:

a recuperação das perdas salariais e o aumento real de salário, salário mínimo do Dieese, reajustes automáticos mensais, **redução da jornada de trabalho para 40 horas semanais, salário-desemprego real, estabilidade no emprego e fim da mão-de-obra temporária**. (CUT, 2001a, grifo nosso)

A campanha pelas 40 horas perdurou de forma mais intensa até a definição da Constituição de 1988 que estabeleceu a jornada máxima de 44 horas por semana. A partir de então este tema constaria de outras campanhas da Central, mas sua ênfase foi perdendo força.

Embora, desde a sua fundação, o tema do desemprego tenha sempre estado presente nas ações da CUT, como consta das resoluções dos primeiros congressos, será ao longo dos anos 90 que ele se tornará objeto prioritário de suas atividades formativas. A questão é formalizada na agenda de ações da Central em 1991, quando a Direção Nacional, a partir de seu Planejamento Estratégico, cria a Comissão de Formação Profissional e Emprego. Esta comissão, integrante do Grupo de Trabalho: Reestruturação Produtiva²² elabora e apresenta o texto *Contribuição para a definição de uma política de formação profissional da CUT*, que será debatido numa instância maior e de forma mais sistemática, pela primeira vez em 1994, por ocasião do 5º Concut, quando será aprovado, praticamente na íntegra, pela sua plenária geral.

²² Formado por dirigentes e assessores criado a partir do Planejamento Estratégico de 1991.

O cenário conjuntural sustentador da inclusão deste tema na agenda cutista era composto, de um lado, pelo desemprego em forte expansão, acompanhado do argumento de cunho liberal, e, por sinal, aceito por grande parte do movimento sindical, de que um novo perfil profissional estava sendo requerido pelo mercado de trabalho, em reestruturação decorrente das modificações na base produtiva, ou seja, um novo padrão de empregabilidade estava em curso, impondo aos trabalhadores aperfeiçoamento técnico (CUT, 2003b, p.22), de outro lado, pela instituição²³, por parte do governo federal do

programa de formação profissional de caráter compensatório para os setores marginalizados do mercado de trabalho e do sistema educacional através do Programa de Formação Profissional da Secretaria de Formação do Ministério do Trabalho – Sefor/MT; a constituição do [Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador] - Codefat, como um conselho de gestão de caráter tripartite, incluindo a participação das centrais sindicais, aliada a decisão de se destinar parte dos recursos do [Fundo de Amparo ao Trabalhador] FAT para financiar os programas da Sefor, somada também a estruturação do programa de modo a ser realizado em regime de parcerias com instituições privadas. (CUT, 2001a, p. 86)

Em 1995, esta questão adquire caráter de resolução da 7ª Plenária. O texto intitulado *Formação Profissional* afirma que “existem hoje no país aproximadamente 8 milhões de desempregados, além de milhões de marginalizados no setor informal”(CUT, 1995) e por este motivo

o atendimento dos desempregados deve estar na base de qualquer política de emprego, e não deve estar restrito ao pagamento do benefício do seguro-desemprego, mas obrigatoriamente deve incluir a requalificação profissional e a intermediação de empregos, permitindo ao trabalhador desempregado voltar a trabalhar de forma digna (CUT, 1995, p. 25)

²³ A instituição, por parte do Governo Federal, do Sefor/MT e do Codefat criaram as condições para os sindicatos e as centrais sindicais passarem a pleitear recursos desse fundo para organizarem programas de formação profissional. O resultado foi a proliferação, a partir de 1996, de experiências de formação profissional realizadas pelas entidades sindicais, em todo o país. (CUT, 2001a)

Sem dúvida eram argumentos de defesa da proposta de adoção da formação profissional no espaço até então voltado à formação sindical propriamente dita. Esta Plenária Nacional, além de reafirmar as orientações do seu último congresso, resolveu encaminhar algumas diretrizes sobre a questão da formação profissional. Nesse sentido, deliberou o seguinte:

- (a) caracterização e uniformização da atuação da CUT nos fóruns que envolvem ensino/formação profissional;
- (b) apoio da CUT à constituição das Comissões Tripartites Estaduais de Emprego;
- (c) pela manutenção das escolas técnicas federais, convertendo-as em centros federais de educação tecnológicas (Cefets);
- (d) desenvolver um amplo processo interno de discussão sobre o tema da formação profissional. (CUT, 1995)

Podemos entender o encaminhamento dado nesta plenária como manifestação da mudança processada na sua estratégia de ação, que transitou de uma postura *reativa e combativa* para o que se passou a denominar postura *afirmativa e propositiva*, quando se estabeleceu o vínculo direto entre a ação de combate ao desemprego e a qualificação da força de trabalho, assumindo em sua estrutura a realização da formação profissional e passou a priorizar sua participação nos fóruns institucionais de discussão da questão do desemprego e da educação profissionalizante.

Assim, a requalificação profissional passa “a ser um serviço de fundamental importância no quadro atual, em particular aos atingidos pelo desemprego decorrente de alguma modernização tecnológica” (CUT, 1995. p. 26)

Como vemos, a estratégia propositiva trouxe para dentro da estrutura da Central o que antes era apenas motivos de protestos junto à sociedade. Agora, a CUT desenvolve no

seu interior o que entende por ações de combate a um dos mais graves problemas colocados à classe trabalhadora pelo movimento do capital: o desemprego.

Entretanto, com o passar dos anos, a CUT vai aperfeiçoando sua proposição no campo da formação profissional aliando-a a propostas de gerenciamento da criação de emprego. Passando a partir de então a jogar peso na canalização das ações sindicais para o âmbito do Sistema Público de Emprego. Nesse sentido,

as Resoluções da 9ª Plenária, atualizam as formulações existentes inserindo com maior ênfase na estratégia de formação cutista análises e iniciativas no campo da Qualificação Profissional, como um dos pressupostos para o aprofundamento do debate sobre Sistema Público de Emprego. (CUT, 1999a)

Seguindo o mesmo documento, encontramos quatro aspectos que compõem a chamada **nova agenda** do movimento sindical e que no âmbito da **estratégia de disputa de hegemonia** na sociedade brasileira desafiam a Política Nacional de Formação - PNF a articulá-los numa proposta de ação formativa:

- a) Fortalecimento das ações no âmbito institucional, na perspectiva da radicalização do processo de democratização do Estado, da Sociedade e consolidação dos direitos de cidadania;
- b) Aprofundamento da ação dos trabalhadores nos locais de trabalho, como possibilidade de avançarmos na disputa pelo controle produtivo e na conquista de novos espaços de negociação da qualificação dos trabalhadores;
- c) Construção e consolidação de experiências alternativas de geração de emprego, trabalho e renda para fazer o debate sobre o modelo de desenvolvimento;
- d) Avanço conceitual sobre o Sistema Público de Emprego e Qualificação Profissional com o intuito de avançar no debate sobre políticas públicas. (CUT, 1999a)

Encontramos, ainda, nas Resoluções da 9ª Plenária, nova argumentação a respeito da centralidade do tema do desemprego na vida sindical nos anos de 1990. O item “*A Política da CUT sobre a Formação Profissional e Sistema Público de Emprego*” buscando justificar a atuação no âmbito dos espaços institucionais diz que

questões como o desemprego tecnológico e as dificuldades crescentes que os desempregados têm encontrado para arranjar uma nova ocupação; a expulsão precoce dos trabalhadores do mercado de trabalho e o jovem que não consegue a sua primeira ocupação; a crescente precarização do trabalho nos setores tradicionais e a sua transformação em paradigma para o trabalho nos setores dinâmicos; e o desemprego que persiste em manter-se em níveis insuportáveis, **passaram a se sobrepôr à tradicional agenda dos sindicatos** nas últimas décadas.

Esse novo ambiente colocado para o movimento sindical **passou a comandar iniciativas direcionadas à formulação de propostas sobre políticas públicas** que incidam sobre o mundo do trabalho (política industrial, agrícola, reforma agrária etc), e no período mais recente, **sobre as políticas de emprego**. (CUT, 1999a, p. 50. Grifo nosso)

Embora seja possível perceber, nos textos, que tratam da qualificação profissional, um certo cuidado em apresentar esta atividade da CUT como uma saída para a questão do desemprego, encontramos em alguns textos esta afirmação de forma quase categórica. Por exemplo, no caderno *Transformações no mundo do trabalho – negociação e contratação profissional*, material com caráter de sistematização do Projeto Nacional de Qualificação Profissional da CUT, pode-se ler que

A CUT, a partir de seu 5º Concut (complementado por posteriores deliberações da 7ª e 9ª Plenárias), intensificou o debate sobre a Formação Profissional com o objetivo de contribuir decisivamente no processo de qualificação profissional dos trabalhadores brasileiros, como parte da luta por emprego e cidadania e intervenção nas políticas públicas”. (CUT, 2000b, p. 11)

Em outro documento encontramos um vínculo mais estreito entre a formação profissional da CUT e as ações de enfrentamento ao crescente desemprego. Trata-se do texto *A intervenção da CUT nas Políticas Públicas de geração de trabalho, emprego, renda e educação dos trabalhadores: avaliação, resultados e ampliação de perspectivas*, que na página 22 diz

[...]Em 1994 a CUT realizou seu 5º Congresso Nacional e definiu diretrizes para a **ação contra o desemprego** a partir de bandeiras de luta defendidas desde os anos 70: a redução da jornada de trabalho sem redução do salário, o combate ao abuso das horas extras pelas empresas, o fim da dispensa imotivada e a reforma agrária. Além disso, surge um outro campo de diretrizes da Central, prevendo ações para uma intervenção nos rumos político e econômico do País e políticas públicas, [...] uma política de investimento público orientada para setores que absorvam grande contingente de mão-de-obra de **e uma política de formação profissional adequada às novas exigências do mercado de trabalho** [...] (CUT, 2003c. Grifo nosso)

Por outro lado, à medida que a formação profissional amplia seu espaço nas instâncias da Central, mais do que reduzir substancialmente a discussão sobre a questão da formação sindical propriamente dita, esta se subordina àquela. Tanto é que a 9ª Plenária se refere ao tema de forma secundária em relação à qualificação. É ilustrativo que, no caderno de resoluções desta plenária, a formação profissional possua um capítulo de 16 páginas enquanto a formação sindical apareça apenas no corpo do texto sobre a Política Nacional de Formação (PNF). Mesmo nesse pequeno espaço é possível constatar como a preocupação com o trabalho de formação dos dirigentes reflete a centralidade da ação institucional. Vejamos o que diz o item *Desafios atuais da Formação*:

Diante das complexas mudanças pelas quais vêm passando o mundo do trabalho, que demandam intervenções cada vez mais qualificadas e propositivas por parte dos dirigentes e lideranças cutistas, coloca-se como imperativo para a PNF desenvolver ações, em sua estratégia formativa, que

os capacite para a luta pela negociação da reestruturação produtiva desde os locais de trabalho; para a luta pela democratização e gestão das políticas públicas; para a atuação sindical em qualificação profissional, bem como para a sua contratação nos processos de negociação coletiva e amadurecimento de proposições mais amplas que possibilitem um diálogo mais profícuo com a sociedade; para enfrentamento do processo de reestruturação sindical em suas múltiplas dimensões; para o trato com a diversificação da pauta sindical que envolve questões como relações de gênero, questão racial, trabalho infantil, do menor de rua, saúde e educação, entre outros; e finalmente, para a formulação de um projeto alternativo de desenvolvimento. (CUT, 1999a, p.46)

A preocupação com o posicionamento secundário da formação sindical aparece em outros textos, mas, apesar disso, a qualificação profissional ocupa o espaço majoritário nas discussões e nos encaminhamentos da Política Nacional de Formação. No relatório do 14º Encontro Nacional de Formação - Enafor percebemos esta sujeição de forma bastante nítida. Essa instância deliberativa da formação cutista estabelece que, dos cinco eixos prioritários da Política Nacional de Formação para o período 2001–2003, quatro (Gestão em Políticas Públicas, Desenvolvimento Sustentável e Solidário, Educação do Trabalhador e Cooperação e Intercâmbio Internacional) são relativos à qualificação profissional. Mesmo o eixo de cunho sindical (Organização Sindical) encontra-se integrado ao Programa Nacional de Qualificação Profissional financiado pelo Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT. (CUT, 2001b)

2.4 ESTRATÉGIA POLÍTICA E FORMAÇÃO

É importante salientar que a formação desenvolvida pela CUT nos anos noventa, notadamente, a partir de 1995 com a incorporação da formação profissional em seu ideário, é substancialmente diferenciada da praticada nos primeiros anos de sua existência. No período que se estende da criação de sua Secretaria Nacional de Formação em 1984 até o final dessa década, as atividades educativas possuíam um caráter de formação política, visando o desenvolvimento da consciência de classe do conjunto dos trabalhadores que a constituíam, em especial, os dirigentes sindicais. A busca desse objetivo implicava em possibilitar o conhecimento dos elementos estruturais da sociedade, o papel do Estado, o desenvolvimento histórico do capital e suas conseqüências, além da discussão da transformação da sociedade e do tema do socialismo. Ou seja, a formação visava possibilitar uma compreensão mais ampla e profunda das relações sociais existentes, pois esta compreensão é que permitia o real entendimento das questões conjunturais e imediatas impostas ao movimento sindical, criando assim, as condições subjetivas para o enfrentamento objetivo dos problemas que afligiam a classe trabalhadora.

É nos anos de 1990, como pudemos perceber pelo estudo realizado até então, que a formação política vai perdendo importância e seu espaço vai sendo gradativamente ocupado por uma formação de caráter instrumental, voltada para a qualificação profissional e para a educação tradicional, com certificação do ensino fundamental e médio.

Tumolo (2002), substanciado em sua exaustiva pesquisa da trajetória da formação desenvolvida pela CUT desde sua fundação, entende que a concepção de formação praticada a partir dos anos noventa, principalmente a partir de 1995, está para a estratégia política atual, assim como a formação sindical dos primeiros anos da Central estava para a concepção política da época. Este autor conclui que o caráter da formação praticado pela

CUT obedece aos desígnios das mudanças políticas encarnadas em sua estratégia de ação coletiva. Segundo este autor, era possível detectar no término de sua pesquisa, em 1998, a existência de três grandes fases na formação praticada pela CUT:

Na primeira, que vai de 1984 a 1986, a formação cutista buscou se constituir sobre uma base de contorno classista, com perspectiva anti-capitalista e socialista[...]Na segunda fase, de 1987 a 1994, a formação sindical, paulatinamente, deixa de se referenciar naqueles princípios políticos e, como desdobramento, vai se constituindo com caráter crescentemente instrumental[...] Por fim, a última fase, que começa a se entrever a partir de 1994/95 com a mudança na estratégia formativa[...] e se consolida com o advento da formação profissional. (TUMOLO, 2002, p. 217)

Nesse sentido, a preponderância da formação profissional sobre a política e sindical seria apenas a expressão nessa área da atual proposta de estratégia política. Mais do que ser, apenas, uma sobreposição de uma sobre a outra, o que ocorre de fundamental é a mudança da concepção e do caráter da formação praticada. Essa constatação leva-nos a concordar mais uma vez com Tumolo. Para ele,

o que ocorreu efetivamente foi que a formação cutista caminhou de uma formação político-sindical, de corte classista e anticapitalista, articulando temas de base, estruturais, com temas conjunturais[...] para uma formação de caráter instrumental-sindicalista e, por fim, para a combinação desta com a formação profissional, com tendencial hegemonia da última, perdendo, assim qualquer perspectiva classista.” (TUMOLO, 2002, p. 254)

2.5 EXPERIÊNCIA DE FORMAÇÃO SINDICAL SOBRE O DESEMPREGO

Apesar do deslocamento da formação sindical para segundo plano, em 1998, foi realizada uma atividade formativa que pode ser situada no campo sindical. O tema do desemprego foi central num programa desenvolvido nesse ano e voltado para a formação de dirigentes sindicais. Trata-se de um curso de caráter nacional desenvolvido por cinco escolas sindicais da CUT (Escola Norte, Escola Nordeste, Escola Sete de Outubro, Escola São Paulo e Escola Sul²⁴). Podemos perceber pelo Relatório²⁵ deste curso alguns aspectos do tratamento dado pela CUT a esta questão tão importante: o desemprego.

Para o curso intitulado *Ação Sindical sobre o Emprego, o Trabalho e a Educação do Trabalhador* foram utilizados como subsídios na discussão, três textos de autores diferentes: sendo um de Marcio Pochmann, um de Paul Singer e outro de co-autoria de Lipietz, Aznar e Gorz²⁶. Seguindo o relatório vemos que a discussão sobre o desemprego se deu a partir de algumas questões: Como explicar o crescente desemprego? Quais suas causas? Qual a compreensão dos diferentes atores sociais sobre o desemprego?

No transcorrer da discussão, destacaram-se dois blocos de explicações para o desemprego. Explicitou-se, de um lado, a crítica às teses defendidas pelo governo e empresários, onde o problema do desemprego está vinculado à rigidez da legislação trabalhista e à falta de qualificação da força de

²⁴ São as chamadas escolas orgânicas da CUT. Escola Sindical Norte localizada em Belém, Escola Sindical Nordeste localizada em Recife, Escola Sindical Sete de Outubro de Belo Horizonte, Escola Sindical São Paulo de São Paulo e a Escola Sindical Sul situada em Florianópolis.

²⁵ Publicado na Revista nº 2, Formação em Debate da Escola Sindical São Paulo em 1999

²⁶ Poschmann, M. “Desafios e limites das políticas de emprego”; Singer, P., “Economia Solidária”; Lipietz, Aznar e Gorz, “Redistribuição do Trabalho – pensar a sociedade a partir do tempo livre”. O ano das publicações não consta no relatório.

trabalho. [...] Aprofundando a análise, ponderou-se que o **desemprego está relacionado à atual política econômica** de estabilização da moeda; a forma subordinada como o Brasil está inserido no processo de globalização (exportando empregos) [...] Esse quadro leva à conclusão de que, dentro da atual lógica de organização social, baseada no pressuposto da competitividade e da seletividade, não há espaço para a incorporação da população ao mercado de trabalho e ao consumo. **Não há, portanto, perspectiva de solução do problema do desemprego e da crescente exclusão social dentro desse modelo de desenvolvimento.** (CUT, 1999b, p.33, grifo nosso).

O relatório segue apresentando a estratégia metodológica utilizada no tratamento do tema, mostrando o “**desemprego e o sub-emprego** como algo que tem nome e sobrenome, tem cara, tem afeição, é de carne e osso”.(CUT, 1999b, p. 32). Assim, a análise desta questão de fundamental importância à classe trabalhadora é conduzida como está descrito abaixo:

[...]o debate foi iniciado a partir de um levantamento da trajetória de trabalho, nos últimos cinco anos, de pessoas próximas (amigos, familiares, conhecidos), processo que evidenciou as marcas do desemprego e do sub-emprego na vida de cada uma delas. Em seguida utilizando de colagens e desenhos, foi construído um quadro indicativo dos determinantes da precarização do trabalho. Viu-se que a precarização está articulada à nova dinâmica do mercado de trabalho, tornando-o mais heterogêneo e fragmentado. Essa dinâmica, por sua vez, está relacionada com opções de política econômica, com a reestruturação produtiva, com a abertura da economia e a flexibilização dos direitos, entre outros fatores.(CUT, 1999b, p. 32).

Nota-se que a formação sindical cutista, nos tempos atuais, parte de manifestações concretas - a ação do fenômeno na vida das pessoas – para, num movimento de **troca de saberes**, elevá-las a um novo patamar de compreensão, adendando maior elaboração no tratamento do tema, situando o seu entendimento no âmbito das opções de política econômica e de políticas públicas de promoção social.

Seguindo o relatório do curso de formação de dirigentes de 1998 podemos perceber muito nitidamente como há consonância entre a análise do desemprego discorrido acima e o encaminhamento das ações, ou seja, a ação sindical desenvolvida pela CUT. Vejamos o que segue:

[...]através de uma aula dialogada, foi apresentada e discutida toda a institucionalidade em torno do tema, destacando-se: **CODEFAT, FAT, [Sistema Nacional de Emprego] SINE, [Programa de Geração de Emprego e Renda] - PROGER, Comissões estaduais e municipais de emprego e renda, Sistema S²⁷ e demais entidades públicas e privadas que fazem a formação profissional no Brasil e na região Sul.** Nesta discussão ficou evidente a necessidade dos trabalhadores participarem desses espaços de forma qualificada, com objetivos e estratégia bem definidos. Isto porque essa institucionalidade é sustentada com o dinheiro dos trabalhadores, e participar destes espaços é também – entre outras atividades e ações – disputar a hegemonia na sociedade. Por último, os participantes foram convidados para uma reflexão sobre como está sendo a intervenção dos cutistas nas instituições. (CUT, 1999b, p. 35, grifo nosso).

O exposto indica perfeita sintonia entre a formação sindical e a estratégia propositiva e negociadora orientadora das ações práticas da Central. No geral há o entendimento de que o problema do desemprego, assim como outros sofridos pela classe trabalhadora, requerem ações eficazes de políticas públicas. Estas, por sua vez, demandam intervenção do Estado na promoção do crescimento econômico, mas, diferente do que a história registra, este crescimento deve estar voltado à distribuição de renda.

Para a CUT trata-se de recuperar o papel desenvolvimentista do Estado brasileiro, agregando ao seu ideário, políticas de promoção social. É esta compreensão que parece fundamentar os encaminhamentos dados às ações dos dirigentes sindicais na esfera

²⁷ Serviço Nacional do Comércio (SENAC), Serviço Social da Indústria (SESI) e Serviço Nacional da Indústria (SENAI).

institucional de discussão de políticas públicas, como pudemos perceber pelo relatório do curso citado.

Este entendimento está marcadamente presente no texto *Disputar a hegemonia política visando a construção de uma nova sociedade* da Direção Nacional encaminhado ao 8º Concut, realizado em junho de 2003. Nele podemos perceber que, para a CUT, os anos de 1990, são marcados no Brasil pelo projeto neoliberal que, entre outras medidas, reduziu o poder de intervenção do Estado nos espaços sociais. “Neste contexto, [o presidente Fernando Henrique Cardoso] FHC aprofundou a abertura indiscriminada do mercado nacional, implementando a reforma do Estado brasileiro, consignada na reforma administrativa, nas privatizações e na ‘terceirização’ de serviços essenciais”. (CUT, 2003a, p.5)

Assim, em contraposição aos rumos econômicos e sociais que vêm se delineando, a CUT defende a **construção de um projeto alternativo ao neoliberalismo** comprometido com a democratização da vida social e política, “**com o fortalecimento de espaços institucionais de participação da sociedade, a exemplo dos Conselhos de Políticas Públicas e Fóruns**”. (CUT, 2003a, p. 5)

A CUT considera necessário que o governo estabeleça fóruns adequados para a definição de Políticas Setoriais, garantindo a **paridade de representação entre governo, empresários e trabalhadores**. Nossa atuação nestes espaços públicos deve se pautar tanto pela preservação do mercado de trabalho e ampliação do emprego e da renda, quanto pela garantia dos direitos dos trabalhadores e mecanismos de proteção social. (CUT, 2003a, p.6, grifo nosso)

Em outro momento, justificando a experiência cutista de proposição no campo das políticas públicas, defendendo a proposta de fomentação de cooperativas de produção e, de

certa maneira, confirmando a formação profissional como instrumento de enfrentamento ao desemprego, o texto informa que

A CUT iniciou no final dos anos 90 a implementação de uma grande inovação em termos de políticas para o trabalho. A forte onda de desemprego e a redução das expectativas quanto às políticas tradicionais de geração de emprego motivaram inúmeros projetos alternativos, como o Projeto CUT - CONTAG [Confederação Nacional dos Trabalhadores em Agricultura] que a partir de um grande levantamento de experiências e de processos de desenvolvimento rural em todo o país, formulou uma plataforma para o desenvolvimento sustentável e solidário, apontando as cooperativas como grande instrumento de geração de renda e de fortalecimento da agricultura familiar; e o Projeto Nacional de Qualificação Profissional da CUT – que desenvolveu um amplo processo de formação e de mobilização das comunidades estimulando a organização dos trabalhadores para a implementação de políticas de desenvolvimento sustentável e solidário e para a organização de empreendimentos autogestionários”. (CUT, 2003a, p.6)

Este texto de autoria da Direção Executiva Nacional da CUT encaminhado como base à discussão no 8ª Congresso Nacional, no geral, demonstra total crença de que o desenvolvimento social no Brasil depende da comumente denominada **vontade política** de seus governantes para a implantação de um modelo econômico que finalmente combata as injustiças praticadas ao longo da nossa história.

O projeto popular deve recuperar a capacidade do Estado brasileiro de fazer política econômica, sob controle democrático da população. Isso significa colocar limites à circulação de capitais internacionais, em especial o capital financeiro, e rejeitar quaisquer acordos ou negociações internacionais no FMI, OMC, ALCA, dentre outros organismos, que submetam o país aos interesses desses capitais.

Uma política voltada para a retomada do crescimento econômico e do emprego, baseada nos efeitos dinâmicos de um novo modelo e nos estímulos ao mercado interno de consumo em massa, necessita reduzir, aceleradamente e drasticamente, a vulnerabilidade externa da economia e a dependência do país em relação ao capital financeiro internacional; retomar o controle sobre a entrada e saída de capitais da economia nacional; [...](CUT, 2003a, p.4)

No item *Papel do Estado, políticas públicas e atuação da CUT*, o texto busca considerar o crescimento produtivo industrial como elemento do desenvolvimento social, dizendo que “Se por um lado, uma política industrial eficiente garante a elevação da produtividade conferindo crescentes taxas de lucros às empresas, por outro lado, deve estar condicionada a mecanismos de contrapartida social”.(CUT, 2003a, p.5)

Ao considerar os encaminhamentos da CUT para o enfrentamento do desemprego, é possível deduzir que ela parte do princípio que duas são suas causas principais: uma é a ausência ou inadequação da qualificação para o trabalho de parcelas consideráveis dos trabalhadores diante da reestruturação das condições produtivas implementadas pelas empresas; a outra se localiza no modelo de desenvolvimento adotado no Brasil a partir de 1990. A desqualificação profissional aparece como causa, em virtude de a modernização produtiva ter sido processada sem o devido acompanhamento de investimento nas instituições responsáveis pela formação e pelo aperfeiçoamento técnico da força de trabalho brasileira, e o modelo de desenvolvimento por não considerar o atendimento das importantes demandas sociais em seu ideário, além de ter rompido com os mecanismos defensivos da economia nacional.

Tendo por base esta compreensão, a CUT adota como proposta de enfrentamento do problema do desemprego uma política de duplo aspecto: de um lado, procura combater o fenômeno através de seu Programa Nacional de Qualificação Profissional que engloba o programa de Educação do Trabalhador (alfabetização, ensino fundamental e médio) voltado para jovens e adultos; a Formação Profissional propriamente dita e o programa de Desenvolvimento Sustentável e Solidário que visa a fomentação de experiências autogestionárias. De outro lado, desenvolve a formação de dirigentes sindicais para atuar nos

espaços institucionais de discussão de políticas públicas, principalmente naqueles voltados à formulação de políticas de geração de emprego e renda.

O papel da formação (de dirigentes) deve ser o de combinar estratégias para instrumentalizar os trabalhadores no processo de disputa de hegemonia, nos vários espaços onde ela se estabelece, tanto nos embates sobre política pública de geração de emprego e renda quanto na constituição das relações de trabalho, de modo que se coloca como aspecto fundamental, mais que em outros momentos, a focalização nos locais de trabalho.(CUT, 2001b, p. 18)

2.6 O QUE DIZEM OS DIRIGENTES

Essa pesquisa sobre a formação cutista e o tema do desemprego levou-nos a realizar uma série de entrevistas com dirigentes da CUT. Como o objetivo era captar o reflexo da formação naqueles que são os agentes concretos da política da Central, e, considerando que a manifestação local exprime a compreensão geral da CUT sobre o tema, optamos²⁸ por entrevistar alguns dirigentes da CUT estadual de Santa Catarina, todos eles componentes da nova direção eleita em seu último congresso, realizado em maio de 2003. Entrevistamos 6 dirigentes que representam 15% da direção Estadual. A escolha dos entrevistados obedeceu a alguns critérios previamente elaborados e o seu número corresponde a uma amostragem do total de componentes da direção. Os critérios básicos

foram: *tempo de militância sindical* (mínimo de cinco anos), pois este tempo é suficiente para que o dirigente tenha vivenciado mais de uma gestão da direção da CUT, tenha participado de atividades formativas e já possua algum conhecimento acumulado da dinâmica interna da central, bem como de sua proposta de formação; *representação política* de acordo com a proporcionalidade na composição da direção estadual, contemplando a representação atual, em que a tendência Articulação detém 63% dos postos e as demais forças políticas dividem 37%; *representação do setor econômico* na composição da direção. Este critério objetiva mostrar em que atividades econômicas a CUT atua diretamente. É importante salientar que dentre os dirigentes entrevistados encontra-se um membro da Direção Nacional da CUT.

Ao analisar as respostas foi possível constatar que a maioria responde afinada com a visão preponderante na Central. Esse resultado não causa estranheza, tendo em vista que a maioria dos entrevistados, por compor a força política dominante, geralmente compõe o público predominante nas atividades formativas, portanto, tendem a expressar a visão da sua tendência hegemônica.

As questões versaram sobre quatro temas, cujas respostas agrupamos a seguir: 1- as causas do desemprego no Brasil; 2- as propostas que a maior central sindical do país tem para enfrentar esta questão; 3- o papel da formação profissional nesse processo; 4- como as propostas da CUT atacam as causas do desemprego.

1. A resposta majoritária sobre as causas do desemprego refere-se à política econômica implementada nos anos de 1990. As respostas que diferem, ou seja, que

²⁸ Sem dúvida que as condições objetivas (proximidade geográfica) de realização da pesquisa, foram

remetem às questões estruturais, refletem a posição das forças minoritárias na composição da central. Sobre esta questão vejamos o que dizem os dirigentes:

Entrevistado A: A CUT tem feito esse debate quase que permanentemente e a causa principal é a falta de política dos governos anteriores para o desenvolvimento do país e para a geração de empregos, ou seja, quando o governo optou pela política neoliberal, o governo não estava privilegiando o emprego.

Entrevistado B: Falta de políticas públicas justas que possam estimular novos empreendimentos que gerem novos empregos e mais renda para os trabalhadores.

Entrevistado C: Envolve vários fatores, um com certeza refere-se à falta de um projeto, por parte do governo, de desenvolvimento para o Brasil[...] Outro fator é a introdução de tecnologias nas empresas, gerando desemprego, sem oportunizar aos demitidos ocupação em outras áreas.

Entrevistado D: O desemprego no Brasil é fruto de políticas gestadas pelos governos anteriores e estavam condicionadas às políticas neoliberais que eram impostas pelos organismos multilaterais. Por exemplo: tanto as privatizações quanto a abertura do mercado nacional causaram desemprego.

Entrevistado E: Uma causa é estrutural, é resultado da reestruturação produtiva com a máquina substituindo o homem, essa é a principal causa.

Entrevistado F: São causas estruturais, o próprio desenvolvimento do capitalismo procurando extrair cada vez mais do trabalho, cria o exército industrial de reserva. O desemprego é próprio do capitalismo. Não creio que isso reflète a posição mais completa da CUT. A CUT é síntese de várias posições.

2. Sobre as propostas da CUT para o combate ao desemprego, percebe-se uma certa dificuldade na definição, assim como, parece tratar-se de propostas controvertidas e que não convencem a própria direção.

Entrevistado A: A proposta é fomentar ações de investimento solidário e auto-sustentável. Por isso a CUT criou a Agência de Desenvolvimento Sustentável²⁹, visando dar outra oportunidade às pessoas que não estão

determinantes.

²⁹ A ADS é uma organização de fomento à economia solidária e o desenvolvimento local constituída e coordenada pela CUT. A missão da ADS é provocar a constituição, fortalecimento e articulação de empreendimentos autogestionários, buscando a geração de trabalho e renda através da organização econômica, social e política dos trabalhadores. (CUT, 2004)

formalmente empregadas. Nesse sentido já existem inúmeras cooperativas de produção e de crédito... Mas, está claro para a CUT que estas ações não resolvem, são mais de 40 milhões de pessoas na informalidade. Estamos convencidos que só enfrentaremos efetivamente o problema do desemprego com crescimento econômico. O Brasil precisa crescer gerando empregos para as pessoas. Então, depende de investimento no campo, na agricultura familiar, pois a grande empresa agrícola emprega pouco, investir no desenvolvimento da nossa indústria. Ter uma política agressiva de exportação. Ter financiamento a custo baixo, investir nas áreas de comércio e serviços, mas, principalmente, dar poder aquisitivo para que as pessoas possam comprar.

Entrevistado B: A CUT criou em 1999 a ADS. Ela visa trabalhar a forma autogestionária de empreendimento, ou seja, para os trabalhadores que estão fora do mercado formal, que não tem carteira assinada, o projeto procura fomentar cooperativas visando assim aumentar a geração de emprego e renda no país. Essa é a linha da economia solidária. Essa é uma proposta aprovada em congresso em 2000.

Entrevistado C: Uma das alternativas que está se criando, que está se discutindo é com relação à redução a jornada de trabalho sem redução de salário, isso possibilita que se abra mais emprego. Outra questão é através do incentivo da criação de cooperativas (produção e crédito) que a ADS desenvolve pode proporcionar crédito para as pessoas que queiram iniciar algum empreendimento gerando assim mais emprego.

Entrevistado D: A CUT não tem uma proposta específica de combate ao desemprego. O que ela tem desenvolvido é a proposta de cooperativas, que não é o caminho mais propício para que a gente consiga acabar com o desemprego, por que elas vêm gerenciar dentro de um plano que mantém a ordem econômica. Esta proposta não garante que os trabalhadores tenham a garantia do emprego e nem a manutenção daquela empresa que ele está administrando enquanto cooperativa. Esta proposta no mínimo mantém o emprego existente, é na verdade uma medida meio que paliativa, ela não colabora para a criação de emprego. Pois, as cooperativas estão atreladas à lógica do mercado. O papel da central está atrelado à política do governo. Ela tem de combater as políticas que geram desemprego e incentivar as ações que geram emprego. A CUT não pode ser gestora do emprego. O estado é que tem o papel de desenvolver a economia para gerar emprego. A criação de emprego está atrelada ao desenvolvimento da economia.

Entrevistado E: A CUT tem várias propostas. Uma é a fomentação da organização dos trabalhadores de outras formas para que consigam se auto-sustentar criando seu próprio negócio, organizando em forma de cooperativa. Por isso a CUT criou a ADS. Acho que essa proposta é a mais forte.

Entrevistado F: Na atualidade qualquer proposta nossa não vai conseguir abarcar o desemprego na proporção que ele existe. Uma proposta é a redução da jornada de trabalho sem redução de salário. Ela teria um alcance limitado, mas reduzindo de 44 para 40 horas, geraria um milhão e meio de

postos de trabalho. Aprofundando mais a redução, geraria mais, podendo chegar ao pleno emprego. A CUT defende também a formação profissional como idéia de combate ao desemprego, esta questão tem seus limites, pois mesmo qualificado, hoje, o trabalhador tem dificuldade de obter um posto de trabalho.

3. Sobre o papel da formação profissional desenvolvida pela CUT em relação ao problema do desemprego, no geral, percebe-se a preocupação com a construção da chamada cidadania:

Entrevistado A: Primeiro temos que desmistificar que as pessoas estão desempregadas porque não tem formação, é um equívoco isso, temos milhares de engenheiros, advogados, médicos que estão desempregados e portanto não é a falta de formação a causa do desemprego. O que falta é uma política de geração de renda, de geração de emprego. Ou seja, falta uma política de crescimento econômico. Então a CUT tem tido essa preocupação de oportunizar as pessoas maior formação na perspectiva de desenvolvimento econômico. A CUT tem tido a preocupação da qualificação de mão-de-obra porque é um desastre o que temos hoje em termos de política de formação em todos os níveis: formação profissional, formação política. Precisamos recuperar o amor à pátria, aos símbolos nacionais, a bandeira. Isso será possível com as pessoas tendo vida digna, com emprego. A CUT trabalha nessa perspectiva de dar formação profissional e formação política na perspectiva que se tenha crescimento econômico, pleno emprego e assim por diante.

Entrevistado B: É importante que a formação atenda as demandas dos trabalhadores, deve-se considerar o local de moradia e as condições locais. Para isso temos os conselhos municipais tripartite onde os trabalhadores têm acento e representação. É o caminho para se requisitar cursos de formação do setor público e a Central tem essa preocupação de preparar o trabalhador a discutir as condições de trabalho, não apenas aceitar. A CUT procura com a formação profissional levar o trabalhador a conhecer seus direitos não só se qualificar para atender à empresa em seus anseios de lucro.

Entrevistado C: É importante para que os trabalhadores se atualizem na sua profissão, tenham acesso à qualificação, possibilitando inclusive que as pessoas conheçam outras áreas de conhecimento, encontrando aí novas oportunidades. Então, a formação possibilita se aperfeiçoar na profissão e a outra questão são as novas oportunidades em outros setores.

Entrevistado D: Desenvolver formação profissional sem perspectiva de geração de emprego não tem sentido. Se tivesse uma política de geração de emprego aí sim a qualificação profissional entraria. Também acho que não

é a CUT que deve assumir esse papel, pois ele é do governo. Ela erra de duas maneiras, por fazer indevidamente e por fazer sem estar acompanhado de geração de postos de trabalho.

Entrevista **E**: Acho importante, mas, esse não é o papel da CUT. A CUT pode fomentar isso, mas é o órgão público que deve fazer. Depois da experiência do uso dos recursos do FAT mudei um pouco a opinião.

Entrevista **F**: O papel de oferecer qualificação para quem não tem ou muitas vezes re-qualificação. Essa qualificação prepara para se chegar ao mercado de trabalho um pouco mais qualificado ou em melhores condições de disputar. Mas se não mudarmos esse monstro mercado, não vamos conseguir atacar as causas do desemprego. O mercado de trabalho é uma máquina de triturar gente. A qualificação cumpre um papel importante, mas não significa um ataque ao desemprego.

4. Sobre como as propostas da CUT atacam as causas do desemprego, a maioria considerou respondida na segunda questão (sobre as propostas da CUT), mas, ainda obtivemos análises complementares dos entrevistados A e F, cujas respostas achamos relevante transcrever:

Entrevistado **A**: Acho que é na ação política permanente. Primeiro é na organização dos trabalhadores da ativa, na organização dentro da CUT, por ramo de atividade; na defesa de uma proposta de negociação coletiva, por ramo de atividade, a nível nacional articulada. Então, desenvolvendo estes tipos de ações estamos fazendo este enfrentamento. E, por outro lado, tendo uma ação política efetiva, ou seja, atuando na política sindical e também na política partidária. Ou seja, quando a CUT resolveu em suas plenárias e congressos apoiar a candidatura Lula, foi nessa perspectiva. Visando eleger um governo que se preocupe com o desenvolvimento econômico, com a criação de emprego, com a organização dos trabalhadores, que se preocupe com a política social e que atenda minimamente as dificuldades da população brasileira. Um governo que se preocupasse com os principais problemas do povo, a fome, o desemprego. Por outro lado, a organização nos mais diversos ramos de atividade para disputar a hegemonia dentro do governo. Queremos atuar dentro das propostas de crescimento econômico. Atuando na discussão do orçamento do país, inserir lá dentro o que a CUT quer enquanto orçamento para o desenvolvimento do país. A CUT tem que ser cidadã, se preocupar com saúde, educação, desenvolvimento, não ficar apenas no discurso de enfrentamento do capitalismo, desse capitalismo selvagem que está aí, que é o capitalismo neoliberal. Tem que fazer este enfrentamento, é óbvio que tem, mas a CUT tem que ir além disso. Então,

todas essas iniciativas contribuem para que a gente enfrente essa questão do desemprego nacionalmente.

Entrevistado **F**: Não ataca as causas, mas podemos considerar que a disputa de hegemonia seja uma forma de atacar as causas, supondo que estivesse na estratégia da CUT a superação da sociedade capitalista. Mas como não existe essa orientação, hoje. Pelo menos, não como nasceu, acho que ela não ataca. Ela pode constituir políticas públicas, democráticas, populares de redução do desemprego, mas não atacam as causas finais ou iniciais do desemprego porque essa luta está para além da CUT. A CUT não combate o desemprego, e não vai combater. Ela pode fazer proposta. É papel da Central lutar pelo emprego, mas ela não necessariamente precisa produzir política de emprego. Ela pode propor, como ela está fazendo agora, reduzir a jornada de trabalho. O mecanismo mais eficaz é reduzir a jornada de trabalho. Mas a CUT não combate a ordem. A CUT não supera a ordem que vai continuar produzindo mais desemprego.

Vemos que há sintonia entre o entendimento da maioria dos dirigentes sobre a questão do desemprego e os documentos produzidos pela Central. A leitura dos textos, bem como, das respostas obtidas, nos permite perceber que a estratégia da CUT, no que se refere ao desenvolvimento social e em específico no combate ao desemprego, situa-se no campo de políticas econômicas coordenadas pelo governo no âmbito do Estado. Este entendimento, como foi possível acompanhar pelo estudo de sua trajetória política, é coerente com a estratégia adotada na última década. O projeto político decorrente é fruto da análise que a CUT faz da realidade. Esta análise substancia-se no trabalho teórico que importantes pesquisadores realizam sobre as condições econômicas e sociais em curso no Brasil. Assim, buscando resgatar o aporte teórico que, acreditamos, contribui decisivamente na visão da CUT sobre as relações sociais existentes, procuramos sintetizar, no próximo capítulo, a compreensão de alguns dos autores que se preocupam em estudar o desenvolvimento econômico do Brasil, e, em especial a dinâmica do emprego e do desemprego. A importância dos autores escolhidos nesta análise se deve a dois aspectos básicos: de um lado, porque realizam análises críticas dos **modelos de desenvolvimento**

brasileiro, e de outro, porque são bastante utilizados como subsídios nas discussões internas e nas atividades formativas da CUT. Portanto, são autores que, sem dúvida, exercem influência na compreensão dos seus dirigentes sobre o tema.

3 O DESEMPREGO NO BRASIL

3.1 O QUE DIZEM AS ESTATÍSTICAS

O Brasil possuía em 2002, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, um total de 177 milhões de habitantes e uma população economicamente ativa de 83.243.239 de pessoas. Desse montante, de acordo com estimativas do mesmo instituto de pesquisa, o país detinha, no mês de dezembro do mesmo ano, 9.739.458 de desempregados ou seja, 11,7% do total de pessoas no mercado de trabalho. Para o Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Sócio-Econômicos - Dieese, encontravam-se desempregadas no mesmo mês 20,05% da População Economicamente Ativa - PEA ou 16.650.269 de pessoas. Tanto o resultado de uma pesquisa, como de outra, classifica o Brasil entre as nações com o maior número de pessoas desempregadas do mundo.

No Brasil, o levantamento estatístico sobre o movimento de emprego e desemprego de maior abrangência é realizado por essas duas agências: o IBGE com a Pesquisa Mensal de Emprego - PME e o Dieese que juntamente com a Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados - SEADE realiza a Pesquisa de Emprego e Desemprego - PED. No entanto, o alcance de ambos os órgãos estatísticos limitam-se às regiões metropolitanas do país. A PME do IBGE avalia as flutuações e a tendência do trabalho nas regiões metropolitanas de Salvador, Recife, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Porto Alegre e São Paulo, enquanto a PED, do Dieese, investiga o fenômeno no Distrito Federal, Salvador, Recife, São Paulo, Belo Horizonte e Porto Alegre. Portanto, para se chegar aos números gerais do país apontados acima, lançamos mão da generalização da taxa média obtida nas regiões pesquisadas por cada instituto.

Em relação à metodologia utilizada, há diferenças significativas entre as duas agências. O IBGE, com sua PME, acompanha as flutuações do *desemprego aberto*; investiga o número de pessoas com 10 anos ou mais de idade que procuram emprego de forma efetiva nos trinta dias anteriores ao da entrevista. São considerados aqueles que não exerceram qualquer atividade remunerada nos últimos trinta dias³⁰. Assim, ao observar o gráfico contendo os indicadores dessa base de dados, nos deparamos com uma brusca elevação do desemprego a partir do ano de 2002. Isso ocorre em virtude da ampliação do campo de informações consideradas.

A PED do Dieese³¹ utiliza em sua metodologia o conceito de *desemprego total*. Esse conceito agrega o *desemprego aberto* - que considera as pessoas que procuraram trabalho nos trinta dias anteriores ao da entrevista e não exerceram nenhum tipo de atividade remunerada nos últimos sete dias; o *desemprego oculto pelo trabalho precário* - que contabiliza as pessoas que exerceram algum trabalho remunerado de forma descontínua e irregular e que nos trinta dias anteriores ao da pesquisa procuraram emprego efetivo; e o *desemprego oculto pelo desalento* -, este observa as pessoas que não procuraram colocação por desestímulo do mercado de trabalho. Conforme pode ser observado no gráfico 3, essa substancial diferença entre as metodologias, possibilita à PED a obtenção de resultados mais amplos,

³⁰ Em outubro de 2001, o IBGE seguindo recomendações da Organização Internacional do Trabalho - OIT reformulou sua metodologia de pesquisa para estabelecer a variação na taxa de desemprego. A principal alteração refere-se ao aumento na data de referência para se considerar uma pessoa desocupada. Este mudou de sete para trinta dias, com isso, o resultado foi um incremento significativo nas últimas taxas. Pela metodologia antiga a taxa média de desemprego, em 2002, teria sido por volta de 7%, enquanto pela nova metodologia ficou em torno de 11%. (IBGE, 2003); Folha de São Paulo, 25/01/2003 – B6)

Como pode ser observado, tanto a pesquisa do IBGE, quanto a realizada pelo Dieese mostram que desde o início dos anos de 1990 as taxas de desemprego apresentam tendência de crescimento. Embora estejamos apresentando aqui, apenas três regiões metropolitanas, não significa que a situação verificada nas demais esteja menos grave, ao contrário, os números colhidos nas regiões metropolitanas de Recife e Belo Horizonte são tão altos quanto os das outras regiões, tendo atingido 20,3% e 18,1% em 2002, respectivamente. Salvador, no mesmo ano, apresentou o pior índice: 27,3%, segundo o Dieese.

Esses valores por si só, e, tendo em vista, que constituem as últimas estimativas de um movimento explosivamente ascendente, justificam os motivos que levaram a CUT a assumir esta questão como a determinante na sua ação política e de sua formação sindical, pois o processo de redução dos postos de emprego, de degradação das condições e das relações de trabalho tornou esta questão caso de preocupação extrema por parte dos organismos voltados à ação social.

Em virtude da gravidade que o quadro apresenta, este problema tem sido motivo de intensas pesquisas e debates acerca de sua análise. Ao estudar a questão, encontramos pesquisas abordando diferentes aspectos como a manifestação do fenômeno em setores econômicos, a manifestação do fenômeno por gênero ou faixas etárias dos trabalhadores. Também encontramos diferentes metodologias de investigação e, portanto, conclusões explicativas diferenciadas. Como o objetivo é discutir a noção geral que a CUT vem desenvolvendo sobre o tema, deixaremos de lado os aspectos que detalham o problema para

³¹ O Dieese em convênio com a Fundação Seade (Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados) realiza a Pesquisa de Emprego e Desemprego na região do ABC paulista e nos municípios de Belo Horizonte, Recife e Porto Alegre. (Dieese, 2001b)

nos referenciarmos nos conceitos de desemprego aberto, pesquisado pelo IBGE e no desemprego total, pesquisado pelo Dieese.

Considerando que a CUT fundamenta seu entendimento e suas proposições no trabalho teórico de autores que pesquisam esta questão³², procuramos nesta parte do texto, situar a análise que vêm sendo elaborada por estes pesquisadores, que, em virtude de suas inserções no movimento social, mais têm contribuído com a perspectiva adotada pelo movimento sindical, notadamente o cutista, sobre o assunto.

³² Que serão analisados na seqüência do texto.

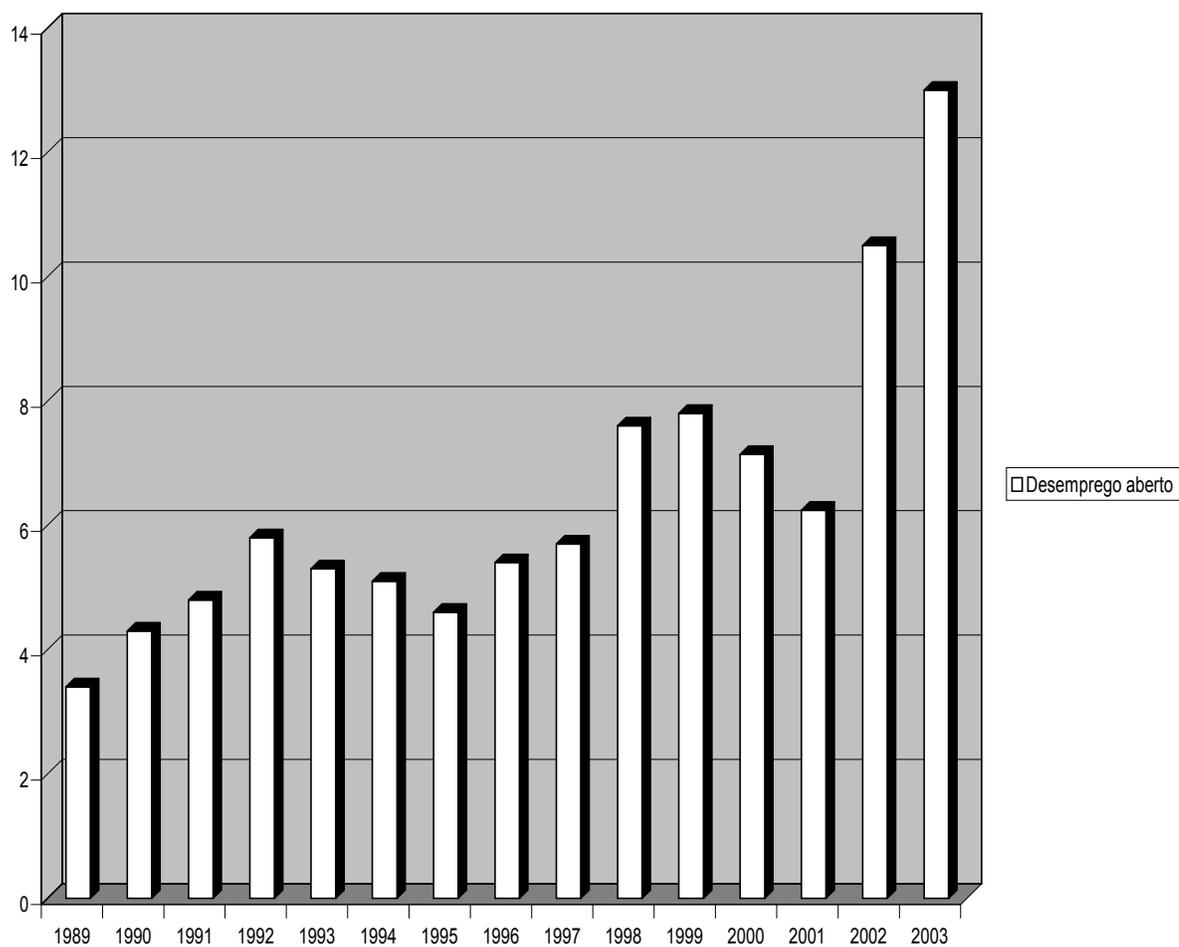


GRÁFICO 2

Taxas médias anuais de desemprego aberto.

Obs.: 2003 com dados do mês de junho.

Fonte: PME – IBGE

Elaboração própria

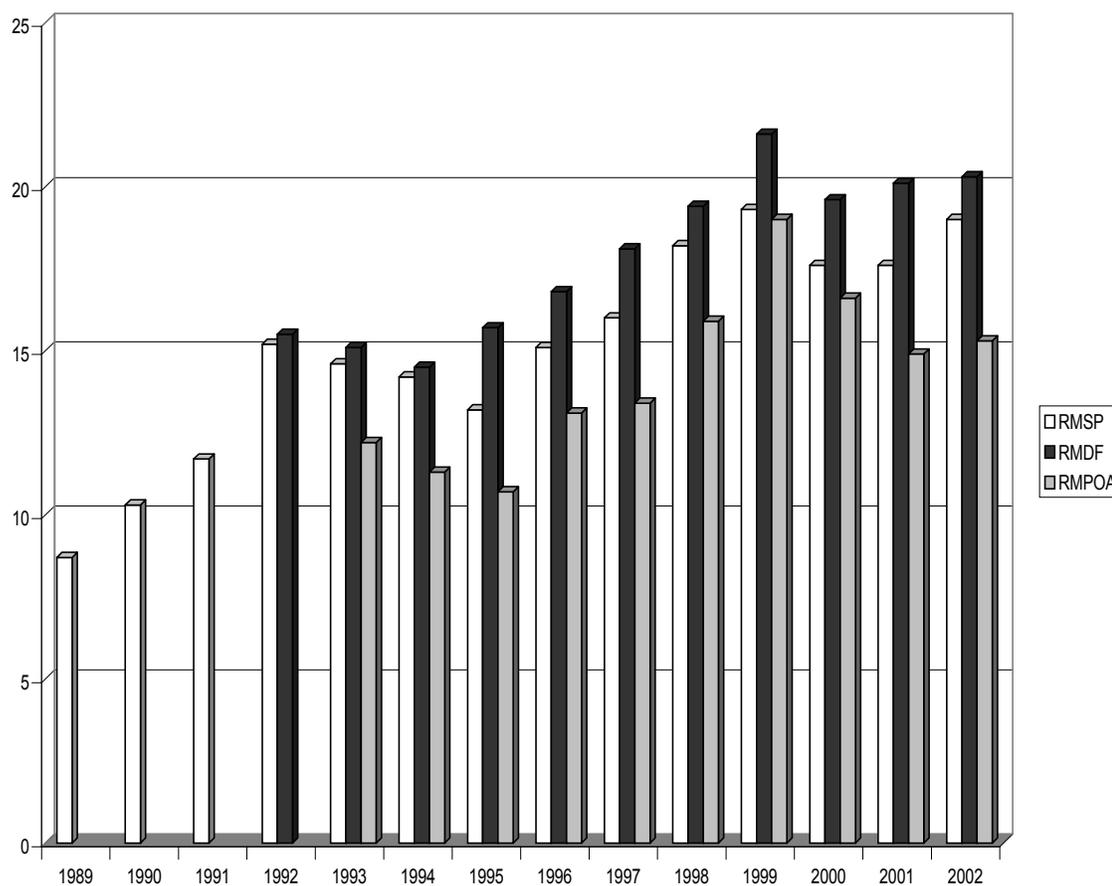


GRÁFICO 3

Taxas médias anuais de desemprego total das Regiões Metropolitanas de São

Paulo, Distrito Federal e Porto Alegre.

Obs.: A pesquisa nas regiões do Distrito Federal e Porto Alegre tiveram início em 1992 e 1993, respectivamente.

Fonte: PED – Dieese

Elaboração própria.

3.2 COMO OS AUTORES ANALISAM O DESEMPREGO

Marcio Pochmann, é sem dúvida, um dos autores que mais produz sobre o tema no Brasil. Em seu livro *O emprego na globalização* de 2001, adota a perspectiva da *Divisão Internacional do Trabalho* buscando situar os aspectos que considera mais relevantes apresentados pelas transformações no mundo do trabalho nas últimas décadas do século XX.

Na *primeira Divisão*, segundo este autor, a partir da Revolução Industrial, a Inglaterra constituía a oficina do mundo e o centro do capitalismo, permanecendo até 1914 como o centro financeiro internacional. No decorrer das décadas intermediárias do século XIX, outros países (Alemanha, EUA, França, Japão) internalizaram o processo de industrialização originário da Inglaterra.

A dicotomia entre os produtos manufaturados do centro e os produtos primários da periferia demarcou a primeira Divisão Internacional do Trabalho. Enquanto o setor agrícola era o grande empregador nos países periféricos, o setor urbano, especialmente a indústria, destacou-se no emprego da maior parte da mão-de-obra nas economias centrais. (POCHMANN, 2001, p. 21)

A segunda Divisão Internacional do Trabalho configurou-se no pós-guerra, com os Estados Unidos assumindo a posição de principal economia e centro hegemônico no cenário internacional, agora polarizado com o bloco de países socialistas ou anti-sistêmico. Esta fase se caracterizou também, “pela constituição de um bloco de países semi-periféricos que teve o apoio de uma ordem econômica mais favorável à difusão geográfica do padrão de industrialização norte-americano.” (POCHMANN, 2001, p. 23)

Na *terceira Divisão Internacional do Trabalho*, de acordo com Pochmann, o comando pertence à dimensão financeira, no entanto, “há dois vetores estruturais que influenciam a partir do centro do capitalismo mundial. O primeiro vetor está associado ao processo de reestruturação empresarial, acompanhado da maturação de uma nova Revolução Tecnológica”, provocando, como resultado do acirramento da concorrência, forte concentração e centralização do capital. O segundo, refere-se à expansão do Investimento Direto no Exterior (IDE), que continua fortemente centrado nas economias superiores. Ainda que uma parte importante dos investimentos tenha sido direcionada aos países de renda intermediária (semiperiferia), mas os países de baixa renda (periferia) continuam perdendo participação no fluxo dos recursos internacionais. Nesse sentido, as cadeias produtivas encontram-se divididas em dois eixos distintos. No primeiro nível, de responsabilidade dos países do centro capitalista, encontram-se as atividades produtivas de concepção do produto, pesquisas e investimentos tecnológicos, no segundo eixo, com

participação dos países semi-periféricos, as atividades de produção de bens que podem ser considerados quase commodities, com base em alta escala de produção, na tecnologia mais simples e no baixo preço de produção. Restando aos países periféricos a aplicação da força de trabalho na produção primária. (POCHMANN, 2001)

Diante das duas primeiras *Divisões Internacionais do Trabalho* o **capitalismo brasileiro** mostrou-se como um dos mais dinâmicos do mundo. Segundo este autor, apresentou no período entre 1890 e 1980 taxa média de crescimento anual do PIB na ordem de 4,14%. No entanto, no bojo da atual Divisão Internacional do Trabalho,

tomou conta do país o baixo dinamismo entre 1980 e 1999, com expansão média anual do produto de apenas 2,1%, um pouco acima da evolução demográfica, porém abaixo do comportamento da economia mundial, das nações periféricas e do centro do capitalismo mundial. (POCHMANN, 2001, p. 36)

Com a reversão na dinâmica de crescimento, o país perde, em consequência, a capacidade de geração de vagas de emprego, principalmente no que se refere aos empregos qualificados que têm sua evolução agravada pela ampliação das importações, pela reformulação do setor público e pela ausência de novos investimentos. Diante desse quadro, para o autor, “o Brasil precisa rever urgentemente sua estratégia de integração passiva e subordinada à economia mundial, sob pena de continuar regredindo ainda mais nas posições anteriormente conquistadas pelo trabalho” (POCHMANN, 2001, p. 40)

Reconhecendo a falta de consenso entre os estudiosos sobre o diagnóstico do problema, Pochmann, aponta entre o conjunto de causas, aquelas que entende passíveis de ação corretiva, por parte do Estado, capazes de reverter em grande parte a falta de emprego no país. “Assim interessa tratar aqui, as razões estruturais do desemprego, como a

persistência de baixas taxas de expansão da economia brasileira nas duas últimas décadas e a condução do novo modelo econômico desde 1990.” (POCHMANN, 2001, p. 111)

Para ele, o avanço tecnológico não deve ser considerado centralmente, pois, no Brasil, é ainda incipiente, tendo em vista que é circunscrito às grandes empresas e estas respondem a menos de 1/3 do total da ocupação. Portanto, trata-se de focar a análise nos elementos fundantes do desemprego em massa. Seguindo sua linha de análise, Pochmann aponta três fatores que têm contribuído para a perda de dinamismo da economia brasileira no período em questão: a) a estabilidade da renda *per capita* em torno do valor de 1980. Este item é ilustrado com a apresentação do *PIB per capita*, que naquele ano, era estimado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID em 3,1 mil dólares e em 1999 havia chegado a apenas 3,3 mil dólares; b) redução do emprego assalariado formal; c) a permanência de baixas taxas de investimento. “Depois de ter abandonado o seu projeto de industrialização nacional ocorrido entre as décadas de 1930 e 1970, o Brasil, do ponto de vista econômico, passou a marcar passo no mesmo lugar.” (POCHMANN, 2001, p. 112)

Embora os dois primeiros fatores indiquem constituírem-se em resultado do processo, surpreendentemente, Pochmann apresenta-os como contribuintes da perda de dinamismo da economia. Em relação ao terceiro, mostra dados sobre o investimento em *Formação Bruta de Capital Fixo* que após atingir seu ponto máximo na metade da década de 1970, passou a apresentar movimento descendente, apesar de três curtos períodos (1978-79; 1984-86 e 1993-97) de tentativa de elevação.

Para ele, o modelo econômico, adotado nos anos noventa e grande responsável pela aceleração dos índices de desemprego, pode ser identificado pelas ações governamentais

que reduziram as diferenças entre os mercados interno e externo, que possibilitaram a modernização de grandes empresas, que aumentaram a dependência econômica e financeira do exterior e que afastaram o Estado de seu papel empreendedor.

No entanto, apesar da grave situação da economia e do quadro dramático do desemprego, Pochmann, otimistamente, apresenta sugestões para sua solução. Para tanto, se faz necessário rever as prioridades nacionais, diz ele. Tendo em vista que, no seu entendimento, a gravidade do problema tem como raiz a falta de renda de parcela significativa da população, condição que remete ao mercado de trabalho pessoas que em situação de normalidade estariam fora dele. A solução passa pelo estabelecimento **de um compromisso nacional em torno do pleno emprego**. Exigindo, por sua vez, não apenas expansão da economia, mas **reversão do processo de concentração de renda** provocando, assim, redução na oferta de força de trabalho ao mercado. (POCHMANN, 2001, p. 123)

A seguir enumera algumas propostas que passam por **reformas civilizatórias no capitalismo nacional**: *uma nova política pública para o trabalho* que incluiria a implantação de um serviço público de assistência social ao desempregado, uma reformulação no sistema de seguro-desemprego e a introdução de um sistema democrático de relações de trabalho; o estabelecimento “*de um novo projeto nacional de desenvolvimento*, capaz de definir as linhas gerais do crescimento econômico sustentado com justiça social e pleno emprego”; e por fim, “a implementação de uma *política de bem-estar social* possibilitaria a ampliação da renda e do emprego”. Ou seja, um modelo econômico a ser implementado por um governo que se proponha a construir um compromisso nacional em função do desenvolvimento social. (POCHMANN, 2001, p. 124).

3.2.1 modernização conservadora e desordem do trabalho

Outro importante autor que discorre sobre o tema, possuindo textos bastante utilizados como referencial pelo sindicalismo, notadamente o cutista, é Jorge Mattoso, que analisando amplamente a questão, entende que as transformações econômicas e políticas que o mundo vem experimentando após a crise do padrão de desenvolvimento iniciado no pós-guerra têm resultado em um forte processo de desestruturação do trabalho. Em seu livro *A Desordem do Trabalho*, de 1995, Mattoso conduz sua avaliação adotando a perspectiva das revoluções industriais.

Embora o segundo grande movimento de transformações produtivas, caracterizado pela utilização da eletricidade, da química orgânica (petróleo), do motor a explosão tenha se iniciado nas três últimas décadas do século XIX, um novo padrão de desenvolvimento apenas se configurou a partir do final da Segunda Guerra Mundial coincidindo com o surgimento de uma nova nação hegemônica, os Estados Unidos. Segundo Mattoso, a partir de então, um longo período de expansão, fundado na nova forma de acumulação capitalista, e denominado de **os anos dourados** se verificará. A principal característica dessa expansão será a predominância do padrão norte-americano de produção industrial, que influenciaria os demais países capitalistas centrais, chegando, inclusive a se estender para alguns países periféricos semi-industrializados, como o Brasil. Este novo padrão que perdurará até os anos de 1970, segundo o autor, teve as seguintes características:

- a) rápido e prolongado crescimento internacional da produção e da produtividade;
 - b) liderança do setor industrial;
 - c) neste, lideram aqueles setores vinculados à produção em massa de bens de consumo duráveis (automóveis e eletrodomésticos), aos bens de capital e a química, em particular, a petroquímica;
 - d) o subsistema de filiais das grandes empresas oligopólicas assume crescente importância e torna-se a face mais aparente do processo de internacionalização produtiva;
 - e) o ritmo de crescimento do comércio internacional é mais intenso que o crescimento da produção industrial;
- [...]
- f) cresce a participação do emprego industrial e do emprego de serviços (agora sob a *lógica industrial*) e, continua caindo a participação do emprego agrícola nos mercados de trabalho nacionais;
 - g) acelera-se a mudança das fontes energéticas, com o abandono das fontes sólidas (carvão) e sua substituição pelo petróleo, cujo preço em queda no período favorece a expansão industrial. (MATTOSO, 1995, p. 24)

Mattoso defende que a crise desse padrão de desenvolvimento gerou alternativas expansionistas que tiveram como marco importante a ruptura da aliança entre empresários e trabalhadores, configuradas, no Estado de Bem-Estar Social e nas políticas de pleno emprego. A reestruturação produtiva e econômica derivada desse processo, impulsionada pelo acirramento da concorrência internacional, visando possibilitar aos empresários elevação da produtividade e competitividade, manifestou num movimento de *modernização*, que, caracterizada **pela distribuição desequilibrada dos benefícios do progresso técnico' segundo as diferentes regiões, países, empresas e indivíduos** e ainda, recaindo sobre os trabalhadores e o Estado as mais importantes conseqüências, o autor entende tratar-se de um processo de caráter *conservador*. (cf. MATTOSO, 1995, p. 56)

Para Mattoso, o uso da expressão *modernização conservadora* se justifica pelo caráter

restrito e concentrado das mudanças tecnológicas e a distribuição desigual dos custos, pagos pela crise financeira dos Estados, pelos trabalhadores e pelos países periféricos, e dos benefícios, restritos a determinados países, empresas e indivíduos, configuraria uma nova *modernização conservadora* que gerou uma maior transformação produtiva e tecnológica acompanhada de maior heterogeneidade, fragmentação, insegurança e desigualdade sociais. (MATTOSO, 1995, p. 65. Grifo do autor)

Mesmo considerando que o novo padrão tecnológico e produtivo se desenvolva sobre a mesma infra-estrutura de transporte e a base energética da Segunda Revolução Industrial, Mattoso concorda com os autores que entendem o movimento de transformações “baseado em novas tecnologias de impacto abrangente sobre o conjunto das estruturas industriais das principais economias capitalistas” congregador dos elementos constituintes de uma Terceira Revolução Industrial. (MATTOSO, 1995, p, 64)

Esse processo de transformações, segundo o autor, ainda não se configurou em um novo padrão de desenvolvimento e tem se manifestado num forte acirramento da concorrência, gerando instabilidade na economia internacional. Referendado por importantes dados oriundos das relações de trabalho nos países centrais, Mattoso afirma que, emergem no mundo do trabalho novas relações baseadas na redução dos níveis de segurança estabelecidas pelo compromisso keynesiano³³. Este processo acontece de diferentes formas: “*insegurança no mercado de trabalho, insegurança no emprego, insegurança na renda, insegurança na contratação e insegurança na representação do*

³³ Baseado na principal obra de Keynes (A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda), estabelecia a intervenção do Estado na vida econômica, evitando atingir totalmente a autonomia da empresa privada, preocupando-se, centralmente, com o estabelecimento e manutenção do pleno emprego. (SANDRONI, 1985)

trabalho” constituindo-se em “uma verdadeira *desordem do trabalho*”. (MATTOSO, 1995, p. 75-8)

Ao tratar do Brasil, o autor, discorre sobre o longo processo de transformações que, por várias décadas do século XX, tomou conta do país, notadamente, a partir de 1930. Na sua compreensão, essas mudanças caracterizaram um lento movimento de reestruturação do trabalho provocado pela transição de uma economia basicamente agrário-exportadora para uma economia diversificada e com preponderância do setor industrial, como aconteceu entre os anos de 1945 e 1980. Período este em que a economia cresceu à taxa de 7% em média por ano, permitindo que o PIB dobrasse de volume a cada dez anos e levasse o Brasil a ocupar a 8ª posição entre as economias industrializadas. Segundo Mattoso (1995, p.123), as taxas anuais médias de crescimento nos diferentes setores da produção industrial, no referido espaço de tempo, se deram na seguinte ordem: indústria de bens de consumo duráveis 15,3%; bens intermediários 10,5% e bens de capital 12,8%. Este processo modificou substancialmente a estrutura da produção industrial, pois com a expansão desses setores, a produção de bens de consumo não duráveis, que em 1949 representava 73% do valor da produção, relativamente, teve sua participação reduzida para 36% em 1980.

Diante desse forte movimento industrializante processa-se importante alteração na estrutura da população ocupada, que passa, segundo o autor, de 60% da PEA no setor primário, no início do período, para menos de 30% em 1980. (MATTOSO, 1995, p. 124)

Nesse sentido, para Mattoso, o processo de industrialização vivido pelo país tem também o significado da estruturação do trabalho, principalmente, em virtude da sua importância na composição da produção do país. “Como não podia deixar de ser, a

intensidade do crescimento e a profundidade das transformações estruturais resultaram em intensas mudanças no mercado de trabalho e na estrutura social”. No bojo desse movimento estrutural da economia constituiu-se “uma classe trabalhadora bastante ampliada, diversificada e concentrada nos setores dinâmicos da acumulação[...]” (MATTOSO, 1995, p.125)

Entretanto, no seu entendimento, o Brasil, nos anos oitenta, passou a viver a crise desse padrão de desenvolvimento, redundando em “esgotamento do dinamismo da economia industrial”. É muito conhecida a tese da **década perdida**, tendo em vista que a taxa de crescimento do PIB, a partir dos anos 50, vinha se sustentado na faixa de 7% ao ano em média e despencou para 2,1% em média naquele decênio, situando-se muito próxima da taxa de crescimento vegetativo da população, que oscilou na média de 1,9%. A estagnação da economia ganha contornos do atraso, no referido período, por ocorrer “simultaneamente à emergência de um novo padrão tecnológico e produtivo” nos países centrais. (MATTOSO, 1995, p. 126)

Para ele, a alternativa à crise brasileira se efetivaria, a partir de 1990 com a **estratégia neoliberal**. Esta é implementada tendo como discurso base o argumento de que não haveria outra forma de o país “alcançar o Primeiro Mundo (ou a Terceira Revolução Industrial)” a não ser realizando as reformas liberalizantes da economia. Mas, em realidade, essa estratégia mostrando-se descolada “de uma articulação social em torno de um projeto nacional” veio a contribuir decisivamente com o aprofundamento da crise que já se estendia por dez anos. (MATTOSO, 1995, p.142)

Mattoso entende que “uma real alternativa ao neoliberalismo, capaz de galvanizar a nação em torno da articulação de um novo projeto nacional” requer uma “reação organizada”. Para tanto seria necessário a

formação de um **bloco social produtivo-distributivo** capaz de enfrentar os desafios da Terceira Revolução Industrial e a lenta gestação de um novo padrão de **desenvolvimento com distribuição de renda** em meio às atuais transformações do capitalismo mundial. (MATTOSO, 1995, p.146)

[...]

Neste sentido, para o Brasil, em um primeiro momento, tratar-se-ia de um compromisso que visaria favorecer o **controle democrático do mercado e do Estado** e permitiria, no curto prazo, a preservação e ampliação do caráter protagônico de uma organização sindical renovada e ampliada. No médio e longo prazo, tratar-se-ia de assegurar a evolução na direção da formação de uma nova hegemonia, que incorporasse também novos atores sociais/relações não econômicas e uma **nova divisão do produto social**. (MATTOSO, 1995, p.151. Grifo nosso)

O principal ator social para a realização dessa negociação “poderia ter por eixo os trabalhadores organizados” e seus sindicatos, entretanto, este movimento precisaria assumir o desafio de “romper com dogmas e corporativismos incorporando a democracia não apenas como valor universal e elemento constituinte da sociedade futura, mas também como espaço de criação de novos direitos e de crítica social.” (MATTOSO, 1995, p. 152/3)

Possuindo posição semelhante, Cano (1995) entende que a alternativa à política neoliberal requer a elaboração de um *Projeto Nacional* de cunho *Organizado e Defensivo*. O aspecto organizado do projeto consistiria na adoção de uma política econômica e de uma política social que exigiria não um simples enxugamento do Estado e sua desregulamentação, “mas, sobretudo, uma profunda reformulação do Estado, retomando seu poder estruturante.” (CANO, 1995, p. 41). O sentido deste aspecto seria o de

não deixar exclusivamente ao mercado a **solução** de problemas econômicos e sociais decorrentes da reestruturação do Estado, que, com apoio da sociedade, possa soberanamente retomar os destinos da Política Econômica e Social do País.” (CANO, 1995, p. 199)

O eixo defensivo visaria a realização de uma abertura econômica

gradual e programada, que buscasse uma complementaridade internacional e que seria regida pela predominância dos interesses da nação e não de interesses de alguns grupos – setoriais e/ou regionais sem projeto comum ou com projetos contraditórios - de segmentos internacionalizados ou, simplesmente, decorrente do discurso ideológico neoliberal. (CANO, 1995, p. 41)

No entanto, esse projeto (organizado-defensivo), segundo Cano, teria como eixo prioritário a promoção social. Ele não poderia se restringir à defesa produtiva e empresarial diante da concorrência internacional.

Ele precisa ser solidamente acompanhado da defesa dos interesses da população pela busca da solução da crise social brasileira, através da produção melhorada para o mercado de massas, da efetiva distribuição da justiça social e da consolidação dos direitos da cidadania. Só assim serão criadas condições democráticas para a tecitura de amplo e necessário acordo político nacional. (CANO, 1995, p. 42)

No entanto, para Cano a formulação e execução de um projeto nacional de desenvolvimento econômico e social são dificultadas por problemas e constrangimentos externos provocados de um lado, pela emergência da Terceira Revolução Industrial, e de outro, pelo endividamento externo. É visando o enfrentamento desses constrangimentos que este autor elabora as linhas gerais do Projeto Organizado e Defensivo, o qual por sua vez é composto por quatro subprojetos, apresentados aqui de forma resumida³⁴:

³⁴ Para maior detalhamento vide Cano (1995) capítulos 1 e 6.

- 1) uma *política de estabilização da inflação*, que considere as inevitáveis perdas baseando-se em critérios de justiça social, que impeça a especulação financeira e a fuga de capitais;
- 2) uma *engenharia política* que efetive uma ampla negociação nacional, que sobretudo, negocie e promova os atendimentos possíveis à população e à economia;
- 3) *reformas estruturais*, inelutavelmente exigidas para que se possa levar a termo a ‘arrumação da casa’. Comporiam este subprojeto: a reforma do Estado; o equacionamento dos serviços das dívidas externa e interna; reformas fiscal e tributária; reestruturação do sistema financeiro nacional; reformas sociais (agrária, abastecimento, urbana, saúde, previdência social, educacional e ambiental); reforma da empresa, adequando-a aos novos requisitos administrativos, produtivos e financeiros, permitindo maior eficiência e ‘de seu papel social numa sociedade moderna e mais justa’.
- 4) *desenho estratégico do ‘modelo’*, que seriam definidas tanto pela capacidade interna de financiamento como, pelo *processo seletivo de prioridades sociais e produtivas*. (CANO, 1995, p. 199).

Reconhecendo as limitações de recursos para o atendimento de todos os setores,

Cano acrescenta que

o modelo sócio-econômico deveria ter como pressuposto central, seletivas prioridades para o crescimento e a distribuição de renda. Há, assim, que se promover uma delicada ‘engenharia sócio-econômica’ que procure combinar o maior número possível de áreas-problema, procurando maximizar os recursos com metas claras de **crescimento, modernização e justiça social**. (CANO, 1995, p. 201).

Em detalhada análise do **estrango** que as chamadas políticas neoliberais causaram nos países latino-americanos, Wilson Cano, em outro texto, conclui que “o agravamento desse processo forçará os rumos de sua superação, que somente poderá ser buscada com a restauração da soberania nacional, hoje entregue ao imperialismo.” (CANO, 2000, p.34).

Conceição Tavares, em artigo publicado no *Jornal do Brasil* em fevereiro de 1996, rebate os argumentos dos autores **neoliberais** que defendiam a necessidade da

flexibilização das relações de trabalho no Brasil, pois sua **rigidez** ao impedir a queda nos custos de produção, inviabilizava a competitividade no cenário internacional, constituindo-se em decorrência, numa das causas do crescente desemprego. Para ela, tratava-se de argumentos e propostas falaciosos, pois, citando o relatório de 1995 da OIT,

Não existem evidências de que a regulamentação do mercado de trabalho seja um obstáculo de peso para a criação de empregos ou que sua ‘flexibilização’ contribua a solucionar os problemas de insuficiência, insegurança e instabilidade de emprego. (TAVARES, 1996)

Depois, em defesa de uma “política de investimentos na reestruturação econômica e social solidárias”, diz que

No Brasil, o mercado de trabalho já é extremamente flexível, como o demonstram, tanto os elevados índices de informalidade e as altíssimas taxas de rotatividade, quanto o baixo nível e ampla diferenciação das remunerações recebidas pelos assalariados....Aliás, o Brasil é um dos países em que o custo da mão-de-obra, quando medido pela participação dos salários no custo de produção ou no valor agregado, é um dos mais baixos do mundo. Assim, não são as condições institucionais do mercado de trabalho, mas sim a **política econômica** e seus reflexos na dinâmica do sistema produtivo que estão produzindo o desemprego. (TAVARES, 1996. Grifo nosso)

No “*Emprego e concorrência desregulada: incertezas e desafios*”, de 1996, Mattoso procura analisar o papel desempenhado internacionalmente pelo que denomina de **concorrência desregulada** sobre a geração de insegurança no mundo do trabalho, em que a expansão do desemprego aparece como a ponta do iceberg nas sociedades contemporâneas. Na segunda parte deste texto, avalia a forma de ocorrência do processo no Brasil, discutindo como as mudanças (iniciadas no início dos anos 90 e aprofundadas pelo Plano Real) realizam “a inserção nacional subordinada a este processo de transformações e o favorecimento da concorrência e sua desregulação.” (MATTOSO, 1996, p. 28)

Sua conclusão reforça a tese defendida anteriormente, pois, no seu entendimento, “para enfrentar – mesmo que defensivamente – o quadro estrutural de desemprego, de desigualdade e de precarização das condições de trabalho, o Brasil precisaria priorizar a produção e o emprego, constituindo seu próprio projeto nacional de desenvolvimento.” (MATTOSO, 1996, p. 49)

Em *O Brasil desempregado* de 1999, Mattoso, critica a visão que explica como causa do desemprego o incremento tecnológico nas empresas. Para ele, o **determinismo tecnológico**, resultante da concorrência entre os capitais objetivando elevar a produtividade e reduzir o trabalho vivo, se observado no âmbito de uma empresa, redundaria na supressão de emprego. Entretanto, quando observado em espaço nacional ou macroeconômico percebe-se que a questão é mais complexa, pois, “a elevação tecnológica e a produtividade, ao mesmo tempo em que destroem produtos, empresas, atividades econômicas e empregos, também criam novos produtos, empresas, empregos e até mesmo novos setores ou atividades econômicas.” (MATTOSO, 1999, p.31)

Em seguida acrescenta que o resultado desse processo, “que pode ser mais emprego, consumo, tempo livre ou desemprego, é uma escolha social, historicamente determinada pelas formas de regulação do sistema produtivo e de distribuição dos ganhos de produtividade.” Como exemplo dessa possibilidade refere-se ao virtuoso crescimento do pós-Segunda Guerra vivenciado pelos países centrais em que os ganhos de produtividade foram incorporados pelos trabalhadores e pelo Estado (por meio da elevação da arrecadação e dos gastos públicos). Assim, a maior disponibilidade de tempo e de dinheiro pelos trabalhadores e pelo Estado favoreceram o surgimento de novas atividades econômicas,

como lazer e turismo e desenvolvimento dos serviços públicos (saúde, educação e seguridade social) e, portanto, o crescimento do emprego.

No entanto, segundo Mattoso (1999), “as últimas décadas têm sido teatro de acentuada globalização com intensificação dos fluxos financeiros internacionais, acirramento da concorrência e crescente integração entre as economias nacionais...” acontecimentos, segundo o autor, hegemonizados pela esfera financeira da economia que se apropria dos ganhos de produtividade, criando em consequência, dificuldades para a redução da jornada de trabalho, para a elevação do salário real e das despesas públicas. A contrapartida desse processo é o rebaixamento das taxas de crescimento da economia. “Em resumo, se o desemprego e a precarização ocorrem, não tem sido por causa da inovação tecnológica e da produtividade, mas devido a um crescimento econômico medíocre e à estagnação do tempo de trabalho.” (MATTOSO, 1999, p. 32).

No último capítulo desse trabalho, apresentando propostas para o Brasil sair da situação de estagnação da economia, Mattoso diz que a principal tarefa de uma “política econômica alternativa” será o de desenvolver o crescimento, porém, diferentemente do período desenvolvimentista, com atenção especial à geração de emprego e à distribuição de renda.

Portanto, terá de romper com os constrangimentos externos e internos que têm limitado este crescimento, restaurando a capacidade de fazer **política econômica soberana** no âmbito de um **projeto estratégico de desenvolvimento nacional**. Em outras palavras, trata-se de reinserir de outra maneira a economia brasileira no plano internacional, redimensionando as aberturas comercial e financeira e revalorizando a produção e o emprego nacionais.” (MATTOSO, 1999, p. 43. Grifo nosso)

A partir daí, apresenta três ações de política econômica que seriam centrais na criação das condições necessárias para a conquista daqueles objetivos, apresentadas aqui de forma bastante resumidas: *o controle de fluxos de capitais* que “permitiria uma maior autonomia da política macroeconômica[...]” mecanismo necessário, no seu entendimento, para garantir o objetivo de crescimento com distribuição de renda; *pausa no processo de abertura comercial*, visando reduzir os déficits comerciais; *renegociação das dívidas* para reduzir o peso sobre o setor privado e público que limita o investimento produtivo.

No livro *Crise e trabalho no Brasil*, publicado pelo Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho - CESIT e composto por artigos de vários autores, sugere-se que as reformas estruturais implementadas na última década do século XX, pelo seu caráter liberalizante da **economia nacional**, assumem a postura de volta ao passado, em referência ao período anterior àquele em que vigorou o padrão keynesiano de desenvolvimento capitalista. Em debate com os liberais, defensores da referidas reformas, os organizadores e apresentadores do livro em questão, argumentam que em nome da modernização da sociedade, os **reformistas liberais**, em verdade, propõem um retorno ao livre funcionamento dos mercados. Indignados com tal proposição, questionam:

Mas qual modernidade, se foi sob o império do livre mercado que o mundo foi lançado na catástrofe de 1929? Qual modernidade, se a ausência de controles estatais antes de 1930 tornava a acumulação capitalista sinônimo de polarização da sociedade entre ricos e miseráveis, em verdadeira máquina de ampliar as desigualdades sociais? (OLIVEIRA; MATTOSO, p. 21, 1997)

A leitura do livro permite a compreensão de que o elemento fundamental na posição dos seus autores em confronto com os chamados liberais conservadores é o resgate do

papel desenvolvimentista do Estado. No entanto, estes autores, diferenciando-se dos liberais conservadores, acrescentam ao desenvolvimentismo, a contemplação, por parte da política econômica decorrente, das antigas e potencializadas demandas sociais. Vejamos seus argumentos no debate com os conservadores:

[...]convenientemente esquece-se o passado recente dos países desenvolvidos, quando o receituário keynesiano e social-democrata de controle e regulação sobre a economia (reformas do Estado, políticas econômicas etc.) e sobre a sociedade (Welfare State) propiciaram fase de prosperidade sem igual na história do capitalismo, ao mesmo tempo que reduziram a miséria e a desigualdade social.

No Brasil, os liberais conservadores apontam o ‘estatismo’ como causa de nossas insuficiências e de nossa miséria social. Esquecem-se também que foram as intervenções do Estado após 1930 que propiciaram rápido crescimento econômico e profundas transformações sociais, já que de um país agrário passamos a industrial e urbano em curto espaço de tempo. (OLIVEIRA; MATTOSO, 1997, p. 21)

Mas, como explicar que diante deste extraordinário desenvolvimento ainda persiste no Brasil as enormes disparidades sociais e a miséria de milhões de pessoas? A resposta, segundo Oliveira e Mattoso, em apresentação síntese de *Crise e trabalho no Brasil*, decorre da unilateralidade da ação do Estado, que funcionou como agente da industrialização, mas não como agente da promoção social.

E se **nosso desenvolvimento** não foi acompanhado de generalizadas melhorias nas condições de vida do povo, isto se deve mais à omissão do Estado – foi precária ou incompleta a ação pública no campo da promoção e do bem-estar social – ou então ao caráter pouco democrático das políticas seguidas. (OLIVEIRA; MATTOSO, p. 22 1997. Grifo nosso)

Para Oliveira e Mattoso, o estudo do CESIT, *Crise e trabalho no Brasil*, tem a pretensão de demonstrar as meias verdades que representavam os argumentos utilizados

pelos **liberais conservadores** que compunham o governo brasileiro entre 1994 e 1998. Estes defendiam a desregulação econômica, pois entendiam que a estrutura produtiva brasileira dependia de modernização para poder competir no mercado internacional, por isso a abertura comercial e a desregulamentação do mercado de trabalho para quebrar a rigidez dos contratos e reduzir os custos dos encargos sociais. Segundo os autores, tais reformas favoreceram a “reestruturação produtiva predatória” e contribuíram decisivamente com a ampliação do desemprego e a precarização das relações de trabalho. Em resumo, o que os autores querem dizer é que estas propostas significaram a manutenção da “inserção passiva da economia nacional na economia mundial”. (OLIVEIRA; MATTOSO, p. 22, 1997)

Os autores acrescentam, reforçando sua tese, que há os exemplos dos países asiáticos e europeus, que “reagiram defensivamente a esta ameaça de ruptura do tecido social, preservando mecanismos públicos de regulação e políticas de defesa da produção e do emprego”. Mas, no Brasil a adoção de uma política de desenvolvimento deverá assumir que o

combate à praga do desemprego terá de ir além e passar por uma intensa mobilização solidária das sociedades, pelo estabelecimento de novos mecanismos nacionais e internacionais de regulação social da economia e do Estado contemporâneo e pela mais drástica redução da jornada de trabalho”. (OLIVEIRA; MATTOSO, 1977, p. 22)

3.2.2. Mais e melhores empregos

Sérgio Goldenstein, que participou do Núcleo de Economistas elaborador do projeto *Mais e melhores empregos para os brasileiros*, constante do programa de governo do Partido dos Trabalhadores, de 94, em artigo para a revista Teoria e Debate, argumenta que o desemprego nos anos 90 não se manifesta devido a uma insuficiência de crescimento da economia, como nos anos 30 em muitos países, que, “uma vez retomado o crescimento, em poucos anos, voltou-se a atingir o pleno emprego (ou o nível histórico do desemprego)”, mas em decorrência do “padrão de desenvolvimento excludente”.

Nesse sentido, segundo este autor, uma política para enfrentamento do problema passa pela retomada do crescimento baseada no “padrão keynesiano de política econômica” pautando-se pelo aumento do consumo de massas. Esta política deve, prioritariamente, buscar

promover de imediato um grande movimento de distribuição de renda, por meio da reforma agrária e pelo aumento do poder aquisitivo dos salários reais como base principal de uma política de crescimento e de geração de empregos. (GOLDENSTEIN, 1994)

Depois de referir-se ao primeiro governo Vargas como promotor da política keynesiana em que se obteve excelentes resultados no campo do emprego, acrescenta que

A elevação substantiva do poder aquisitivo do salário mínimo aumentaria de imediato a demanda por bens e serviços de consumo popular, que são em grande parte produzidos por pequenas e médias empresas caracterizadas pela baixa produtividade do trabalho. Estas empresas teriam então que necessariamente contratar mais mão-de-obra para atender esse incremento da demanda por seus produtos. (GOLDENSTEIN, 1994)

Para reforçar seus argumentos, apresenta a consequência que a hipótese de elevação do valor real do salário mínimo “dos atuais US\$ 65 para US\$ 115” traria à economia. Pelos seus cálculos “apenas para atender este incremento de demanda a economia teria que

crescer cerca de 6% do PIB e gerar cerca de 1,5 milhão de empregos.” Suas propostas incluíam a redução da jornada de trabalho para 40 horas semanais e a adoção de políticas públicas que priorizassem projetos de saneamento urbano e assentamento agrícola, possibilitando com essas medidas a criação das “ bases do movimento de geração de empregos”. (GOLDENTEIN, 1994)

Outro economista que, ao longo da última década, vem colaborando com a elaboração das propostas de governo do PT, é Antônio Prado. Este, em artigo, também para a revista Teoria e Debate, mostra a centralidade que a questão do emprego assume no programa de governo do PT. Seu artigo tem como objetivo apresentar, ainda que de forma sucinta, os “eixos do modelo de desenvolvimento” de um possível governo **democrático popular**. Segundo Prado (2002), este modelo se estruturaria com base na articulação de três instâncias: *o social como elemento do desenvolvimento; o nacional como eixo do desenvolvimento; e, o nacional como fortalecimento do Estado*

No eixo *o social como elemento do desenvolvimento* o programa propõe “distribuir crescendo e crescer por meio da distribuição de renda[...]”. Subordinada a atender este critério, a estratégia de desenvolvimento priorizaria o atendimento às cláusulas sociais, tais como: a) possibilitar aos 53 milhões de brasileiros, que sobrevivem em condições de extrema precariedade, o acesso a bens e serviços básicos essenciais e a uma vida digna; b) preservar o direito ao trabalho e à proteção social de milhões de assalariados, pequenos e médios produtores rurais e urbanos; c) universalizar os serviços e direitos sociais básicos e de qualidade.

Os itens *o nacional como eixo do desenvolvimento e como fortalecimento do Estado* demonstram claras intenções de contraposição às medidas adotadas pelo governo FHC em relação ao papel do Estado na atenção ao social e na inserção do país na economia internacional, pois, segundo Prado (2002), a política adotada até então, em nome da modernidade, “desvalorizou a questão nacional” ao realizar a abertura da economia “sem defender o mercado nacional do *dumping* predatório e sem salvaguardar setores de condições desiguais de competição internacional”. Isso resultou numa “grave e profunda vulnerabilidade externa da economia brasileira e se aprofundou a dependência”. Por outro lado, diz Prado, o governo FHC, com seu programa de privatizações, “dilapidou o patrimônio público acumulado por gerações” e com o projeto de estabilização da moeda fez explodir a dívida pública provocando o enfraquecimento do Estado.

Antonio Palocci, em entrevista à mesma revista, ainda como coordenador do processo de elaboração do Programa Nacional de Governo do PT, indica como os problemas apontados acima seriam enfrentados por um possível governo que tivesse o **crescimento, o emprego e a inclusão social** como eixos centrais. Diz ele:

É possível construir um projeto econômico de crescimento **tendo a questão social como estruturante**, não como parte e à parte do processo. Isso significa pensar no crescimento baseado fundamentalmente na **construção de um novo mercado interno** de consumo de massas, o que pressupõe a inclusão de milhões de brasileiros hoje excluídos. Isso pressupõe uma política de busca de recursos públicos e privados, que estimule tanto um plano de obras públicas de interesse social (aí incluído saneamento, infraestrutura e habitação principalmente), quanto também um plano de investimentos privados que diga respeito à indústria de consumo de massa e à infra-estrutura, num sistema de parceria com o setor público. Essa é a base central do nosso projeto. Junto a isso, temos consciência de que é preciso, para promover essa mudança, enfrentar o problema das contas públicas, do ajuste fiscal desenvolvido pelo atual governo. Os fundamentos da economia brasileira são muito frágeis. Queremos construir um mercado interno forte para poder dar sustentabilidade a um novo projeto de desenvolvimento econômico. Não queremos voltar às velhas práticas de

fechamento do mercado. **O PT entende que o mundo globalizado é uma realidade, não é uma opção. Mas para trabalhar no mundo globalizado com competitividade, o Brasil precisa favorecer as exportações e construir uma política competitiva de substituição de importações.** (PALOCCI, 2002. Grifo nosso)

Na seqüência da entrevista, Palocci acrescenta que o programa apresentado depende do desenvolvimento de vários projetos: um plano nacional de investimento em ciência e tecnologia, investimento em política industrial, reforma tributária para favorecer a exportação e a produção e uma postura ousada e soberana na disputa do mercado internacional. Sobre a questão específica do desemprego diz que

diminuí-lo em 50% significa gerar de 8 a 10 milhões de empregos[...] Seria muito bom que o governo Lula³⁵ resolvesse o problema no primeiro ou no segundo ano, mas não há solução para todo o problema em quatro anos, por isso vamos trabalhar com três projetos simultaneamente. Projeto de crescimento e geração de emprego, projeto de distribuição de renda e programas emergenciais de combate à fome. (PALOCCI, 2002)

O programa de governo petista de 2002, contando com as devidas adaptações e atualizações, é, no geral, o mesmo de 1994. Mantendo a denominação *Mais e Melhores Empregos*, apresenta um panorama, em dados estatísticos, de quão grave são as condições e as relações de trabalho no Brasil. Apoiando-se nos números da Pesquisa Nacional de Amostra a Domicílio – PNAD/IBGE, mostra que a participação do emprego precário (sem carteira assinada, por conta própria e sem rendimentos) no total das relações empregatícias elevou-se de 46,7% para 57,6% de 1989 a 1999, totalizando cerca de 40 milhões de trabalhadores em condições incertas e inseguras de trabalho.

³⁵ Governo do Presidente Luis Inácio Lula da Silva.

Além das relações precárias de trabalho, o texto informa que o crescimento do desemprego atual é acompanhado ainda, de um lado, da queda no rendimento do trabalho, conforme estimativa da PNAD, que indica que nos últimos cinco anos a renda média real dos trabalhadores despencou cerca de 28% para os ocupados e 20% para os que se encontram em situação de assalariamento. Além disso, na ampliação do tempo efetivo de trabalho, “Cerca de 27 milhões de brasileiros – 37% da mão-de-obra ocupada – trabalham acima do teto constitucional.” (PT, 2002)

O programa petista apresenta ainda o enredo de como este terrível drama foi constituído, vejamos:

Esta trágica realidade é a demonstração explícita da incompatibilidade existente entre a política econômica adotada nestes oito anos e os anseios do povo brasileiro, que clama por crescimento econômico, geração de empregos de qualidade, distribuição de renda e inserção social.

A abertura indiscriminada da economia e a sobrevalorização da moeda nacional, até o colapso cambial em 1999, quebraram as cadeias produtivas construídas ao longo de décadas, desmobilizando e queimando investimentos e empregos nos setores industriais e agropecuários. A política de taxas de juros elevadas e instáveis vem corroendo os estímulos aos investimentos produtivos das grandes empresas e inviabilizando as micros e pequenas, o que gera brutal desperdício de empregos. (PT, 2002, p. 5)

Na seqüência apresenta os eixos que constituiriam o novo modelo de desenvolvimento. “O programa *Mais e Melhores Empregos-2002* é peça integrante e essencial de um modelo de desenvolvimento para o Brasil, que tem como eixo o social e recusa o conformismo e o imobilismo social dos últimos anos.” Acompanhemos quais são os pontos integrantes deste projeto:

a) inclusão de 53 milhões de brasileiros, que sobrevivem em condições de extrema precariedade [...]; b) criação de novos empregos numa escala capaz de responder ao desafio representado pelo contingente atual de milhões de desempregados[...]; c) preservação e ampliação do direito ao trabalho e à proteção social de milhões de assalariados, pequenos e médios produtores rurais e urbanos[...]; d) universalização dos serviços e direitos sociais básicos [...]; e) cumprimento das garantias constitucionais aos portadores de necessidades especiais. (PT, 2002, p. 6)

Para alcançar tais objetivos, segundo o texto programa, será necessário “um persistente esforço de crescimento sustentado”, que por sua vez envolve o “redirecionamento dos gastos públicos, a adoção de políticas arrojadas de indução do capital privado a investir na produção e a democratização dos direitos de propriedade, no campo e nas cidades” (PT, 2002, p. 6)

3.5 CONSONÂNCIA DE VISÕES

Pela avaliação que a CUT faz das condições econômicas, sociais e políticas, percebe-se a consonância com as análises teóricas apontadas acima. Podemos perceber que, no geral, as constatações causais decorrem da crise do modelo de desenvolvimento adotado a partir dos anos 50 no Brasil. Os anos 80 correspondem ao tempo de maturação da crise para desembocar em um novo modelo econômico, que em nome da modernidade, adotou aquele propagado pelo *Consenso de Washington*, de cunho neoliberalizante, que para os autores arrolados, é responsável direto pelo atual desarranjo produtivo e das relações de trabalho.

Em suma, para esses autores e também para a CUT, a sociedade brasileira vive ainda a crise do modelo econômico que vigorou até 1980, responsável pelo crescimento acelerado dos anos 60 e 70 e pelas transformações sociais e econômicas dele decorrente, e, as conseqüências do modelo implementado nos anos 90, que em última instância, só veio agravar as condições de crise do modelo desenvolvimentista.

Embora as causas apontadas possuam alguma variação, elas são resultado do mesmo núcleo irradiador, o modelo econômico. Nesse sentido, suas perspectivas situam-se no mesmo campo, ou seja, na necessidade de novo projeto nacional de desenvolvimento. Este modelo teria como características básicas a **retomada** da soberania do país, a distribuição de renda, o controle democrático do mercado e do Estado, o poder estruturante e a capacidade de regulação social e econômica do Estado etc.

Enfim, esses autores e a CUT entendem o Estado descolado das relações sociais de produção, tendo como atribuição promover a distribuição dos frutos do trabalho. Com base nessa compreensão é que o governo emerge como o executor de tal política. Essa mudança significativa dos rumos da economia ocorreria dentro da ordem democrática e do respeito irrestrito às leis do mercado.

Não há dúvida que a população trabalhadora, ou seja, aqueles que vivem da venda da força de trabalho, aqueles que tentam mas não conseguem vendê-la, como aqueles que vivem da produção e venda de alguma mercadoria, desejam e a distribuição equitativa da riqueza e o desenvolvimento social, mas a questão está justamente na viabilização destas ações na ordem social do capital. Para a CUT e os autores citados o alcance desses anseios situam-se no âmbito das políticas governamentais; há o entendimento de que o governo, na

coordenação do exercício do Estado, detém as condições políticas e econômicas de realizar as reformas necessárias para atender a demanda relativa às circunstâncias de vida dessa população, que em última instância resume-se em possibilitar maior consumo dos bens produzidos socialmente.

Valendo-nos da contribuição de outros pensadores, construiremos uma análise crítica dessa visão, pois, entendemos que ela é insuficiente para explicar o fenômeno do desemprego e, portanto, insuficiente para fundamentar a ação política de uma central sindical socialista, como a CUT se autodenomina. Nossa compreensão é que, a análise empreendida pela CUT, expressando a fundamentação teórica dos autores citados, não permite visualizar as reais causas das condições sociais dos trabalhadores brasileiros e, em específico, de um de seus aspectos que é o desemprego. Ao aceitar as regras e a ordem do mercado capitalista como elementos **naturais** da sociedade, a CUT desvencilha-se de instrumentais analíticos que possibilitariam uma compreensão mais profunda e essencial do objeto em questão.

É justamente isso que investigaremos no próximo capítulo.

4. O DESEMPREGO NA ORDEM SOCIAL DO CAPITAL

Toda ciência seria supérflua se houvesse coincidência
imediate entre a aparência e a essência das coisas.

Karl Marx

Vimos nos capítulos anteriores que as análises sobre o desemprego centram suas atenções, grosso modo, nas políticas econômicas empreendidas pelos governos nacionais. Pretende-se, agora, o desenvolvimento da noção de que estas explicações situam-se no campo das manifestações imediatas do processo histórico de acumulação do capital. Este, em seu movimento incessante de reprodução, se metamorfoseia de acordo com as condições objetivas encontradas: fontes de matérias primas, quantidade e qualidade da força de trabalho, estágio de desenvolvimento produtivo; das condições subjetivas, ou o nível de organização e de reação da classe trabalhadora e a **empatia** da classe burguesa local. Nesse sentido, seu movimento adquire facetas diferenciadas em cada espaço-nação em que penetra, ou, invertendo a lógica do raciocínio, podemos dizer que os modelos econômicos adotados pelos governos nacionais tendem a ser nada mais que adaptações das condições políticas e econômicas do país à lógica expansiva do capital.

Assim, a explicação dada e a conseqüente ação empreendida pela CUT sobre o problema do desemprego atual, substanciada nas análises teóricas dos autores citados, por não abarcar a questão na amplitude e na profundidade necessárias, visando chegar à sua raiz e, portanto, nos seus elementos estruturais, situam-se, de um lado na crítica das propostas políticas governamentais implementadas, principalmente, nos anos de 1990 no Brasil, e, de outro lado, na defesa de um novo modelo econômico, tendo como particularidade diferenciadora das propostas de governos anteriores, a preocupação com os graves problemas sociais. Esta análise parece estar mais para o conteúdo das campanhas eleitorais dos partidos políticos procurando conquistar o voto do eleitorado do que propriamente de uma central sindical que se proclama socialista e, portanto, de caráter

transformador³⁶ Uma central sindical do porte da CUT e diante dos objetivos a que se propõe, mais do que acompanhar criticamente o caráter das ações políticas dos governos de plantão, deve, necessariamente, estender a análise às exigências do capital em seu movimento voraz de acumulação. A compreensão da lógica mais profunda do capital, que transforma tudo em mercadoria e subsume as relações sociais, seria imperiosa para uma organização dos trabalhadores com esse propósito.

O movimento que o capital realiza manifesta-se historicamente na forma de sistemas produtivos, sobre os quais muitos autores se referem como padrão de acumulação. Assim temos, o padrão *fordista e keynesiano* ou o atual padrão flexível de acumulação. Portanto, o aprofundamento que almejamos na explicação do desemprego requer uma incursão teórica que permita situar o entendimento do atual modelo de produção como manifestação histórica na lógica de acumulação do capital.

O contemporâneo padrão de acumulação capitalista em desenvolvimento desde a década de 1970 vem transformando substancialmente a estrutura dos sistemas de produção, as relações de trabalho e o papel do Estado em todo o mundo. A inovação tecnológica e a globalização são expressões de um novo patamar de competitividade que forçam a reorganização dos sistemas produtivos. A produção descentralizada e os processos que terceirizam ou subcontratam serviços e a confecção de componentes, ao mesmo tempo em que visam reduzir custos, são elementos da estratégia de adaptação às novas regras do mercado. No entanto, o objetivo fundamental continua sendo o mesmo, pois, “ainda vivemos uma sociedade em que a produção em função de lucros permanece como o princípio organizador básico da vida econômica”. (HARVEY, 1993, p. 117).

³⁶ Vide capítulo 2, página 1.

Mas, este novo padrão de acumulação do capital, cunhado de “acumulação flexível”³⁷, se apresenta de forma mais profunda como um desdobramento das contradições do sistema de produção e acumulação existente anteriormente, conhecido como fordista e taylorista ou mais precisamente fordista-keynesiano como ficou denominado após a Segunda Guerra Mundial. Nesse sentido, é necessário realizar uma investigação teórica sobre o conceito de acumulação, tendo em vista que este entendimento será fundamental na análise a ser empreendida.

No modo de produção capitalista, a acumulação, também denominada de reprodução ampliada do capital, consiste no processo de manutenção da lógica que possibilita aos proprietários privados dos meios produtivos, converter a mais-valia³⁸ obtida em dado momento, em novos equipamentos, máquinas, infra-estrutura e, possivelmente, novo montante de força de trabalho, objetivando a obtenção de nova soma de mais-valia. Este é o desejo velado dos capitalistas: obter dos trabalhadores, a cada momento, um montante maior de trabalho não pago.

Já são bastante conhecidas as condições necessárias ao desenvolvimento da produção especificamente capitalista, mas vamos citá-las, resumidamente aqui, para facilitar a compreensão: a condição básica essencial é a existência de trabalhadores livres, ou seja, a existência de trabalhadores desprovidos totalmente dos meios que permitem a produção material da própria existência. Nesta condição, para viver, só resta a esses

³⁷ David Harvey, (1993)

³⁸ Mais-valia: diferença entre o valor novo criado pelo processo de produção e o custo de reprodução da força de trabalho (ou valor da força de trabalho). Numa sociedade capitalista, a mais-valia (ou o trabalho excedente) é produzida pelos trabalhadores assalariados e apropriada pelos capitalistas. Em suma, trata-se do trabalho não pago apropriado pela classe capitalista. (MANDEL, 1985)

trabalhadores disporem sua capacidade de trabalho (força de trabalho³⁹) a quem se candidate a consumi-las. Isso eles encontram no capitalista ávido em transformar seu capital em mais capital.

Vale a pena recuperar uma frase de Karl Marx na qual apresenta a relação que se estabelece no encontro desses dois personagens: capitalista e trabalhador livre:

Para transformar dinheiro em capital tem o possuidor do dinheiro de encontrar o trabalhador livre no mercado de mercadorias, livre em dois sentidos, o de dispor como pessoa livre de sua força de trabalho como sua mercadoria, e o de estar livre, inteiramente despojado de todas as coisas necessárias à materialização de sua força de trabalho, não tendo além desta outra mercadoria para vender. (MARX, 1975, p. 189)

É importante salientar que o elemento fundamental neste modo de produção, que, de um lado, favorece a dinâmica acumulativa do capital extraindo o trabalho excedente dos reais produtores, e, de outro lado, transforma a capacidade produtiva desses produtores em mercadoria, é a propriedade privada capitalista sobre os meios de produção, a qual afasta dos meios de vida justamente aqueles que realizam a sua produção. Marx se refere a este elemento fundamental da ordem burguesa, dizendo que, para o capitalista, a propriedade revela “o direito de apropriar-se de trabalho alheio não pago ou de seu produto, e, do lado do trabalhador, a impossibilidade de apropriar-se do produto de seu trabalho”. (MARX, 1975, p. 679)

Luxemburg (1976) tendo como pressuposto esta situação básica essencial, organiza, do ponto de vista teórico, as condições necessárias para que aconteça a reprodução

³⁹ Por força de trabalho ou capacidade de trabalho compreende-se o conjunto das faculdades físicas e mentais, existentes no corpo e na personalidade viva de um ser humano, as quais ele põe em ação toda vez que produz

ampliada sob a lógica capitalista⁴⁰. A primeira condição é a produção da mais-valia, pois é esta que possibilita o incremento da produção de capital. É evidente que esta mais-valia estará contida na mercadoria produzida, seja ela material ou imaterial⁴¹. Nota-se que esta condição se circunscreve na relação entre o capitalista e o proletário, ou seja, o primeiro deve conquistar do segundo um valor além daquele necessário à sua manutenção diária e também à reprodução da sua vida. A segunda condição é que a mercadoria se transforme em dinheiro, garantindo assim a apropriação da mais-valia. Esta condição nos remete ao mercado onde está situada a possibilidade da mercadoria transformar-se em dinheiro e, conseqüentemente, da mais-valia se reproduzir como incremento ao capital inicial. A terceira condição é a transformação de parte da mais-valia realizada em capital produtivo, isto é, em meios de produção e força de trabalho destinados a produzir um montante maior de mercadorias e de mais-valia. Desta decorre a quarta condição: este montante maior de mercadorias deverá ser levado ao mercado e transformado em dinheiro, realizando assim a nova porção de mais-valia. Este movimento de produção e mercado (venda e compra) deverá ocorrer de forma constante e ininterrupta.

No capítulo XXII de *O Capital*, Marx (1975) sintetizou este fenômeno numa frase: “Aplicação de mais-valia como capital ou conversão de mais-valia em capital é o que se chama de acumulação do capital”. Depois, no capítulo XXIII - *Lei Geral da Acumulação Capitalista* – desenvolveu, historicamente e de forma precisa, como este processo se

valores-de-uso de qualquer espécie. (MARX, 1975)

⁴⁰ Cf. Marx, *O Capital – Crítica da economia política*. Civilização Brasileira. 1975, p. 674

⁴¹ Em expansão com o desenvolvimento dos setores de serviço, de comunicação, publicidade, pesquisas etc. que produzem mercadorias materiais ou imateriais. As quais, em sendo resultado de trabalhos voltados à valorização do capital, se entende como resultante de trabalhos produtivos. Mandel (1985, capítulo XII), Marx (1975), Tumolo (2001).

Antunes (2000, cap. VII) discute este conceito apresentando uma compreensão diferenciada, pois considera estes setores como auxiliares ao trabalho produtivo.

relaciona com concentração e culmina na centralização de capitais. Neste capítulo, Marx explica que

Todo capital individual é uma concentração maior ou menor dos meios de produção com o comando correspondente sobre um exército maior ou menor de trabalhadores. Cada acumulação se torna meio de nova acumulação. Ao ampliar-se à massa de riqueza que funciona como capital, a acumulação aumenta a concentração dessa riqueza nas mãos de capitalistas individuais e, em consequência, a base da produção em grande escala e dos métodos de produção especificamente capitalistas. (MARX, 1975, p. 726)

Nessas circunstâncias estariam proporcionadas as condições de desenvolvimento da grande indústria que prosperou a partir da segunda metade do século XIX. No processo histórico de efetivação do modo de produção capitalista, a acumulação apareceu, primeiramente, como transferência dos meios de produção de produtores livres (artesãos) para as mãos, melhor dizendo, para o domínio do capital; aqueles meios de produção dispersos foram se constituindo como capital à medida de sua concentração.

Marx mostrou como acumulação e centralização são aspectos de um mesmo fenômeno ao dizer que, enquanto os meios de produção estavam dispersos em muitos pontos, mesmo funcionando como capital, aquela condição de dispersão retardava a sua reprodução ampliada. “Por isso a acumulação aparece de um lado através da concentração crescente dos meios de produção e do comando sobre o trabalho, e de outro, através da repulsão recíproca de muitos capitalistas individuais”. (MARX, 1975, p. 727)

Por isso, a centralização que também resulta da acumulação, pois significa resultado da concorrência, circunscreve-se na sua forma mais clássica à época da formação do capital social, tempo em que o capitalismo como modo de produção se consolidava. Era o

momento seguinte ao chamado capitalismo concorrencial decorrente da Revolução Industrial (1770 – 1840). Antes o capital encontrava-se então fragmentado, acumulava e concentrava-se, no entanto, em muitas mãos. “A centralização completa a tarefa da acumulação, capacitando o capitalista industrial a ampliar a escala de suas operações”. (MARX, 1975, p. 728). Este movimento aponta as características tendenciais da época robusta do capitalismo, o período em que passa predominar a força dos monopólios, ficando a partir de então conhecida como a fase monopolista do capital.

É possível deduzir desta explicação que a força individual na batalha inter-capitalista provém do seu domínio sobre o trabalho, isto é, resulta da capacidade de cada capitalista em executar seu comando sobre o trabalhador, em desenvolver seu domínio sobre a força de trabalho, criando as condições mais favoráveis para conseqüente extração da mais-valia e de reprodução ampliada do seu capital.

Como vemos, o jogo de forças inter-capitalistas, no momento em que existem os capitais já formados, tem como desdobramento a centralização. O capital se acumula nas mãos de um só ou de poucos porque escapou das mãos de muitos em outra parte.

A batalha da concorrência é conduzida por meio da redução dos preços das mercadorias. Não se alterando as demais circunstâncias, o barateamento das mercadorias depende da produtividade do trabalho e este da escala de produção. (MARX, 1975, p. 727).

A produtividade, por sua vez, depende do incremento das condições físicas de produção. Em outras palavras, o desenvolvimento técnico e organizacional do trabalho, ou composição orgânica do capital, aumentando a sua parte constante (trabalho morto), aumenta a escala da produção, e, conseqüentemente, tende a reduzir a procura relativa da força de trabalho ou a parte variável do capital (trabalho vivo).

4.1 ACUMULAÇÃO CAPITALISTA E POPULAÇÃO TRABALHADORA EXCEDENTE

A produtividade proporcionada pelo trabalho social, expressão de quantidade crescente de meios de produção sob o comando capitalista e da tendência decrescente de utilização da força de trabalho, é impulsionada pela pressão da concorrência. Na disputa do mercado, o capitalista se encontra na contingência de apresentar uma mercadoria de preço e qualidade melhores que os concorrentes. Isso só é possível com o aumento da produtividade. Esta, por sua vez, é obtida através da mudança na composição orgânica do capital. A mudança na composição orgânica do capital, como já vem sendo explicada, é resultado da extração da mais-valia e da transformação desta em capital. Isto significa que a existência de uma população excedente de força de trabalho é aspecto integrante da acumulação capitalista. A existência da mais-valia (trabalho excedente) e sua transformação em capital é a condição primordial da geração de uma população que excede a necessidade acumulativa do capital. Em síntese, a produtividade do trabalho, objetivo incessantemente buscado pela empresa capitalista, em virtude da pressão exercida pela concorrência, é a condição material para o capital prescindir de parte da força de trabalho disponível.

Ao constituírem-se as condições capitalistas da acumulação, constitui-se uma parcela supérflua para o capital no montante de força de trabalho disponível. Marx (1975) vai além, dizendo que “a população trabalhadora, ao produzir a acumulação do capital,

produz em proporções crescentes, os meios que fazem dela, relativamente, uma população supérflua”. Essa explicação evidencia que a população trabalhadora supérflua não aparece como uma aberração ao modo capitalista de produção. Ela ocupa posição essencial ao movimento expansivo do capital, posto que sua variação quantitativa incide diretamente no preço e no valor da mercadoria força de trabalho, variando para mais ou para menos dependendo da sua disponibilidade. Assim, como diz Braverman (1987), a população trabalhadora excedente cumpre, também, o papel de atuar como um mecanismo de controle da força de trabalho, necessário, portanto, ao movimento acumulativo do capital. Ao capital a existência da população trabalhadora excedente serve para evitar que os salários reais aumentem a ponto de interferir na conservação da taxa de mais-valia, na taxa de lucros, e, conseqüentemente, na acumulação do capital, conforme assegura Mandel (1985).

Marx (1975, p. 748) diz ainda que esta condição “é uma lei na sociedade capitalista onde o instrumental de trabalho emprega o trabalhador e não este o instrumental”.

Falamos do desemprego estrutural, componente das relações em que predomina a lógica capitalista. Para Braverman (1987, p. 326) “o desemprego é apenas a parte oficialmente contada do excedente relativo da população trabalhadora necessária à acumulação do capital e que por sua vez é produzida por ele”.

A evolução do emprego e da produtividade na indústria norte-americana, no século XX ilustra bem o fenômeno, que apresenta, de um lado, a crescente produtividade e de outro a utilização declinante da força de trabalho. Em 1920, segundo Braverman (1987), o emprego industrial correspondia a pouco mais de 45% do emprego urbano. E de acordo com informações de Drucker (2001), a produção industrial triplicou de volume desde a

Segunda Guerra Mundial, enquanto o emprego nesse setor caiu, desde então, de 35% da força de trabalho para algo em torno de 17% no ano 2000.

A evolução das condições capitalistas de produção que já havia provocado a redução de postos de trabalho na agricultura à medida de sua penetração, mostra, desde os anos 50, conforme evolui e expande a capacidade produtiva na indústria, a redução sistemática do montante de trabalhadores empregados. Assim, a população excedente relativa assume novas características, notadamente, a partir da emergência e desenvolvimento do padrão de acumulação flexível, pois as condições de desenvolvimento alcançadas pelas forças produtivas claramente deslocaram da indústria o lócus privilegiado de concentração do trabalho, pelo menos em termos numéricos. E, por outro lado, a dinâmica expansiva do capital, diversificando a economia, tem produzido excesso de força de trabalho em todos os setores econômicos. O setor de serviços, por exemplo, embora esteja em forte expansão desde os anos cinquenta e, portanto, venha absorvendo o maior número de trabalhadores, devido ao seu dinamismo e concorrência, tem se estruturado cada vez mais através dos equipamentos eletrônicos, de comunicação e de informática. Este setor, estando subordinado à lógica da acumulação, à medida que se moderniza também contribui com consolidação do excedente da força de trabalho. Sobre isso, Rifkin informava em 1995 que, até então, as pesquisas apontavam que “menos de 5% das empresas em todo o mundo” já haviam começado a fazer “a transição para a cultura da máquina” inteligente. Mesmo que se duvide desta estimativa, por talvez considerá-la exageradamente diminuta, não se pode negar o caráter tendencial do movimento de modernização produtiva, que, embora contraditório, aponta para a redução sistemática dos

postos de trabalho. Para Antunes (1999), “essa tendência tem se acentuado, em função da vigência do caráter destrutivo da lógica do capital, muito mais visível nesses 20, 30 anos”.

Ou seja, à medida que o capital se expande para setores ainda não diretamente subordinados à sua lógica, leva consigo a lei da acumulação, produzindo, em consequência, uma dinâmica semelhante àquela desenvolvida na indústria e analisada profundamente por Marx. A lógica da reprodução ampliada do capital requer para seu campo todos os espaços possíveis tanto do ponto de vista geográfico como das atividades econômicas. Claro que isso depende da capacidade de produção de mais-valia que tais atividades e espaços possuam.

4.2 O DESENVOLVIMENTO DO FORDISMO COMO PADRÃO DE ACUMULAÇÃO

Ao visualizar, mesmo de forma panorâmica, o desenvolvimento capitalista no mundo, percebemos que sua história se manifesta na constante transformação do processo produtivo e do correspondente processo de trabalho em que os métodos de gestão da força de trabalho emergem como fundamentais na produção de seu objetivo central: o lucro - forma aparente da mais-valia. Vimos nos itens anteriores quais são as bases teóricas deste movimento constante na estrutura produtiva e, agora, procuraremos acompanhar como

determinados procedimentos transformam-se em padrão preponderante de acumulação de capital.

Estudando o padrão de desenvolvimento do capital ao longo do século XX podemos constatar que os elementos principais que o constituem estão relacionados com a dinâmica da luta entre os capitalistas por fatias cada vez maiores do mercado. Isso porque, conforme Marx (1975) explica, na lógica capitalista, determinadas leis preponderam. E sobre a ação do capitalista, o autor diz que esta não acontece livremente, pois

a concorrência impõe a cada capitalista as leis iminentes do modo capitalista de produção como leis coercitivas externas. Compele-o a expandir continuamente seu capital, para conservá-lo, e só pode expandi-lo por meio da acumulação progressiva”. (MARX, 1975, p. 688).

No outro lado dessa moeda encontram-se as relações de trabalho que, como estamos percebendo, são também subsumidas pela lógica do mercado.

O fordismo constituiu a forma predominante de produção e acumulação do capital ao longo do todo o século passado. Ao estudá-lo constatamos que seu verdadeiro reinado aconteceu de forma efetiva a partir da Segunda Guerra Mundial, quando então se alia às propostas econômicas de Keynes, que os Estados nacionais, principalmente aqueles que ocupam posição central no sistema, assumiram.

Mas, podemos dizer que esta foi a segunda fase do fordismo. A primeira, que se gestou no decorrer da Segunda Revolução Industrial iniciada por volta de 1870, apesar da tentativa de intervenção no espaço social realizada por Ford, em grande medida, concentrou-se na esfera do sistema produtivo e de seu respectivo processo de trabalho. De acordo com Harvey (1993), a data inicial do fordismo, adotada de forma simbólica é 1914, pois foi este o ano de implantação da jornada de trabalho de oito horas a cinco dólares na

fábrica de automóveis de Henry Ford. É interessante observar que esta medida interage de forma ideológica com a estratégia produtiva adotada um ano antes, baseada na linha de montagem com base na esteira rolante. Era o aperfeiçoamento do trabalho simplificado, rotineiro e com ritmo imposto pela máquina.

Gramsci (2001), em crítica ao estudo de Croce sobre a queda tendencial da taxa de lucro e referindo-se as estratégias produtivas do fordismo, confirma o movimento do capital individual por posições vantajosas no mercado ao observar que

Toda a atividade industrial de Henry Ford pode ser estudada deste ponto de vista: uma luta contínua e incessante para fugir da lei da queda da taxa de lucro, pela manutenção de uma posição de superioridade sobre os concorrentes.⁴²

Apesar do *five dólar day*, que já possuía um sentido social, pois visava a possibilidade de consumo pelos trabalhadores e do investimento na organização dos transportes e da distribuição das mercadorias produzidas, as medidas do fordismo eram prioritariamente circunscritas no âmbito local do trabalho, designando um princípio geral de organização da produção em que eram consideradas as condições tecnológicas, a forma de organização do trabalho e o estilo de gestão. Como elementos característicos, esta visão do fordismo continha a racionalização taylorista do trabalho com profunda divisão, tanto horizontal (parcelamento das tarefas) quanto vertical (separação entre concepção e execução), bem como a especialização do trabalho; o desenvolvimento da mecanização; e a produção em massa de bens com elevado grau de padronização. (ANTUNES, 2000; BRAVERMAN, 1986; HARVEY, 1993).

⁴² Volume 1, p. 351.

Encontra-se fortemente presente neste processo a influência da incessante busca de Taylor em desenvolver os fundamentos da organização dos processos de trabalho e do controle sobre este. Anos mais tarde, em análise dos processos de trabalho ao longo do século XX, Braverman (1986, p.86) apontou de forma categórica que não era

a melhor maneira de trabalhar ‘em geral’ o que Taylor buscava, mas uma resposta ao problema específico de como controlar melhor o trabalho alienado – isto é, a força de trabalho comprada e vendida.

No entanto, para o pleno desenvolvimento do fordismo, inclusive para se constituir como padrão de acumulação, foi necessário, conforme Harvey (1993) aponta em seu texto, superar **dois principais impedimentos**. O primeiro, refere-se, a conturbada história das primeiras três décadas do século, marcada por crises econômicas, desemprego em massa, revoluções sociais, guerra e “o maior terremoto global medido na escala Richter dos historiadores econômicos – a grande depressão do entre-guerras” (Hobsbawm, 1995, p.91), que requeria o estabelecimento de novos parâmetros de intervenção estatal na economia. Nesse sentido, “foi necessário conceber um novo modo de regulamentação para atender os requisitos do fordismo.” (HARVEY, 1993, p. 124). Pois, segundo Harvey (1993, p 118),

a celebrada ‘mão invisível’ do mercado, de Adam Smith, nunca bastou por si mesma para garantir um crescimento estável do capitalismo mesmo quando as instituições de apoio (propriedade privada, contratos válidos, administração apropriada do dinheiro) funcionam adequadamente.

Em virtude disso, Harvey (1993), recorrendo aos argumentos da escola francesa de regulação, pondera que “algum grau de ação coletiva – de modo geral, a regulamentação e a intervenção do Estado” era “necessário para compensar as falhas do mercado[...]”. Mas, para tanto, era preciso vencer as dificuldades de configuração do Estado na modalidade requerida e isso só foi possível no pós-guerra.

O segundo impedimento vinculava-se às relações de trabalho ou para falar de forma mais crua, referia-se à relação entre capitalistas e proletários. Ao capitalista se impunha à necessidade de obter uma certa ordem e disciplina da força de trabalho tendo em vista o objetivo da acumulação, que envolve uma mistura de repressão, familiarização, cooptação e cooperação, exigindo, por sua vez, que sejam organizados não só no local de trabalho, mas nas diversas instâncias da sociedade. Para Harvey (1993, p. 123)

o estado das relações de classe no mundo capitalista dificilmente era propício à fácil aceitação de um sistema de produção que se apoiava tanto na familiarização do trabalhador com longas horas de trabalho puramente rotinizado, exigindo pouco das habilidades manuais tradicionais e concedendo um controle quase inexistente ao trabalhador sobre o projeto, o ritmo e a organização do processo produtivo.

A solução veio com a adoção das estratégias administrativas e de regulação trabalhista e social propostas pelo economista John M. Keynes, que, em síntese, pregava a ação interventora do Estado visando a estabilização do crescimento capitalista. Assim, a teoria administrativa de Keynes é incorporada pelo fordismo constituindo finalmente o padrão de desenvolvimento que o mundo viu expandir até a primeira metade dos anos de 1970. Este modo de desenvolvimento teria sido esboçado pelo próprio Ford décadas antes de propriamente implantado como sistema, já que seu entendimento extrapolava a simples organização do modo de produzir. Para ele, os novos métodos de trabalho requeriam um novo tipo de trabalhador. Nesse sentido, experimentou ações no âmbito social, de um lado tentando elevar o padrão de consumo com a elevação do salário e de outro, com a intervenção da assistência social junto ao operariado, visando educá-los a gastar corretamente seu salário, ou seja, de forma que se revertesse em aumento do consumo industrial. (ANTUNES, 1995; HARVEY, 1993; PRADO, 1999)

O modo de regulação se constituía de instituições jurídicas e políticas, com o Estado e as entidades sindicais desempenhando papéis centrais. O Estado de caráter keynesiano intervinha diretamente na economia, desenvolvendo políticas para reduzir o desemprego e objetivando alcançar o pleno emprego. No entanto, este objetivo nunca foi alcançado plenamente nem mesmo nos países que tiveram sua força de trabalho drasticamente reduzida pela guerra, como a Alemanha e a França. Segundo Hobsbawm, o **pleno emprego** foi apenas a eliminação do desemprego em massa, como os ocorridos, principalmente, no período entre guerras. Por outro lado, o Estado voltava-se para corrigir distorções provocadas pela lógica do mercado, distribuindo parte dos resultados do crescimento econômico através do chamado estado do bem-estar social (*Welfare State*), constituído por uma estrutura de seguridade social voltado a atender as necessidades previdenciárias, de saúde e de assistência social. As entidades sindicais atuavam como elementos de regulação, através do estabelecimento do contrato coletivo de trabalho, que incluía, entre os itens mais importantes, a incorporação dos ganhos de produtividades aos salários. (ANTUNES, 1995; HARVEY, 1993; HOBBSAWM, 1995).

No entanto, as condições para o longo período de desenvolvimento que o capitalismo experimentou no pós-guerra não aconteceram de forma tranqüila e sem conflitos. Antes foi necessário vencer a resistência dos trabalhadores que, em alguns países, se expressaram com muito vigor questionando a ordem que se delineava.

O equilíbrio de poder, tenso, mas mesmo assim firme, que prevalecia entre o trabalho organizado, o grande capital corporativo e a nação-Estado, e que formou a base de poder da expansão do pós-guerra não foi alcançado por acaso – resultou de anos de luta.

A derrota dos movimentos operários radicais que ressurgiram no período pós-guerra imediato, por exemplo, preparou o terreno político para os tipos

de controle do trabalho e de compromisso que possibilitaram o fordismo. (HARVEY, 1993, p. 125)

A principal característica dessa expansão foi a predominância do padrão norte-americano de produção industrial que influenciaria os demais países capitalistas centrais, chegando inclusive a se estender para alguns países periféricos semi-industrializado, como o Brasil. A predominância dos Estados Unidos nesse processo expansivo se viabiliza, segundo Harvey, pelo desenvolvimento de dois aspectos: de um lado, o domínio militar, e de outro, a transformação do dólar em moeda-reserva internacional, resultado do acordo de Bretton Woods⁴³, de 1944.

A América agia como banqueiro do mundo em troca de uma abertura dos mercados de capital e de mercadorias ao poder das grandes corporações. Sob essa proteção, o fordismo se disseminou desigualmente, à medida que cada Estado procurava seu próprio modo de administração das relações de trabalho” e de políticas internas de desenvolvimento. (HARVEY, 1993, p. 131).

Com a expansão do fordismo aos países da Europa Ocidental, o mundo passa a viver um forte processo de reestruturação, provocando reformas substanciais no capitalismo em relação às condições anteriores aos anos de guerra. Hobsbawm (1995, p. 264) elenca dois dos efeitos dessa reforma. Como primeiro, ele refere-se ao renovado papel do Estado na economia: produziu-se “uma ‘economia mista’, que ao mesmo tempo tornou mais fácil aos Estados planejar e administrar a modernização econômica e aumentou enormemente a demanda”. Depois, cita como segundo a multiplicação da ‘capacidade produtiva da

⁴³ Conferência Monetária e Financeira das Nações Unidas, realizada em julho de 1944, em Bretton Woods (New Hampshire, EUA) com a participação de 44 países, para planejar a estabilização da economia

economia mundial', que tornou a divisão internacional do trabalho mais complexa. Neste caso, aponta como exemplo a grande expansão do comércio de produtos industrializados. “O comércio mundial de manufaturados multiplicou por mais de dez em vinte anos após 1953.” Paralela ao crescimento industrial, centralizado nos países-núcleo do capitalismo, cresce a demanda pelas matérias-primas, fornecidas, em grande medida, pelos países periféricos.

Para Hobsbawm (1995), o rol de reformas assumidas pelos Estados capitalistas foi resultado das experiências economicamente conflitivas das primeiras décadas do século. Homens em posição de decisão, como Keynes, por exemplo, alocados, principalmente, nos Estados Unidos e na Inglaterra perceberam que a Grande Depressão dos anos 30 “se devera ao fracasso do livre mercado irrestrito” e que o sistema que um dia fora ancorado na libra esterlina e, portanto, centralizado na economia inglesa, havia perdido, no entre guerras, sua referência. Se a Inglaterra e sua moeda já não mais suportavam esse papel, cabia transferi-lo aos Estados Unidos, pois estes já eram a maior economia do mundo deste 1913 e, em 1929, já eram responsáveis por mais de 42% da produção mundial total. De fato, o acordo de Bretton Woods se encarregou de tomar as providências necessárias, conforme já descrito. Outro motivo desestabilizador, dos anos anteriores, considerado pelos homens de decisão, que não se podia permitir o retorno, era o desemprego em massa. Realmente o desemprego havia chegado a pontos extremos nos anos trinta. Hobsbawm (1995, p. 97) na vasta gama de dados que traz em sua obra informa que:

No pior período da Depressão (1932-3), 22% a 23% da força de trabalho britânica e belga, 24% da sueca, 27% da americana, 29% da austríaca, 31%

internacional e de moedas nacionais prejudicadas pela guerra. Essa conferência definiu, além do dólar como moeda reserva internacional, a criação do FMI e do BIRD. (SANDRONI, 1985).

da norueguesa, 32% da dinamarquesa e nada menos que 44% da alemã não tinham emprego. E, o que é igualmente relevante, mesmo a recuperação após 1933 não reduziu o desemprego médio da década de 1930 abaixo de 16% a 17% na Grã-Bretanha e Suécia e 20% no resto da Escandinávia. O único Estado ocidental que conseguiu eliminar o desemprego foi a Alemanha nazista entre 1933 e 1938. Não houvera nada semelhante a essa catástrofe econômica na vida dos trabalhadores até onde qualquer um pudesse lembrar.”

Nos anos 50 este problema se reduziu substancialmente em grande parte dos países, mas ainda era alto em outros, como na Itália, que mantinha uma taxa em torno de 8% de desempregados. Entretanto, foi na década de 60 que o tão almejado pleno emprego, ou mais precisamente como dizem alguns economistas, o **desemprego historicamente aceito**, foi alcançado. A Europa, segundo Hobsbawm, chegou a possuir uma média de 1,5% de trabalhadores sem emprego e o Japão 1,3%. Apenas os Estados Unidos mantinham taxas mais altas (em torno de 4%). Realmente, parecia que o mundo caminhava para a prosperidade. (HOBSBAWM, 1995, p. 262).

De fato, o padrão fordista e keynesiano de produção rompeu definitivamente a estrutura social dos países envolvidos. Nesses países a população se torna maciçamente urbana a partir da segunda metade do século XX. Na verdade, foi somente depois da Segunda Grande Guerra que o campesinato entrou em declínio quantitativo e praticamente desapareceu dos países capitalistas centrais. A título de exemplo, na Europa, segundo Hobsbawm, apenas dois países, Grã-Bretanha e a Bélgica, possuíam menos de 20% da população envolvida com a agricultura e pesca, enquanto os demais países ultrapassavam em larga escala esse percentual. Mesmo os Estados Unidos e a Alemanha, já fortemente industrializados, às vésperas da guerra, possuíam um quarto da sua população no campo. Na Suécia, Áustria e França esse percentual situava-se entre 35% e 40%. O Japão que em

1947 detinha 52% da população no trabalho agrícola, viu-a cair para 9% em 1985. Para esse autor, a transformação na composição social, provocada pela revolução constante das forças produtivas nesse período, “nos isola para sempre do mundo passado”; em verdade, esse momento histórico do capitalismo decretou a “morte do campesinato. [pois] desde a era neolítica a maioria dos seres humanos vivia da terra e seu gado ou recorria ao mar para a pesca.” (HOBSBAWM, 1995, p 284). De fato, as estatísticas afirmam que, nos anos oitenta, a população rural havia se transformado em urbana nos países industrializados e também em boa parte dos países periféricos.

À primeira vista, a taxa média de desemprego que aqueles países alcançaram na década de 60 parecia mostrar que a população excedente relativa, **produto natural** da acumulação capitalista, perdia significado analítico. Mas, Braverman (1987) argumenta que a redução da oferta de força de trabalho, naqueles países, era “suplementado por outras fontes de trabalho” oriundas da penetração imperialista em vastas áreas geográficas, onde a ação capitalista rompia as formas tradicionais de trabalho e subsistência produzindo aí massas de força de trabalho disponíveis.

Assim, a Europa Ocidental e os Estados Unidos agora dispõem de um vasto reservatório que se estende por ampla região da Índia e Paquistão no Leste, passando pelo norte da África e extremo sul da Europa, por todo o Caribe e outras partes da América Latina no Ocidente. (BRAVERMAN, 1987, p. 325)

Isso pode ser averiguado pelos dados apresentados por Mandel (1985) quando informa que o número de trabalhadores estrangeiros passou de 127 mil em 1958, na Alemanha Federal, para 1 milhão em 1965 e 2 milhões em 1971. No mesmo período, 2 milhões de trabalhadores foram incorporados ao proletariado dos Países Baixos, França e

Suíça. Para este autor, sem a incorporação desse montante de força de trabalho naquela região, o exército industrial de reserva não teria sido reconstruído e, em consequência, a expansão dos anos 60 teria sido impossível e a taxa de lucro teria declinado perigosamente, como veio a ocorrer no final dessa década e início da seguinte.

4.3. CRISE ESTRUTURAL E A EMERGÊNCIA DA ACUMULAÇÃO FLEXÍVEL

Uma análise pormenorizada da crise do fordismo, além de se constituir em tarefa das mais difíceis devido a sua enorme complexidade, foge dos objetivos deste trabalho. Mas o destaque de alguns aspectos é necessário, pois ajuda a ampliar a compreensão sobre as contradições inerentes ao modo de produção capitalista e a expansão do desemprego como consequência imediata da crise daquele modelo produtivo.

A acentuação da tendência de queda da taxa de lucro no final dos anos 60 e início de 70 é indicada pelos autores que analisam o desenvolvimento histórico do capitalismo como a manifestação crítica de elementos componentes da dinâmica produtiva do capital. A crescente queda da taxa de lucro seria resultado da redução sistemática da mais-valia industrial que teria como causa a ascensão do preço da força de trabalho que, por sua vez, seria resultado das baixas taxas de desemprego e das lutas sociais dos anos 60.

Realmente, ao estudar a conjuntura econômica daquele período encontramos indicações sobre estes aspectos⁴⁴.

Trata-se, na verdade, da fundamental contradição, imanente nas relações sociais capitalistas, apontada por Marx (1975) no capítulo XXII - Lei Geral da Acumulação do Capital: a necessária existência do exército industrial de reserva como primordial ao movimento cíclico do capital. Elemento praticamente eliminado pelo keynesianismo, com a política do pleno emprego. A história mostrava o perigo que a redução extrema do desemprego consiste à lógica da acumulação, pois, na fase de crescimento do capital, a oferta de empregos, ampliando-se ao máximo, como ocorria no final dos anos 1960 e início de 70, traz em consequência, a subida do valor dos salários ao patamar mais alto possível.

O que sucede é que a elevação conjuntural dos salários – nas condições de exaustão do exército industrial de reserva – importa em decremento da taxa de mais-valia e, por conseguinte, da taxa de lucro, o que por sua vez desacelera e acaba freando o processo de acumulação do capital. (GORENDER, 1985 p. 60)⁴⁵

A dinâmica dialética da realidade dava mostra para quem tinha olhos para ver: que **uma coisa pode tornar-se o seu contrário**, como os pilares do keynesianismo (Estado do bem-estar social e regulação do trabalho) indicavam naquele momento. Em suma, a conjuntura explicitava a contradição fulcral da lógica capitalista: a política estatal adotada aprisionava ao consumo o valor que o capital requeria para sua valorização. A saúde do capital (isto é, para a manutenção normal da sua dinâmica de acumulação, o máximo do

⁴⁴ Harvey (1993) apresenta gráficos (um na página 137 e outro na página 141) mostrando a queda acentuada na taxa de lucro dos países avançados e as baixas taxas de desemprego (em torno de 2% na Europa e entre 3% e 4% nos EUA) até os primeiros anos da década de setenta; Mandel (1985) em *Capitalismo Tardio*, capítulo 5, analisa o efeito da elevação salarial, em decorrência do reduzido exército industrial de reserva, sobre as taxas de lucro na Inglaterra nos últimos anos da década de 1960; Hobsbawm (1995), nos capítulos 9 e 14 de *A era dos extremos*, nos oferece uma profusão de dados estatísticos do período.

⁴⁵ Jacob Gorender em apresentação de *O Capital*, coleção Os economistas, Nova Cultural, 1985. Ver também Harvey, 1993, p. 135.

valor produzido deve transformar-se em novo montante de capital), entra, portanto, em contradição com a lógica do consumo. Quanto mais consumo social menos valor em valorização. Isto é o mesmo que dizer quanto mais saúde social menos saúde do capital e vice-versa.

Antunes (2000) estuda essa relação contraditória nas “Dimensões da crise estrutural do capital”, e elenca alguns fatores como sinais de esgotamento do padrão produtivo e de acumulação prevalecente até então. Destacamos aqui os seguintes pontos:

- 1) queda da taxa de lucro, dada, dentre outros elementos causais, pelo aumento do preço da força de trabalho, conquistado durante o período pós-45 e pela intensificação das lutas sociais dos anos 60, que objetivavam o *controle social da produção*. A conjugação desses elementos levou a uma redução dos níveis de produtividade do capital, acentuando a tendência decrescente da taxa de lucro;
- 2) a crise do *welfare state* ou do ‘Estado do bem-estar social’ e dos seus mecanismos de funcionamento, acarretando a crise fiscal do Estado capitalista e a necessidade de retração dos gastos públicos e sua transferência para o capital privado.(ANTUNES, 2000, p. 29)

Verificamos então, que se revelava naquele momento, do ponto de vista das necessidades expansivas do capital, que o fordismo, entendido na sua dimensão social, apresentava-se excessivamente rígido (Harvey) para permitir a continuidade da lógica de acumulação ascendente. Esta rigidez resultava das normas que regulamentavam o trabalho, características do estado keynesiano, ao mesmo tempo em que fortaleciam as posições sindicais de negociação, indexava o salário aos ganhos de produtividade, provocando, no seu desdobramento, um movimento de compressão na rentabilidade do capital, ou seja, uma desaceleração mortal das taxas de lucro. (HARVEY, 1993)

As respostas encontradas nesses países ao impasse estabelecido, consistiram em tentativas de alteração profunda da regra salarial e de emprego, visando à quebra de sua rigidez. Esse movimento é explicitado no final dos anos setenta e início dos oitenta, primeiramente, nas políticas neoliberais dos governos Thatcher, na Inglaterra e Reagan, nos Estados Unidos, e anos depois, nos países periféricos, notadamente na América Latina, onde a influência e a pressão norte-americanas para essa reestruturação política e econômica contiveram forte sentido ideológico neoliberal, apregoadado pelo chamado Consenso de Washington. (BOITO JR., 1999)

Das mudanças decorrentes da crise de acumulação, podem-se destacar três eixos centrais: as transformações tecnológicas, denominadas de **terceira revolução industrial**; mudanças organizacionais do trabalho e da produção; e mudanças no comportamento em relação ao mercado, decorrentes da exacerbação da concorrência intercapitalista. Tendo em vista o objetivo de vencer a **rigidez** do padrão fordista, tais mudanças caracterizaram-se pelo requerimento da flexibilização dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo, acabando por se definir como um novo padrão, que Harvey (1993, p. 140) cunhou de *acumulação flexível do capital*.

Esse movimento que o capital desenvolve, desde os anos setenta nos países centrais e oitenta nos países periféricos e que atingiu o Brasil⁴⁶ de forma mais visível nos anos noventa, visa, como vemos, superar a velha forma de expansão e de acumulação. Para

⁴⁶ Não que o padrão fordista, com sua dimensão de organização societal, característico dos países centrais tenha prevalecido no Brasil. Aqui podemos dizer que existiu apenas a forma como a indústria consolidou o processo produtivo: utilização da linha de montagem; produção em massa; produtos homogêneos; controle de tempos e movimentos pelo cronômetro etc. Quanto ao salário, por exemplo, predominou sempre o preço em média abaixo do valor mínimo constitucional (vide estimativas do Dieese), para não dizer do valor da força de trabalho.

tanto, tem provocado importantes transformações no mundo do trabalho, de um lado, e no papel do Estado, de outro.

Isto tem ocorrido porque é justamente sobre as duas colunas políticas do regime fordista - poder trabalhista/sindical e estado keynesiano - que o capital se volta contra. Nesse momento histórico, tanto a classe trabalhadora quanto o Estado surgem como campos potenciais de sua valorização, mesmo nos países periféricos, pois ao mesmo tempo em que o capital abocanha ganhos históricos dos trabalhadores e reduz as possibilidades de conquistas salariais, busca incorporar à sua lógica, todas as instâncias da sociedade, ainda sob as hostes estatais, seja uma empresa produtiva material ou um instituto da previdência.

Este conjunto de mudanças, denominado de neoliberalismo, no tocante ao trabalho, provoca significativa reestruturação, caracterizada, principalmente, pela flexibilização das suas relações. Para Harvey (1993), as taxas altas de desemprego, os ganhos modestos de salários reais e a reconstrução de habilidades são partes constitutivas do novo padrão de acumulação.

O aspecto mais explícito das mudanças, talvez pelo seu caráter desestruturador da vida de centenas de milhões de pessoas no mundo, refere-se ao desemprego, que, inegavelmente, explodiu nos últimos vinte anos. Em análise do neoliberalismo de Thatcher, Antunes (2000. p. 70) aponta que a produção industrial do Reino Unido havia reduzido de 7 milhões de trabalhadores empregados em 1979 para 3,75 milhões em 1995. É possível constatar pelos dados que, ao final de um período de reestruturação produtiva, o quadro do emprego nos países centrais encontrava-se substancialmente modificado. A taxa média de 4,2% de desemprego nos anos 70 na Europa Ocidental chegou ao patamar de

8,8% em 2003 (na região do Euro), com alguns dos mais importantes países mantendo taxas em torno de 10% como é o caso da França (9,6%), Alemanha (10,5%) e Espanha (11,4%). (Hobsbawm, 1995; O Brasil no mundo, 24/10/2003)

Em pesquisa publicada no *The Wall Street Journal*, em 20 de outubro de 2003, a empresa *Alliance Capital* constatou que houve, entre os anos de 1995 e 2002, a redução de 22 milhões de postos de trabalho nas indústrias das vinte maiores economias do mundo. Esse montante corresponde à eliminação de 11% do total de trabalhadores industriais. Por outro lado, a pesquisa aferiu que as empresas nesses países aumentaram, no mesmo período, em 30% a sua produção industrial. Segundo a empresa *Alliance*, dos países investigados, o Brasil figura como o que apresenta o corte mais radical: 20% do emprego industrial foi eliminado na mesma época. Porém, diferente dos demais países, o desempenho industrial aqui foi irrisório, chegando a crescer apenas 1,3% em média por ano. (MARTINS, 2002). Inegavelmente estes números indicam a manifestação empírica da **velha lei geral da acumulação capitalista** já descrita no presente trabalho.

4.4 AS FORMAS ATUAIS DA POPULAÇÃO EXCEDENTE

A população trabalhadora excedente, conforme entende Marx (1975), aparece no modo de produção capitalista ora de forma *aguda* - isso ocorre nos momentos de crise, ora

de forma *crônica* - nos períodos expansivos. Essas formas são as principais, mas assumem características que levaram Marx a distingui-las em *flutuante, latente e estagnada*⁴⁷.

Diante das transformações estruturais em ocorrência, a partir do último quartel do século XX, a população excedente relativa na *forma flutuante* (originalmente concebida) tem aumentado na proporção inversa da redução da força de trabalho empregada, notadamente no setor industrial, em que o padrão de acumulação flexível tem se manifestado de forma mais nítida. São os trabalhadores que transitam de um emprego a outro. Diante do movimento do capital de absorção de tecnologia e de novas relações de trabalho, esses trabalhadores são absorvidos ou repelidos e sofrem, portanto, a condição de desempregados entre um emprego e outro. As novas características da acumulação do capital impõem ao mercado de trabalho também a flexibilidade contratual. As relações de trabalho parecem tender para a garantia de um núcleo duro, em geral, os mais qualificados, com certa estabilidade no emprego, criando a partir daí uma franja de relações flexíveis. Assim, a população excedente flutuante adquire as características do novo padrão produtivo.

⁴⁷ Marx explica que o grupo que compõe a forma flutuante de desempregados é composto pelos trabalhadores que ao perderem seus empregos vivem a condição de desempregados temporariamente até encontrar nova colocação. Sobre a forma flutuante, Marx (1975) diz: “Nos centros da indústria moderna, fábricas, manufaturas, usinas siderúrgicas e minas etc., os trabalhadores ora são repelidos, ora atraídos em quantidade maior, de modo que, no seu conjunto, aumenta o número dos empregados, embora em proporção que decresce com o aumento da escala da produção. Aí a população assume a forma flutuante.” Sobre a forma latente, Marx (1975) explica que: “Quando a produção capitalista se apodera da agricultura ou nela vai penetrando, diminui, à medida que se acumula o capital que nela funciona, a procura absoluta da população trabalhadora que não é contrabalançada por maior atração como na indústria não agrícola. Por isso, parte da população rural encontra-se sempre na iminência de se transferir para as fileiras do proletariado urbano ou da manufatura e na espreita de circunstâncias favoráveis a essa transferência (manufatura aqui significa todas as indústrias não agrícolas).” [...] “A terceira categoria de superpopulação relativa, a estagnada, constitui parte do exército de trabalhadores em ação, mas com ocupação totalmente irregular[...] Sua condição de vida se situa abaixo do nível médio normal da classe trabalhadora e justamente isso torna-a base ampla de ramos especiais de exploração do capital.”

Seguindo o esquema estrutural do mercado de trabalho adotado por Harvey (1993, p. 144), o capital requer um núcleo central de trabalhadores.

O centro – grupo que diminui cada vez mais, segundo notícias de ambos os lados do Atlântico – se compõe de empregados ‘em tempo integral, condição permanente e posição essencial para o futuro de longo prazo da organização’.

E um grupo periférico subdividido em duas esferas: a primeira é composta de “empregados em tempo integral com habilidades facilmente disponíveis no mercado de trabalho”, composto, principalmente pelo “pessoal das áreas de trabalho rotineiro e de trabalho manual menos especializado”. Trata-se de um grupo que, em virtude de sua característica sofre a presença das relações flexíveis de contrato. No segundo subgrupo, a presença das relações de trabalho flexíveis são mais definidas, pois ali se encontram os empregados em tempo parcial, subcontratados, contratados temporariamente, terceirizados etc. Diante das novas condições e relações de trabalho que mais expulsam do que absorvem força de trabalho, esta forma de exército excedente, tende a lançar à *forma estagnada* porções cada vez maiores de trabalhadores.

Em pesquisa para aferir *As bases sociais do sindicalismo metalúrgico*, Comin; Cardoso; Campos (1997), concluíram, além de outras constatações que não nos cabe aqui tratar, que o processo de reestruturação produtiva nas indústrias automobilísticas de São Bernardo e Diadema havia reduzido o número de funcionários de 89.502 pessoas em 1986 para 66.927 em 1994. Mesmo considerando o processo em curso de reestruturação nas indústrias pesquisadas, a informações obtidas no período estudado permitiram delinear, segundo os pesquisadores, algumas tendências importantes além da redução do número de trabalhadores: o aumento dos níveis de escolaridade, o envelhecimento da força de trabalho

e fortes indícios de que se processa no setor uma certa estabilização no emprego. Isto pode ser percebido pela redução da média de rotatividade que a pesquisa constatou haver caído de 17,4% no período 1987/90 para 5,3% no triênio 1993/95.

Ademais é preciso considerar que, as taxas de rotatividade não incidem sobre a força de trabalho de forma indiscriminada, mas tendem a se concentrar em certos extratos (em geral jovens, mulheres e trabalhadores menos qualificados e trabalhadores alocados nos setores administrativos)... (COMIN; CARDOSO; CAMPOS. 1997)

A segunda forma que a população excedente relativa apresenta é a *latente*. Trata-se daquela parcela de trabalhadores que se encontra nas zonas agrícolas. Este bolsão de força de trabalho tende a diminuir, segundo Marx (1975), à medida que “a produção capitalista se apodera da agricultura ou nela vai penetrando”. Nesse sentido, “parte da população rural encontra-se sempre na iminência de transferir-se para as fileiras do proletariado urbano [...]”. Nos países capitalistas centrais, conforme Hobsbawm (1995), esse reservatório interno de força de trabalho havia chegado à exaustão na década de 1960. No Brasil, ainda é grande a porcentagem da população economicamente ativa alocada no campo. Os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio do IBGE indicavam que, de uma população total de 70 milhões de ocupados no país, 23,35% (16,3 milhões) estavam no meio rural em 1998. Esse número havia caído 2,1 milhões em seis anos, pois a mesma pesquisa indicava a existência de 18,5 milhões de ocupados em 1992; vê-se que, a população trabalhadora excedente *latente*, num espaço extremamente curto de tempo, transferiu para a zona urbana um considerável exército de força de trabalho, contribuindo, em consequência, com o explosivo quadro da população excedente relativa estagnada descrita por Marx.

A *forma estagnada* que a população trabalhadora excedente assume, indica a existência de relações de trabalho irregulares, eventuais e totalmente precarizadas. Para Marx (1975), esta população “proporciona ao capital reservatório inesgotável de força de trabalho disponível”. Se, no Brasil, considerarmos nessa categoria os trabalhadores assalariados sem carteira assinada, os trabalhadores por conta própria, os não remunerados e os ocupados na produção para o próprio consumo, chegaremos a um número bastante elevado. Em 1999, segundo o Dieese (2001b), havia 21% de desempregados, em média, nas regiões metropolitanas do país. Além disso, na distribuição dos ocupados, havia 23,2% de trabalhadores por conta própria, 9,3% não remunerados, 4,5% classificados como ocupados na produção para o próprio consumo e 23% de assalariados sem carteira assinada. Excetuados os desempregados, pois transitam entre a forma flutuante e a estagnada, teremos 60% dos trabalhadores ocupados em situação não formal de relação de trabalho, desse modo, compondo a população trabalhadora excedente estagnada. Isto significa a existência de um enorme contingente em condição potencialmente disponível para uma vaga devidamente contratada e remunerada. (Dieese, 2001b)

À medida que a internacionalização da economia se amplia, formaliza para o centro do sistema a oferta de uma inesgotável fonte de força de trabalho espalhada no mundo. Braverman (1987) apontava a existência dessa conformação já em 1974. Para ele, a Ásia, África e América Latina constituíam para Estados Unidos, Europa Ocidental e Japão um vasto reservatório de população trabalhadora. Adotando esta linha de raciocínio é possível deduzir que, depois da derrocada do socialismo real, na virada da década de 1980 para 1990, acrescentou-se a esse bolsão a força de trabalho daquela área, dita como mais qualificada e disciplinada em relação à oferta das outras áreas citadas. A existência desse

contingente mundial de trabalhadores disponível indica a clara tendência de compressão do preço da força de trabalho, inclusive nos países centrais do sistema.

4.5 REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA E LUTA DE CLASSES

Vemos que as transformações produtivas contemporâneas, visando a superação dos entraves estruturais do padrão fordista e keynesiano, acabam agindo no sentido contrário e, assim, exacerbam as contradições que são inerentes ao modo de produção capitalista, aumentando a pressão da concorrência entre as empresas individuais, forçando-as, num movimento em espiral, a elevar a produtividade de seu sistema de produção de mercadorias, que, por sua vez, ocorre com o aumento da exploração sobre os trabalhadores. De um lado, há um aumento da produtividade em função da alteração da composição orgânica do capital, isto é, incremento de maquinário, por exemplo, e redução do número de trabalhadores e, de outro, a intensificação da produção que, sob a ordem capitalista, geralmente acompanha as mudanças no capital constante⁴⁸. O resultado é uma produção maior de mercadorias com um número cada vez menor de força de trabalho, na condição de trabalho intensivo. Nota-se que esta dinâmica expõe e acirra as contradições da lógica capitalista, pois o resultado desse movimento é o crescimento sem limite da produção de

⁴⁸ Embora constituam conceitos diferentes se imbricam no processo de transformações produtivas, pois, enquanto a **produtividade** significa aumento da produção de mercadorias pelo incremento tecnológico e sem alteração no dispêndio de força de trabalho ou até da sua diminuição; a **intensificação** da produção pressupõe um desgaste maior da força de trabalho via, por exemplo, mudança no ritmo da produção. Isso ocorre porque não basta ao capitalista um montante maior de mercadorias, esta deve se acompanhar de um montante maior de valor. Portanto, a intensificação torna-se o mecanismo de extração desse quantum maior de valor (mais valia), não necessariamente suficiente para a valorização do capital.

valores de uso/valores de troca com reduzido *quantum* de valor e sem o devido acompanhamento da capacidade de consumo da população. Sobre essa contradição inevitável, Mandel (1985, p. 399) observa que

Enquanto todo capitalista individual gostaria de restringir o consumo de “seus” trabalhadores, a classe capitalista como um todo deve ampliar o mercado de bens de consumo e, ao mesmo tempo assegurar a valorização do capital.

Em verdade o que ocorre é a saída individual, devido ao caráter anárquico do modo de produção capitalista,. Cada capitalista busca resolver suas dificuldades de valorização do seu capital, insurgindo-se contra aqueles que o possibilitam: os trabalhadores. Assim, tem-se, na atualidade, uma capacidade de produção sem precedentes na história, ao lado de uma extraordinária força de trabalho supérflua, formada como resultado da reestruturação produtiva em curso, e por um contingente que chega anualmente ao mercado de trabalho, o qual, muito provavelmente, jamais será empregado.

O elemento que se encontra oculto nesta contradição é a luta dos capitalistas para a manutenção ou, o que parece ser mais provável atualmente, recuperação do nível satisfatório da taxa de lucro. Esta, como bem expôs Marx (1975), tende a se contrair em decorrência do aumento da composição orgânica do capital. Como o atual padrão produtivo baseia-se crescentemente nas chamadas máquinas inteligentes (computadorizadas) prescindindo cada vez mais da força de trabalho, o problema da compressão da taxa de lucro certamente está se agravando.

Os outros elementos integrantes do aumento da exploração sobre os trabalhadores, indicados por várias pesquisas, são o rebaixamento do preço da força de trabalho e o

Antunes (2000), analisa no capítulo IV de *Os sentidos do trabalho* a intensificação sofrida pelos trabalhadores

aumento da jornada de trabalho. Segundo dados publicados pelo IBGE em setembro de 2003, ao mesmo tempo em que houve uma brutal retração de postos de trabalho na indústria, ocorreu aumento da jornada de trabalho acompanhado da redução dos salários. Entre agosto de 2002 e agosto de 2003 a indústria havia cortado 8,5% do emprego, enquanto o percentual daqueles que excederam as 44 horas semanais passou de 42% para 47% na Indústria; de 57,4% para 69,2% no Comércio e de 37,5% para 41,6% nos Serviços. Paralelo a esse movimento, a pesquisa constatou que a massa salarial teve uma diminuição de 7,8% no período. Infelizmente, esses dados não são esporádicos e ocorridos em especial no último ano, mas são indicativos de um processo que se alonga, principalmente, pelas últimas duas décadas. Mais que isso, são demonstrativos de tendência de aumento da exploração da classe trabalhadora brasileira.

Esta questão parece não se resumir aos países periféricos como o Brasil. O avanço do capital sobre conquistas históricas dos trabalhadores e sua ação no rebaixamento do preço da força de trabalho abaixo de seu real valor também pode ser detectado nos países dominantes. A título de exemplo, destacamos a manchete do jornal *Folha de São Paulo* de 27 de julho de 2003: *EUA liberalizam leis trabalhistas ainda mais*, sobre lei que tramitava no Senado visando limitar o direito ao pagamento adicional de 150% nas horas extras trabalhadas, apenas aos trabalhadores com rendimento inferior a US\$ 20 mil ao ano. O projeto de lei, de caráter restritivo do rendimento do trabalho, já havia sido aprovado na Câmara dos Deputados e contava com maioria republicana; seria, portanto, certamente aprovada.

Tumolo (2000, p. 13) observa que esse processo de redução sistemática do pagamento da força de trabalho “diferentemente do que ocorreu no passado recente, vem se generalizando e atingindo gradativamente também os trabalhadores originários dos países centrais do sistema capitalista [...]” Este autor, discutindo a subsunção do trabalho ao capital, defende que no atual padrão de acumulação há

uma tendência de diminuição mais acentuada do preço da força de trabalho em relação à redução do seu valor, o que significa uma tendência de preponderância da mais-valia absoluta em relação à mais-valia relativa, cujo resultado é o recrudescimento e a generalização da degradação do trabalho.

Esta análise permite-nos situar os elementos estruturais que possibilitam uma explicação do significado de fundo da crise do Estado do Bem-Estar Social e da regulação trabalhista dos **anos de ouro do capitalismo**. Pois, se capital é valor em valorização, bem estar social significa consumo de valor na sua forma objetiva: valor-de-uso, portanto, valor deslocado do processo de valorização. Mais uma vez a velha contradição se faz presente. Parece que há razão suficiente para pensarmos que vivemos a desmontagem do padrão de consumo que prevaleceu (ao menos nos países centrais) durante a vigência do fordismo. Em seu estudo, Tumolo (2000) define bem: “O atual padrão de acumulação e o Welfare State são, no limite, inconciliáveis.”

Em síntese, trata-se da divisão do valor produzido entre remuneração da força de trabalho e mais-valia. Mandel (1985) situa esta questão de ação do capital pela elevação da mais-valia, que objetiva a recuperação da taxa de lucro, no capítulo 5 do seu *Capitalismo Tardio*, onde aponta algumas condições que possibilitam a vantagem do capital sobre os

trabalhadores. Tendo como base a permanência da jornada de trabalho no mesmo patamar, a mais-valia poderá aumentar de acordo com as seguintes situações:

1) Se a produtividade do trabalho no Departamento II (bens de consumo) crescer mais rapidamente do que os salários, isto é, se o trabalhador consumir menor porção de uma jornada (constante) de trabalho para produzir o equivalente a seu salário; 2) se um aumento na intensidade do trabalho conduzir ao mesmo resultado, isto é, o trabalhador produzir o equivalente em valor a seu salário em menos horas de trabalho do que antes, de maneira que haja um acréscimo na duração do sobretrabalho; 3) se, inalterada a produtividade ou intensidade do trabalho, houver uma queda no salário real, isto é, se o equivalente em valor do salário puder mais uma vez ser produzido numa fração menor de jornada de trabalho. (MANDEL, 1985, p. 103)

No entanto, segundo este autor, a ocorrência simultânea dessas três condições é rara. A somatória dos três fatores possibilitaria a obtenção de uma mais-valia ainda mais robusta que as condições normais. Eram movimentos que se contrapunham à queda da taxa de lucro, que o capital ensaiava adotar na época que este autor lançava seu livro. É importante salientar que esta importante obra de Mandel foi publicada pela primeira vez em 1972, portanto, época em que o padrão fordista e keynesiano de produção, que ele chama de *Capitalismo tardio*, não havia ainda manifestado concretamente a sua crise. Assim, algumas tendências, possíveis ao movimento do capital, apontadas por Mandel, a história estava por explicitar.

Porém, como já havíamos visto, há atualmente, claros indícios de que os três fatores apontados acontecem no momento presente, pois, temos ao lado do aumento da produtividade e da intensidade do trabalho na indústria, a queda do poder real do salário. Isso ocorre concretamente em países periféricos como o Brasil e, como apontam vários estudos, desenvolve-se como tendência nos países centrais.

A ocorrência do terceiro fator, isto é, redução real do poder salarial, independente dos dois fatores anteriores, se manifesta com o acionamento do mecanismo inerente ao modo de produção capitalista: a expansão do exército industrial de reserva ocasionada pela própria acumulação do capital. Na verdade, falamos aqui das condições objetivas dessa dinâmica, mas, inegavelmente, outros elementos interagem no processo. Conforme diz Mandel (1985, p. 104)

Embora, em última análise, a determinação do valor da mercadoria força de trabalho numa sociedade produtora de mercadorias seja governada por leis objetivas (tal como toda determinação de qualquer espécie de valor de mercadoria), não obstante existe algo de especial sobre esse valor de mercadoria em particular, pois ele é influenciado em larga medida pelos conflitos entre o capital e o trabalho – em outras palavras, pela luta de classes.

O crescimento do desemprego cumpre um papel desestabilizador da solidariedade dos trabalhadores, distancia os setores empregados e organizados daqueles que amargam a ociosidade, fragmentando e pulverizando seus interesses. Por esses motivos, o desemprego debilita a organização e a luta da classe trabalhadora e, por isso, “o combate contra a expansão do desemprego torna-se então um problema de vida ou morte para os operários organizados.” (MANDEL, 1985, p. 107)

Como vemos, as relações capitalistas de produção impõem aos trabalhadores a necessidade da organização e da ação solidária de classe em defesa dos interesses que a classe capitalista, impulsionada pelas leis coercitivas da lógica do capital, tenta constantemente solapar, pois é sobre a destruição das condições de existência dos trabalhadores que se assenta a valorização do capital. Nesse sentido, como nos diz Marx (1968, apud MANDEL, 1985, p. 105)

[...] o capitalista tentando constantemente reduzir os salários ao seu mínimo físico e a prolongar a jornada de trabalho ao seu máximo físico, enquanto o operário exerce constantemente uma pressão no sentido contrário. **A questão se reduz ao problema da relação de forças dos combatentes.**

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

*O sistema liberal atual é bastante flexível e transparente
para adaptar-se às adversidades nacionais,
mas bastante 'mundializado' para confiná-las
pouco a pouco no campo folclórico.
Viviane Forrester*

Aparentemente vivemos um dos momentos mais nebulosos da história no modo de produção capitalista. Talvez nunca tenha sido tão difícil realizar alguma análise visando estabelecer relações entre os acontecimentos e os fenômenos sociais que resultam em desagregação e na crescente miséria do ser humano. Desde o início do capitalismo a luta dos trabalhadores esteve presente fazendo a história. O século XIX foi repleto de revoluções burguesas e proletárias. O século XX teve início, como diz Hobsbawm (1995), com a Revolução Russa. As primeiras décadas desse século foram marcadas por revoltas, lutas de independência e revoluções em vários países. Em todo o mundo a luta de classes dinamizava a existência humana. Durante muitos anos a alternativa ao modo de produção centrado na propriedade privada esteve aparentemente em construção. Mas, parece que a real história ocorre de forma velada, subterrânea. E o socialismo existente ruiu como um

castelo de areia agravando ainda mais a dificuldade de compreensão das transformações econômicas e políticas em curso nos países capitalistas.

Nunca como agora o mundo se apresentou sem sentido. O capitalismo triunfa em sua sociedade de mercadorias e suas artimanhas liberais. As formas históricas e particulares de manifestação dos interesses burgueses se cristalizam como verdades supremas do espírito humano e como objetivo último da humanidade que assim encerra sua história. Fim da história e fim das ideologias, fim das classes e de sua luta. (IASI, 2002. p. 16)

Visando evidenciar o trabalho realizado pela CUT no sentido de responder às questões componentes do presente momento histórico é que elegemos as suas atividades educativas como objeto desta dissertação e o tema do desemprego como elemento de mediação de sua análise. Buscava-se esclarecimentos de fundo sobre o programa de educação que ao longo desse tempo **nebuloso** vem se processando. No entanto, no decorrer do trabalho constata-se que, diante das transformações econômicas e políticas, e, em especial, das mudanças que o mundo do trabalho vem sofrendo, com a emergência do novo padrão produtivo, a CUT modificou substancialmente sua estratégia de ação, a qual, como vem sendo discutida por alguns autores⁴⁹, foi uma opção dentre as que a realidade permite. Como não poderia deixar de ser, esta opção reflete seu entendimento sobre as circunstâncias sociais e econômicas da atualidade.

Desse modo, procuramos apresentar, no capítulo 2, o movimento político realizado internamente na CUT e a emergência de sua nova formulação de ação estratégica em que define como palco privilegiado de intervenção os espaços institucionais. Esta postura política se revela claramente quando notamos a sua atitude em relação ao tema do desemprego.

⁴⁹ Vide especialmente, Boito Jr., 1999; Mora, 2000; Tumolo, 2002.

Como pudemos acompanhar, esta questão foi, nos anos oitenta, motivo de denúncias e protestos abertos, ação que mobilizava os trabalhadores de inúmeros e importantes setores produtivos, chamava a atenção da sociedade e cobrava providências dos poderes constituídos e do patronato. Este movimento, se não trazia resultados concretos e definitivos no imediato, posto sua impossibilidade nesta ordem de relações sociais, politizava o problema e contribuía com o processo de consciência da classe trabalhadora. No campo da formação sindical compunha o ideário de análise da sociedade capitalista.

Nos anos de 1990, a questão se internalizaria transformando-se, como já vimos, no eixo principal das atividades educativas da central, as quais assumem duas modalidades básicas: de um lado, em cumprimento às deliberações das suas principais instâncias que definem a estratégia de intervenção privilegiando a institucionalidade vigente, ao direcionar a formação de seus dirigentes para a proposição e negociação nas comissões (fóruns e conselhos) tripartites criadas, principalmente, no âmbito governamental. Nesse sentido, a formação de dirigentes, formação de formadores e a formação de gestores de políticas públicas, programas integrantes da PNF são orientadas a atender os requisitos característicos desse tipo de intervenção política. De outro lado, com adoção da formação profissional que, além da qualificação e re-qualificação, inclui a educação propedêutica (Programa de Educação de Jovens e Adultos) e o programa voltado à formação e fortalecimento de cooperativas de trabalho e renda (Programa de Desenvolvimento Sustentável e Solidário).

Pela nossa avaliação, esta formulação, deriva do pressuposto de que a causa dos problemas sociais enfrentados pelos trabalhadores brasileiros, e em especial o desemprego explosivo da atualidade, decorrem dos modelos econômicas que produziram o forte

crescimento econômico ocorrido até o final dos anos 70, mas negligenciaram o plano social e da política adotada na década de 1990 em resposta à crise daquele modelo de crescimento, a qual, segundo o entendimento da central, privilegiou o capital internacional com a abertura comercial indiscriminada, a valorização cambial e as reformas econômicas de caráter neoliberal. Portanto, de acordo com esta análise, o enfrentamento das questões sociais e do desemprego encontra-se na adoção de uma política econômica que corrija os erros do passado, centrando sua atenção no desenvolvimento social.

Para a CUT

Não há contradição entre uma política de valorização do trabalho e o novo modelo de desenvolvimento econômico. Pelo contrário, a filosofia de valorização da força de trabalho, que constitui o componente mais dinâmico das forças produtivas modernas, deve ser entendida como um fundamento de uma nova política econômica; os interesses dos trabalhadores estão em harmonia com o progresso e podem favorecer o crescimento sustentado da economia e do nível de emprego com base no engrandecimento do mercado interno. (CUT, 2003b, p. 30)

O modelo de crescimento econômico idealizado pela CUT que contempla o desenvolvimento social e a valorização do trabalho deveria ser implantado por um governo eleito com esse compromisso. Este projeto político não difere em essência das proposições dos autores que acompanhamos no terceiro capítulo deste trabalho. Por exemplo, para Pochmann (2001) o **capitalismo brasileiro** precisa urgentemente reverter sua integração passiva e subordinada à economia mundial, adotando um novo projeto nacional de desenvolvimento capaz de implementar “reformas civilizatórias no capitalismo nacional”.

Os outros autores seguem na mesma linha. Para Mattoso (1995, p. 151) um novo projeto nacional deveria basear-se num compromisso visando o “controle democrático do

mercado e do Estado” e seria resultado de um amplo esforço de negociação em que os sindicatos dos trabalhadores comporiam como um dos principais atores. Cano (1995) segue o mesmo rumo defendendo um “projeto nacional de caráter organizativo e defensivo”, que teria como objetivo, além do desenvolvimento social, a defesa das empresas e da economia nacionais diante da desregulamentação neoliberal.

Para os estudiosos do CESIT, um projeto de desenvolvimento requer a regulação social do mercado e do Estado. O projeto de governo do PT: *Mais e Melhores Empregos* também se pauta pelo fortalecimento da capacidade do Estado em realizar política de desenvolvimento econômico e social baseada na construção de um forte mercado interno.

É interessante observar a consonância da análise da CUT com a dos autores citados. Todos desejam um mundo melhor. Todos desejam o desenvolvimento produtivo, a distribuição da riqueza produzida e a ascensão social das enormes camadas de trabalhadores pauperizados em harmonia com a evolução do capital. Pois, de acordo com a Direção Executiva da CUT (2003a)⁵⁰: “Se por um lado, uma política industrial eficiente garante a elevação da produtividade conferindo crescentes taxas de lucro às empresas, por outro lado, deve estar condicionada a mecanismos de contrapartida social”. Nesse sentido, inferimos que os possíveis conflitos seriam negociados nos fóruns constituídos democraticamente.

A estratégia da CUT, como se pode deduzir, limita a ação da classe trabalhadora aos processos eleitorais para cargos públicos e a disputa de modelos econômicos. Mesmo na

⁵⁰ Embora esta parte do texto tenha sido modificada pela plenária do 8º Congresso, o sentido não sofreu alteração significativa: “Dessa forma, a política econômica nacional, além de fortalecer instrumentos para a maior distribuição de renda, deve implementar mecanismos para o incremento da produção e alavancar o consumo de massa no país, através do desenvolvimento industrial e do setor de serviços.” (CUT. 2003b).

ordem em que predomina e se desenvolve o padrão flexível de acumulação de capital, a CUT demonstra acreditar na possibilidade de implantação de uma política voltada à produção e à distribuição da riqueza. O motivo central do conflito histórico de classes: a transformação da produção, em riqueza social ou em capital, motivo de greves gerais e de revoluções no passado, parece ter sido transformado em tema que sensibiliza todos os setores da sociedade, despertando a sua **boa vontade**, até então adormecida e, tornando-se, portanto, possível de solução em espaços criados para tal fim.

Não podemos deixar de observar que nesta ordem, desenvolvimento social e “valorização da força de trabalho” ou “valorização do trabalho”⁵¹, estão subordinados à lógica do capital. O qual, como vimos no capítulo anterior, para a manutenção de sua dinâmica, que é por natureza de ampliação constante, requer o máximo possível do valor produzido socialmente, tendendo a convertê-lo em capital fixo e a prescindir de força de trabalho. Esta é uma lei imanente do capital. Portanto, valorização da força trabalho como deseja a CUT e valorização do capital constituem uma contradição insolúvel neste sistema produtivo, pelo que a história nos tem mostrado. Pois, deslocar recursos para o desenvolvimento social e para o aumento no poder de consumo dos proprietários da força de trabalho, significa redução do montante destinado à reprodução ampliada do capital; redução que se expressa na compressão da taxa de lucro e em conseqüente crise. É justamente o fenômeno que a história da sociedade capitalista dos últimos trinta anos nos tem demonstrado: para superar a crise do capital, o atual padrão produtivo, em substituição

⁵¹ Valor do trabalho é comumente confundido com valor da força de trabalho, como a CUT parece fazer, no entanto são expressões distintas. Valor da força de trabalho corresponde ao pagamento por uma jornada de trabalho. O valor produzido nesta jornada corresponde ao valor do trabalho, que na economia capitalista não pode coincidir ao valor pago pela utilização da força de trabalho. Nesta economia a força de trabalho deve produzir um valor que ultrapassa o seu próprio. (MARX, 1975)

ao padrão fordista, se voltou exatamente contra o enriquecimento social⁵², em virtude de este constituir a única base material possível, no dado momento histórico, de propiciar a continuidade do processo de acumulação.

Deduzimos que a idealização da CUT, ocorre, por ela não considerar que, em essência, o mercado capitalista está para além dos valores-de-uso⁵³ - forma aparente da mercadoria - que por sinal, parece motivar a sua formulação. A este mercado o que importa é o valor⁵⁴ contido nas mercadorias, que subsume os bens necessários à vida dos seres humanos. Não constituímos uma sociedade produtora de valores-de-uso, que por algum incidente, desviou seu curso normal, e que agora depende de uma correção de rumo a ser realizada por determinada política econômica. Constituímos uma sociedade produtora de capital, que subordina à sua lógica todas as formas de produção, inclusive aquelas não especificamente capitalistas, como a produção artesanal e a pequena produção independente⁵⁵. “A busca de lucro e a valorização do capital continuam sendo o motor de todo o processo econômico, com todas as contradições não resolvidas que elas geram de modo inexorável”. (MANDEL, 1985, p. 353)

⁵² Poder sindical/trabalhista que se traduzia em elevação salarial de acordo com a produtividade, em conquistas de direitos trabalhistas, além da proteção social, característica do Estado de Bem-Estar Social.

⁵³ Propriedade que a mercadoria tem de satisfazer necessidades humanas. “A utilidade de uma coisa faz dela um valor-de-uso.” (MARX, 1975. p. 42).

⁵⁴ Entendemos valor como uma categoria de análise relacional, diz respeito à relação de troca entre quantidade de valores-de-uso/valores-de-troca de uso distintos, ou melhor, é o elemento central na relação entre proprietários de mercadoria no momento das trocas. (MARX, 1975).

⁵⁵ Para TUMOLO; TUMOLO (2003), “a produção de mercadoria pode ocorrer também em relações sociais não especificamente capitalistas, que configuram outra forma de mercado, e que se caracterizam pela inexistência da compra e venda da força de trabalho. Ou seja, os proprietários dos meios de produção utilizam sua própria força de trabalho, com a qual produzem mercadorias e as vendem no mercado. Por essa razão, em tais relações ocorre apenas a produção de mercadoria, de valor, mas não de mais-valia, não havendo possibilidade de produção e reprodução do capital. Exemplo disso é a produção individual, familiar ou cooperativa de qualquer mercadoria, seja agrícola, industrial ou de serviço. Um camponês, proprietário de meios de produção, que junto com a família, produz feijão para vender, ou uma cooperativa, de propriedade coletiva, que fabrica roupas para levar ao mercado, ou ainda um indivíduo que produz a mercadoria serviço de assistência técnica de computadores, são alguns exemplos concretos de relações sociais de produção que não

Os interesses dos trabalhadores podem estar em harmonia com o progresso da sociedade como anuncia a CUT, desde que se entenda por progresso o desenvolvimento das condições de existência do conjunto da população, mas certamente não podem estar em harmonia com o desenvolvimento do mercado capitalista. Neste mercado, todos os materiais necessários à manutenção da vida são mercadorias. Para adquiri-las é necessário dinheiro, que se obtém vendendo alguma outra mercadoria. Mas, aqueles que não possuem os meios de produção para participar do mercado oferecendo mercadorias, oferecem o que possuem: a força de trabalho. Esta como se sabe, na economia capitalista, não se difere das demais mercadorias e também sofre a coerção das leis imanes da ordem social do capital; é considerada como as demais mercadorias. Por exemplo, enfrenta oscilação em seu preço, de acordo com as circunstâncias do mercado. É exatamente o fenômeno que estamos observando no bojo do atual padrão produtivo: movimento constante de redução do seu preço. Uma frase de Marx, extraída de *O Capital*, sintetiza bem esta relação:

Uma vez que a organização do modo de produção capitalista tenha se desenvolvido plenamente, nada lhe resiste. A geração constante de um excedente relativo de população mantém a lei da oferta e da procura de trabalho, e assim mantém os salários num nível que corresponde às necessidades do capital. (MARX, 1975, livro 1, p. 738)

A história tem nos mostrado que, na ordem social capitalista, o movimento econômico interno dos países corresponde às necessidades expansivas do capital, pois, também suas ações econômicas (ou seus instrumentos de política econômica, como as medidas alfandegárias, a política de juros, a emissão de moeda etc) são pressionadas pela dinâmica do capital, que por sua vez é impulsionada por suas próprias leis. Não devemos

são capitalistas, uma vez que nelas se produz apenas mercadoria, valor, mas não se produz mais-valia e, por conseguinte, capital”.

esquecer que “produzir mais valia é a lei absoluta desse modo de produção.” (MARX, 1975, p. 719)

O chamado padrão fordista de ordenação econômica, como vimos, serviu, num dado momento histórico, como medida preventiva contra a possível desagregação do sistema. Porém, tais medidas mostraram-se posteriormente incapazes de manter a ordem desejada pelo capital de expansão constante. Isso ocorreu devido ao caráter distributivo das medidas keynesianas adotadas nos países que ocupam posição central na economia capitalista. Nesse sentido, a atual forma de produção emerge como alternativa à crise daquele padrão, apresentando como característica fundamental, a flexibilização das regras que resultaram historicamente na compressão do alimento da reprodução ampliada do capital: valor em processo de valorização, em que a redução da taxa de lucro constituiu sua manifestação formal. A crise que se instalava naquele momento apresentava indicação de forte tendência de asfixia do capital: contradição que se explicitava, de um lado, pelo alto consumo social e, de outro, pelas baixas taxas de valorização do capital.

No Brasil, a influência do aspecto keynesiano (ação estatal na economia) do padrão fordista mostrou-se de forma mais evidente na intervenção estatal no processo de preparação das condições básicas (infra-estrutura, indústrias de base, mineração etc) para o livre trânsito do capital. Embora a ordenação jurídica sindical/trabalhista tenha ocorrido no período, mostrou-se desprovida do caráter distributivo, como nos países centrais. Ao contrário, aqui, prevaleceu o caráter restritivo com arrocho sistemático do poder salarial⁵⁶, garantido pela flexibilização precoce das relações de trabalho, simbolizada pelo fim da

⁵⁶ Evolução do Salário Mínimo convertido em R\$ de 2000: 1940 = 560,21; 1980 = 353,07; 1990 = 166,24; 2000 = 139,98. (DIEESE, 2001b)

estabilidade no emprego, ocorrido em 1966. Este sistema, que devido a características como essa, recebeu a alcunha de fordismo periférico.

Assim, o chamado modelo desenvolvimentista foi mais conformação do país ao movimento expansivo do capital e à política de substituição de importações (dependente do capital externo) uma decorrência daquele movimento, do que propriamente um projeto de desenvolvimento nacional. Nesse sentido, o proclamado modelo desenvolvimentista, em virtude da forte intervenção estatal na economia, estaria para o padrão de acumulação fordista, como o chamado modelo neoliberal dos anos 90, devido a sua ação no processo de desregulamentação de normas econômicas, estaria para o padrão flexível de acumulação. Ambos prepararam o terreno necessário para o livre movimento de acumulação do capital. Cada qual atendendo às características históricas de sua dinâmica expansiva. O presente momento histórico encontra-se no bojo do desenvolvimento desse segundo padrão produtivo. Assim, uma política econômica distributiva, como a CUT deseja, resultaria num entrave para o movimento livre do capital. Significaria a adoção de medidas coercitivas à liberdade de ação dos capitais individuais, ou seja, seriam medidas não apenas historicamente deslocadas, como constituiriam em interrupção da ordem vigente, ou para ser mais preciso, da **ordem democrática**. Do ponto de vista dos capitalistas (cidadãos da sociedade), o controle social do mercado, como propõem alguns estudiosos, teria conotação nada democrática.

Talvez o grande significado que a crise do fordismo, como padrão produtivo, nos deixa, seja a indicação da impossibilidade de existência do movimento ascendente do capital estando subordinado à administração duradoura e com alguma ordem de

planejamento⁵⁷. Talvez o capital aceite apenas o planejamento individual, como tem sido demonstrado pelas grandes corporações. Por isso, o atual padrão produtivo tem como característica fundamental a flexibilização das regras estruturais (taxas alfandegárias e legislação trabalhista, por exemplo), que são coercitivas ao mercado. O mercado capitalista, **para bem funcionar**, parece, novamente, requerer liberdade ampla, geral e irrestrita.

Estamos demonstrando que a existência do mercado vigente obedece a leis intrínsecas ao capital. O desemprego, sendo decorrência de uma dessas leis, vem se manifestando, notadamente a partir da emergência do padrão fordista, de forma mais aguda ou mais relativa, de acordo com uma série de fatores, como vimos, econômicos e políticos. Nesta série de fatores encontra-se, fundamentalmente, a posição que o estado-nação ocupa na divisão internacional do trabalho, que por sua vez, resulta da capacidade das economias que aí se desenvolvem em disputar no mercado internacional, o valor produzido. Em sendo o mercado concorrido concretamente pelas empresas, é possível deduzir que a capacidade de essas economias posicionarem-se no mercado decorre da localização da sede central das grandes corporações industriais. Do ponto de vista político, neste grupo de fatores encontra-se o movimento da classe trabalhadora na defesa de seus interesses. Sabemos que as condições objetivas de sua existência dependem da qualidade da sua intervenção na dinâmica contraditória da sociedade capitalista. E a qualidade de ação é intimamente decorrente da compreensão que a classe possui sobre a realidade. Vale dizer, as condições de sua existência objetiva dependem de sua existência subjetiva, ou seja, da sua consciência e organização como classe especial na sociedade.

⁵⁷ Hobsbawm (1995), já questionava se o padrão fordista/keynesiano de desenvolvimento produtivo, em virtude de seus aspectos distributivo e planejamento estatal, não teria sido uma anomalia na ordem social do capital.

Ao estudar o programa de formação da CUT (1999b), percebemos que ele se afastou do princípio científico que orienta o desvendamento mais completo possível do fenômeno em questão. A título de exemplo, resgatamos do segundo capítulo desta dissertação, o curso de formação de dirigentes (Ação Sindical sobre o Emprego, o Trabalho e a Educação do Trabalhador)⁵⁸, onde se critica, acertadamente, a visão empresarial de que o “problema do desemprego está vinculado à rigidez da legislação trabalhista e a falta da qualificação da força de trabalho” para em seguida descrever o “problema do desemprego como algo bem mais complexo, com múltiplas causas e vinculado ao modelo de desenvolvimento adotado no país nos últimos anos.” Mais adiante, o curso procurou detalhar as referidas múltiplas causas. Segundo o seu relatório,

ponderou-se que o desemprego está relacionado à atual política econômica de estabilização da moeda, sustentada no tripé abertura/sobvalorização do real/altas taxas de juros; à forma subordinada como o Brasil está se inserindo no processo de globalização (exportando empregos); à revolução tecnológica; a reestruturação produtiva das empresas; e à precarização do mercado de trabalho (as pessoas trabalham mais). (CUT, 1999b, p. 33)

A CUT detalha um pouco mais, mas não explica, por exemplo, que o Plano Real, como já havíamos dito, foi mais uma adaptação do país às condições impostas pelo atual padrão produtivo de capital, que demanda flexibilização dos processos de trabalho, dos mercados, dos produtos e dos padrões de consumo. A forma encontrada para esse ajuste foi a que tivemos a dor e o desprazer de conhecer. Quanto à revolução tecnológica, a reestruturação produtiva e a precarização do trabalho, faltou demonstrar, o que Harvey (1993) já havia definido: são partes constituintes do novo padrão produtivo, no que diz respeito aos processos de trabalho. Nesse sentido, a explicação dada pela CUT fica aquém do demandado. Do ponto de vista científico, a análise deve necessariamente superar a

⁵⁸ Citado no capítulo 2.

superfície do problema, deve relacionar as causas manifestas com o movimento de elementos contraditórios inerentes do capital. Para desenvolvimento de uma noção mais ampla e rigorosa teria sido necessário aprofundar ainda mais a análise, visando chegar aos momentos essenciais do fenômeno.

Cunclui-se que esse não era o objetivo, posto que, ao contrário de ter aprofundado mais a investigação sobre o tema, o curso, ainda segundo o seu relatório, abriu para as ações que a CUT desenvolve como forma de enfrentamento do problema: a política de fomento de cooperativas de produção, ou Projeto de Desenvolvimento Sustentável e Solidário, como é denominado. A estratégia pedagógica utilizada, para provocar a discussão foi realizando um levantamento das experiências de geração de trabalho e renda em ocorrência na região dos sindicalistas, “ficou evidente que há na região uma enorme variedade de experiências de geração de trabalho e renda com o envolvimento dos sindicatos ou de outros atores sociais.” (CUT, 1999b. p. 33). Esta diretriz, como tivemos oportunidade de verificar no capítulo 2, foi citada pelos sindicalistas entrevistados como um dos focos preferenciais das atividades educativas da CUT e como forma de enfrentamento do desemprego: fomentar experiências de cooperativas de produção. Esta não deixa de ser uma proposta bastante simpática, porém, não só não enfrenta o problema, como as iniciativas nascem subordinadas às leis do mercado, que vale lembrar, possuem como base fundamental a lei do valor⁵⁹. Diante das leis do mercado capitalista, essas experiências estão sujeitas a produzir mercadorias competitivas (qualidade e preço), além das suas relações particulares de trabalho estarem sob a influência das regras do mercado de trabalho vigente. A título de exemplo das influências do mercado capitalista na produção

⁵⁹ Valor: cuja substância é o trabalho abstrato.

baseada em relações não especificamente capitalistas, como a **economia solidária** da CUT se propõe, apresentamos uma frase extraída da avaliação externa realizada sobre as experiências fomentadas pela própria CUT:

Para a coordenadora do Movimento de Organização Comunitária, do município de Araci, a principal dificuldade para a consolidação da Cooperjovens (Cooperativa de Jovens Trabalhadores do Sisal de Araci/Bahia), enquanto uma cooperativa de produção, resume-se na conquista do mercado, cuja concorrência é grande.(CUT, 2003c, p. 156)

O processo avaliativo desta experiência cooperativa constatou que as principais dificuldades enumeradas pelos participantes são “a falta de capital, de recursos materiais e a colocação no mercado do produto que deverão produzir”. (CUT, 2003c, p. 157)

Como vemos são problemas insolúveis, pois decorrem de uma das características fundamentais do modo de produção capitalista, a concorrência, que, por sinal, conforme estamos evidenciando, estão na base das transformações produtivas que conformam historicamente os padrões do mercado.

Por fim, o curso, coerente com a análise empreendida, introduz a discussão sobre os espaços institucionais que interferem no tema do desemprego⁶⁰. Segundo o relatório, este momento evidenciou “a necessidade dos trabalhadores participarem desses espaços de forma qualificada”.(CUT, 1999b). Esta conclusão do curso já indicava o que seria uma das Diretrizes para as Ações Estratégicas da PNF para o Período 2001-2003 que, no item 5, dizia que o papel da PNF era “Contribuir para a definição de uma estratégia para intervir de forma mais consistente nos vários espaços onde se discutem, se elaboram e se implementam políticas públicas de geração de emprego e renda, de educação, entre outros (fóruns, conselhos etc).” (CUT, 2001b, p. 16) Desses espaços, o que tem atraído maior

atenção da Central é sem dúvida o Sistema Público de Emprego⁶¹ que, para ela, “deve articular ações nas áreas de seguro-desemprego, intermediação de mão-de-obra, requalificação profissional, microcrédito (Proger e Bancos do Povo), entre outras políticas de emprego e renda.” (CUT, 1999a, p. 51) Enfim, espaços que trabalham sobre as conseqüências do problema visando minimizá-las.

Nos referimos a este curso, pois, sendo ele voltado a dirigentes sindicais e de caráter nacional e tendo como tema específico o desemprego, supunha-se que trataria a questão na profundidade requerida, evidenciando aos seus participantes, que possuíam a experiência empírica, as bases teóricas para alcançar o desnudamento da roupagem que impede o conhecimento dos elementos essenciais que compõem o fenômeno, permitindo, assim, a compreensão do problema no todo. Mas, é evidente que não era objetivo daquele curso, como também não é o do programa de formação da CUT, ultrapassar “o complexo dos fenômenos externos, que se desenvolvem à superfície dos processos realmente essenciais”. (KOSIK, 1989. p. 11). A uma investigação de problemas sociais objetivando alcançar compreensão para além de suas formas superficiais, precede uma postura política comprometida com a resolução da questão pelas suas causas de fundo, o que possivelmente pode levar ao afloramento de conflitos entre classes.

Entretanto como estamos observando, o programa de formação da CUT obedece à sua estratégia política propositiva e negociadora, e esta, por sua vez, parece basear-se na

⁶⁰ Vide capítulo 2.

⁶¹ O atual Sistema Público de Emprego, segundo o Dieese, originou-se do Sistema Nacional de Emprego (Sine) criado em 1975. A partir de 1990, com a criação do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) adquiriu a atual configuração e “caracteriza-se pela presença de cinco programas de atendimento aos trabalhadores: seguro-desemprego, intermediação de mão-de-obra, qualificação profissional, geração de emprego e renda e produção de dados sobre o mercado de trabalho. Alguns programas estão voltados para o tratamento social de quem está sem emprego, enquanto outros têm o papel de elevar o volume de emprego e reinserir o indivíduo no mercado de trabalho. (Dieese, 2001b, p. 264)

análise que vê possibilidade de conquistar reformas sociais no capitalismo, preferencialmente, sem que os antagônicos interesses de classes se explicitem. Nesta visão, o núcleo central impulsionador deste leque de reformas seria o Estado. A este, ao contrário do papel que tem desempenhado, demanda recuperar o poder de realizar políticas públicas, pois, segundo a CUT (2003b, p. 24) “O Estado, por sua vez, tem se transformado em mero gestor de políticas ditadas por organismos multilaterais, como o FMI e o Banco Mundial.”

No entanto,

A democratização do Estado, com reflexos importantes nos sistemas de regulação das relações sociais em geral – formas coordenadas de sociabilidade, participação e ampliação do acesso a bens e serviços, e das relações entre capital e trabalho -, com a democratização das relações nos locais de trabalho e nos estamentos jurídicos estabelecidos, é uma disputa de concepção de sociedade e de papel do Estado a ser travada em várias frentes. (CUT, 2003b, p. 25).

A leitura dos documentos da CUT indica que ela concebe o papel do Estado, na sociedade capitalista, como espaço de disputa. Isso significa que, assim como, ao longo da História do Brasil, o papel do Estado foi o de servir ao capital, ele poderia se transformar em executor de políticas sociais. Ao invés de contribuir com a acumulação, contribuiria com o desenvolvimento individual do cidadão, aumentando seu consumo. O Estado, na ordem social do capital, pode se transformar em agente distributivo, agente do desenvolvimento da sociedade. Ao menos é o que se pode entender pelo texto *Papel do Estado, políticas públicas e atuação da CUT*,⁶² em que encontramos, logo no início, a caracterização histórica do domínio privado sobre o Estado. Este texto afirma que o caráter “economicista” das políticas públicas no Brasil vem desde o Império, através da

subordinação político-econômica aos interesses do mercado internacional e da divisão social do trabalho. O Estado brasileiro serviu, historicamente,

⁶² Resoluções do 8º Concut, realizado em junho de 2003.

para o fortalecimento e a sustentação das elites nacionais que progressivamente se articulam com os capitais estrangeiros. (CUT, 2003b, p. 21).

Neste texto, a CUT cita como exemplo da utilização do Estado, exclusivamente aos interesses das “elites nacionais”, a república dos coronéis e a imigração, o “caráter patrimonialista” entre os anos 30 e 45, o nacional-desenvolvimentismo dos anos 50, os cerrados anos militares e a política neoliberal dos anos de 1990, para dizer mais à frente que, apesar disso tudo, o papel do Estado “é um processo em permanente disputa”. (CUT, 2003b, p. 24). Assim, atuar nas comissões tripartite é uma forma de realizar esta disputa. Para depois, de forma conclusiva, acrescentar que:

Em outras palavras, significa exigir que o Estado garanta a universalização das políticas públicas, entendidas como proteção e, portanto, como direito de toda a população brasileira. Isto implica por parte do governo a garantia da qualidade dos serviços prestados e a implementação de mecanismos e controle social das políticas públicas, bem como o impedimento a quaisquer formas de mercantilização e privatização de tais serviços. Um Estado eficiente, ágil, que valoriza o funcionalismo público e cumpre seu papel regulador, gestor executor e fiscalizador, efetivamente controlado pela sociedade e pelos cidadãos, é também a melhor estratégia contra o desperdício, a corrupção, a discriminação e a omissão. (CUT, 2003b, p. 25)

Como vemos, a CUT não concebe o Estado como manifestação das relações sociais de produção, ou seja, expressão das relações fundadas na exploração de classes, cujo papel econômico é o de garantir “as condições gerais de produção”⁶³ do capital, como a história tem demonstrado. As formas dessa manifestação, em sendo resultado de processo, são históricas, podendo manifestar-se no **nacional-desenvolvimentismo** ou nas políticas

⁶³ Esse domínio funcional do Estado inclui essencialmente: assegurar os pré-requisitos gerais e técnicos do processo de produção efetivo (meios de transporte ou de comunicação, serviço postal etc); providenciar os

neoliberais do governo FHC. A forma aparente das relações essenciais do capital é histórica, posto constituir-se de relações em movimento e em constantes transformações em virtude de seu caráter anárquico e produtor de crises freqüentes. Assim, um Estado (democrático, cidadão) distribuidor da riqueza, como a CUT manifesta desejar alcançar com sua estratégia política, parece constituir-se em mera ilusão na presente configuração econômico-política, pois, o Estado, ao mesmo tempo em que é expressão da base fundamental da sociedade capitalista - a propriedade privada -, constitui-se como proteção da própria propriedade. Este é o elemento estrutural básico da ordem que garante o processo de produção e distribuição das mercadorias em função da dinâmica de acumulação.

Para Mandel (1985, p. 346),

a função do Estado burguês de proteger institucionalmente e legitimar juridicamente a propriedade privada é algo que impregna necessariamente a estrutura típica de crenças e comportamento da grande maioria da população em tempos 'normais'.

Este autor recupera na teoria do Estado de Marx, a tese de que nem todas as suas funções precisam ser separadas num aparato específico. Segundo ele, nem todas as funções precisam ser superestruturais, basta que sejam aceitas pelas classes subordinadas. Como a crença e a obediência dos trabalhadores à propriedade privada e à ordem burguesa parece demonstrar.

Resgatamos esta posição para demarcar que o Estado, na ordem do capital, é mais amplo do que os espaços disputáveis e possui ramificações que não são visíveis como estrutura, mas que exercem forte poder organizador e sustentador da legalidade

pré-requisitos gerais e sociais dos mesmo processo de produção (como, por exemplo, lei e ordem estáveis, um

socioeconômica. Nessa perspectiva, o Estado configura o espaço de exercício da hegemonia burguesa na sociedade. Por isso, a disputa de determinadas instâncias pode constituir-se apenas na luta institucional pela direção da hegemonia burguesa e não a imposição de uma contra-hegemonia (IASI, 2002), como a CUT defende em seus documentos e discursos. Nesse sentido, as estratégias de participação nos espaços instituídos não são mais que “modelos para a política cotidiana dentro da sociedade capitalista e não modelos de ação revolucionária contra o Estado capitalista”. (SAES, 2003, p.36). Em termos de participação na política pública, a ordenação capitalista, permite apenas e no máximo atuar, como diria Kosik (1989, p. 11), “no mundo dos fenômenos externos que se desenvolvem à superfície dos processos realmente essenciais”. A política cotidiana ou conjuntural, como expressão de resultado, em virtude de sua dinâmica imediata, dificulta a apreensão dos elementos em processo. Deste modo, o movimento organizado dos trabalhadores corre o risco de direcionar suas energias em elementos que signifiquem apenas a manifestação superficial do problema. “A essência se manifesta no fenômeno, mas só de modo inadequado, parcial, ou apenas sob certos ângulos e aspectos”. (KOSIK, 1989, p. 11). Cremos não ser demais lembrar que nas relações sociais contemporâneas, essencialmente, são as relações mercantis que se processam.

O resultado a que chegamos, a partir desse estudo, é o de que a CUT realmente escolheu uma determinada estratégia de ação política que se diferencia daquela que prevaleceu nos anos 80, a qual, como já vem sendo discutida por alguns autores, privilegia os marcos legais da ordem capitalista. Esta estratégia se traduz na busca de reformas no âmbito do capital. Assim sendo, e como não poderia deixar de ser, as atividades educativas

mercado nacional e um Estado territorial, um sistema monetário) [...](MANDEL, 1985, p. 334).

que desenvolve estão em consonância com esta visão estratégica. Se a ação política deve ocorrer nos espaços legalmente instituídos, as categorias analíticas que embasam a formação sindical voltada a esse fim têm de estar em correspondência. Por isso, nos anos noventa, a formação sindical foi substituindo as categorias marcadamente de análise classista, como capital, mais-valia, luta de classes etc, por categorias mais adequadas aos novos tempos. Assim, entram em cena: cidadania, parceria, negociação, democracia, exclusão etc. Em análise do método propositivo da CUT, Boito Jr, comenta sobre os novos conceitos utilizados a partir dos anos de 1990 dizendo que:

Grande parte dos documentos da CUT e do discurso de suas lideranças, nos anos 90, passou a se centrar numa suposta oposição entre a “sociedade civil” e o “governo”, e não mais entre os capitalistas, cujos interesses estão representados no governo e os trabalhadores. Os documentos da CUT passam a ocultar a existência de interesses de classes em confronto na sociedade. É como se as dificuldades vividas pelos trabalhadores decorressem do acaso ou de política equivocada. Os trabalhadores não teriam inimigos de classe, e a CUT poderia, agora, aspirar a representar “a sociedade”. (BOITO JR, 1999, p.159)

No entanto, apesar da análise da CUT, o atual padrão produtivo, na medida de seu desenvolvimento, tem nos demonstrado que a possibilidade de reformas de cunho social possui espaço cada vez mais reduzido, haja vista, a redução sistemática das condições materiais de existência da classe trabalhadora brasileira nas últimas duas décadas e de forma intensificada nos últimos anos: desemprego crescente, acompanhado da diminuição gradativa do preço da força de trabalho. Paralelo ao discurso pela cidadania, por sinal bastante propagado nos últimos tempos pelas organizações sociais e em especial pela CUT, o movimento do capital vai destruindo os ingredientes do ideário cidadão. Assim como, paralelo ao discurso da negociação, o desemprego, conforme as estatísticas indicam, aumenta e o salário diminui, enquanto o capital acumula e se centraliza cada vez mais.

Não nos cabe retomar aqui o antigo debate acerca do tema **reforma ou revolução**, em virtude de dois motivos básicos: pelo seu caráter extremamente intrincado e polêmico, demandando para isso, espaço adequado, e também por não se constituir objeto deste trabalho. Entretanto, se faz necessário demarcar que, o estudo que realizamos nos remete à impossibilidade de realização de reformas que qualifiquem as condições objetivas de vida daqueles que vivem da venda da força de trabalho ou que vivem com o próprio trabalho nesta ordem societal. Mas, é preciso esclarecer que seria um erro pensar que o capital não permite reformas, pois vemos que seu movimento contraditório provoca constantes transformações, no entanto, estas ocorrem visando a criação das condições que favoreçam a manutenção regular de sua **saúde**, ou seja, as mudanças não atingem os elementos essenciais de sua constituição ao contrário objetivam sua perpetuação. Nesse sentido, a necessidade de sua superação se atualiza pelo seu próprio movimento.

O proletariado, entendido no seu sentido amplo, isto é, compreendido por aqueles que não tendo nenhuma mercadoria para vender, vendem sua força de trabalho e também, por aqueles que não a conseguem vender, constitui, ao menos potencialmente, a classe central no complexo processo de superação das relações sociais capitalistas. Dizemos potencialmente, por entender que a classe se constitui como classe revolucionária, tanto pelo lugar que ocupa nas relações sociais de produção como pela ação política que desenvolve. Assim, a ação transformadora, do ponto de vista revolucionário, possui apenas caráter potencial, sua efetivação depende da atitude política da classe. Em se tratando de processo, a formação da classe proletária ocorre à medida, como nos ensina Gramsci, em que se movimenta para superar a forma desagregada e ocasional de pensar e de “participar” de uma concepção do mundo ‘imposta’ mecanicamente pelo ambiente exterior”.

(GRAMSCI, 2001, v. 1, p. 93). A classe se constitui como tal, ao negar a ordem das coisas e não ao afirmá-la, como a formação cutista parece conduzir. Como vemos, a constituição da classe significa o desenvolvimento da consciência crítica coletiva. “O início da elaboração crítica é a consciência daquilo que é realmente, isto é, um ‘conhece-te a ti mesmo’ como produto do processo histórico até hoje desenvolvido, que deixou em ti uma infinidade de traços acolhidos sem análise crítica”. (GRAMSCI, 2001, p. 94). No entanto, este processo não ocorre espontaneamente, aqui entra o trabalho da formação política a ser desenvolvida pelas organizações dos trabalhadores que se orientem pelo compromisso de contribuir com as “grandes mudanças estruturais na perspectiva socialista”. (CUT, 2003b, p. 7).

Gramsci (2001) em discussão sobre o processo de superação do senso comum pela massa dos trabalhadores, alerta que, além de tratar-se de um processo longo e contraditório e ocorrer na prática cotidiana, depende de instrumentais teóricos e metodológicos que possibilitem a confrontação deste agir imediato com a lógica do movimento do capital. Ou seja, o processo de conquista da consciência crítica depende de teoria e método que contribuam com o estabelecimento de relação entre a ação política cotidiana e, portanto, conjuntural, com a totalidade das relações sociais. Esta é para Gramsci a função da filosofia da práxis⁶⁴ a ser utilizada pelo movimento social que possui a perspectiva de construção de uma nova hegemonia. Vale dizer que tem o objetivo de constituição de uma concepção de sociedade alternativa à concepção burguesa, como a CUT propaga possuir. Para este pensador “a filosofia da práxis não busca manter os ‘simples’ na sua filosofia primitiva do

⁶⁴ Teoria marxista e materialismo dialético como método de análise.

senso comum, mas busca, ao contrário, conduzi-los a uma concepção de vida superior”.
(GRAMSCI, 2001, v. 1, p.103)

Assim, ao contrário do que a realidade social possa parecer, como no momento presente: confusa e sem sentido e em que a luta de classes já não tem mais razão de existir, tendo em vista o caminho democrático que se constrói rumo à conquista da cidadania, tem lógica e aquelas acepções não passam de ideologia, cuja “função objetiva é simplesmente convencer as vítimas do trabalho alienado de que não faz sentido rebelar-se contra ele”. (MANDEL, 1985, p. 353). No entanto, para se perceber o sentido dos elementos que compõem o real em processo, se faz necessária a utilização, como já vem sendo alertado, de instrumentais teóricos que possibilitem a conexão entre as partes do todo. A transformação destas relações sociais de produção para as relações que interessam historicamente aos trabalhadores, somente será possível à medida que a classe potencialmente revolucionária se aproprie do método materialista dialético e com a sua utilização desenvolva o conhecimento profundamente necessário das atuais condições sociais de existência. Porém a apropriação teórica depende de atividades voltadas a esse fim. Este, pelo nosso entendimento, é papel a ser desempenhado pela direção do movimento que a classe conseguiu organizar em dado momento histórico, pois, estamos de acordo com Gramsci quando diz que

uma massa humana não se ‘distingue’ e não se torna independente ‘para si’ sem organizar-se (em sentido lato); e não existe organização sem intelectuais, isto é, sem organizadores e dirigentes, ou seja, sem que o aspecto teórico da ligação teoria-prática se distinga concretamente em um extrato de pessoas ‘especializadas’ na elaboração conceitual e filosófica. (GRAMSCI, 2001. v.1, p. 104).

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao Trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho.** São Paulo: Cortez, 1995a, 155 p.

_____ **O novo sindicalismo no Brasil.** Campinas: Pontes, 1995b.

_____ **Os Sentidos do Trabalho.** 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2000, 249 p.

AZEVEDO, Ricardo de; SPINA, Rose. Crescimento, emprego e inclusão: entrevista com Antonio Palocci. **Revista Teoria e Debate**, São Paulo, nº 51, junho de 2002. Disponível em <www.fpabramo.org.br>. Acesso em 24/04/2003.

BOITO, Armando. **Política Neoliberal e Sindicalismo no Brasil.** 1. ed. São Paulo: Xâma, 1999, 247 p.

BRAVERMAN, Harry. **Trabalho e Capital Monopolista: A degradação do trabalho no século XX.** 3. ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987, 379 p.

CANO, Wilson. **Reflexões sobre o Brasil e a nova (dês)ordem internacional.** 4. ed. São Paulo: Unicamp, 1995, 205 p.

_____ **Soberania e política econômica na América Latina.** São Paulo: Unesp, 2000.

COMIN, Álvaro Augusto; CARDOSO, Adalberto Moreira; CAMPOS, André Gambier. **As bases sociais do sindicalismo metalúrgico.** In: De JK a FHC: a reinvenção dos carros. ARBIX, Glauco; ZILBOVICIUS, Mauro (org). São Paulo: Scritta, 1997, p. 413-448.

COSTA, Cândida da. **Sindicalismo e Cidadania: Análise da relação entre CUT e Estado na construção da esfera pública no Brasil.** São Luiz: EDUFMA. UNITRABALHO, 2000, 191 p.

CUT. Disponível em <www.cut.org.br>. Acesso 12 setembro de 2003.

_____ **Congresso Nacional da Classe Trabalhadora.** Tempo e Presença. Rio de Janeiro: Editora Limitada, 1984.

_____ **Resoluções do 1º Concut.** São Bernardo do Campo, 1984.

_____ **Caderno de teses ao 4º Concut.** São Paulo, 1991a.

_____ **Resoluções do 4º Concut.** São Paulo, 1991b.

_____ **Estatuto.** 1994a.

_____ **Resoluções do 5º Concut.** São Paulo, 1994b.

- _____ **Resoluções da 7ª Plenária Nacional.** São Paulo, 1995.
- _____ **Resolução do 6º Concut.** São Paulo, 1997.
- _____ **Resoluções da 9ª Plenária Nacional.** São Paulo, 1999a.
- _____ **Curso de formação de dirigentes: Ação sindical sobre o emprego, o trabalho e a educação do trabalhador.** São Paulo: Escola Sindical São Paulo. In Formação Sindical em Debate nº 2, 1999b, 78 p.
- _____ **Resoluções do 7º Concut.** São Paulo, 2000a.
- _____ **Transformações no mundo do trabalho: Negociação e contratação da qualificação profissional.** Caderno de Sistematização. São Paulo: Escola Sindical São Paulo, 2000b, 64 p.
- _____ **CUT 20 anos.** Caderno de Formação 1.. São Paulo: Escola Sindical São Paulo, 2001a.
- _____ **Diretrizes e estratégia para o período de 2001/2003.** 14º Enafor. São Paulo. 2001b.
- _____ **Texto Base da Direção Executiva Nacional: estratégia e outros temas.** Caderno de teses 2, 8º Concut, 2003a.
- _____ **Resoluções do 8º Concut.** São Paulo. 2003b. Disponível em < www.cut.org.br > Acesso em 10/01/2004.
- _____ **A Intervenção da CUT nas Políticas Públicas de Geração de Trabalho, Emprego, Renda e Educação dos Trabalhadores: avaliação, resultados e ampliação de perspectivas.** São Paulo: CUT/Unitrabalho, 2003c. 240 p.
- _____ Disponível em < www.cut.org.br >. Acesso em 13 de fevereiro de 2004.
- DESEMPREGO CAI, mas motivo é desalento. Folha de São Paulo, São Paulo, 25/01/2003. Caderno Dinheiro, p. B 6.
- DIEESE. **Anuário dos trabalhadores.** São Paulo: Dieese, 2001a, 199 p.
- _____ **A situação do Trabalho no Brasil.** São Paulo: Dieese, 2001b, 354 p.
- DRUCKER, Peter. **Rumo à sociedade do conhecimento.** The Economist, suplemento do Jornal Valor Econômico. São Paulo. 6/11/2001.
- FORRESTER, Viviane. **O horror econômico.** 3. ed. São Paulo: UNESP, 1997, 152 p.
- GIANNOTTI, Vito. **CUT ontem e hoje.** Petrópolis: Vozes, 1991.
- _____ **Collor, a CUT e a pizza.** São Paulo. Página Aberta/ Escrita, 1993.

_____ **Reconstruindo nossa história.** Petrópolis: Vozes, 1988, 111 p.

_____ e Lopes Neto, Sebastião. **CUT ontem e hoje.** São Paulo: Vozes, 1991.

GOLDENSTEIN, Sérgio. Empregos o principal desafio. **Revista Teoria e Debate** São Paulo, nº 25. Junho de 1994. Disponível em: <www.fpabramo.org.br>. Acesso em 24/04/2003.

GORENDER, Jacob. **Apresentação de O Capital: Crítica da Economia Política.** Os Economistas. 2. ed.. São Paulo: Nova Cultura, 1985.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere.** 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, 494 p.

HARVEY, David. **A condição pós-moderna.** São Paulo: Loyola, 1993, 349 p.

HOBSBAWM, Eric. **Era dos extremos: O breve século XX.** 2ª ed.. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, 598 p.

IASI, Mauro. **O dilema de Hamlet: o ser e o não ser da consciência.** São Paulo: Viramundo, 2002, 231 p.

IBGE. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em 20/08/2003.

KOSIK, Karel. **Dialética do concreto.** 5. ed.. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989, 230 p..

LORENZETTI, Jorge. **Sindicalismo cutista: ruptura ou renovação.** Revista Forma e Conteúdo, nº 5. São Paulo: Secretaria Nacional de Formação da CUT, 1993.

LUXEMBURG, Rosa. **A acumulação do capital.** 2 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1976, 516 p.

MANDEL, Ernest. **O Capitalismo Tardio.** Os Economistas. 2. ed.. São Paulo: Nova Cultura, 1985, 416 p..

MARTINS, José. **Buraco sem fundo.** Análise de Conjuntura Econômica, nº 34, ano 17, São Paulo: 13 de Maio-Núcleo de Educação Popular, outubro de 2002

MARX, Karl. **O Capital: Crítica da Economia Política.** 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975, 933 p.

MATTOSO, Jorge. **A desordem do trabalho.** 1. ed. São Paulo: Scritta/Página Aberta, 1995, 210 p.

_____ **O Brasil desempregado.** 1. ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999, 46 p.

_____ Emprego e concorrência desregulada. **Teoria e Debate**, nº 37, 1998, Campinas, S.P.: Fundação Perseu Abramo. Disponível em < www.fpabramo.com.br >. Acesso em 24 de abril de 2003.

MORA, Eliane A. **Disputa de projetos e as políticas para formação de dirigentes da CUT: Desde a fundação ao IV CONCURTO**. 2000. 179 f.. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro.

O BRASIL no mundo. Folha de São Paulo. São Paulo, 24 de outubro de 2003. Caderno Dinheiro, p. B2.

OLIVEIRA; MATTOSO (org). **Crise e trabalho no Brasil: Modernidade ou volta ao passado?**. 2ª edição. São Paulo. Scritta/Página Aberta. Cedit. 1996, 344 p.

PARTIDO DOS TRABALHADORES. **Mais e Melhores Empregos**, 2002. Disponível em < www.pt.org.br >. Acesso 29 de setembro de 2003.

POCHMANN, Marcio. **O emprego na globalização**. São Paulo: Boitempo, 2001, 151 p.

_____. Desestruturação do mercado de trabalho. **Revista Teoria e Debate**, Campinas, nº 37, 1998. Disponível em < www.fpabramo.com.br >. Acesso em 24 de abril de 2003.

PRADO, Antonio. **Reestruturação produtiva e transformações no mundo do trabalho**. Ciclo de estudos: emprego, desemprego, subemprego e informalidade. ANFIP. São Paulo: mimeo. 1999.

_____. Os eixos do modelo de desenvolvimento. **Revista Teoria e Debate**, São Paulo, nº 51. junho de 2002. Disponível em: <www.fpabramo.org.br>. Acesso em 24 de abril de 2003.

RIFKIN, Jeremy. **O fim do emprego**. São Paulo: Makron Books, 1995, 349 p.

SADER, Eder. **Quando novos personagens entram em cena. Experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo (1970-80)**. 2ª edição. São Paulo: Paz e Terra, 1991, 329 p.

SAES, Décio Azevedo Marques. **Cidadania e capitalismo: uma crítica à concepção liberal de cidadania**. Crítica Marxista nº 16. São Paulo: Boitempo, 2003, p. 09 a 38.

SANDRONI, Paulo.(Cons.) **Dicionário de Economia**. Os Economistas. São Paulo: Nova Cultura, 1985.

TAVARES, Maria da Conceição. **Desemprego: O Verdadeiro Custo Brasil**. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 12/02/1996.

13 DE MAIO: Núcleo de Educação Popular. **Trabalhadores, muitas lutas, uma só classe: a história das centrais sindicais no Brasil**. São Paulo: Editora do Autor, 1988.

TUMOLO, Paulo Sergio. **Da contestação à conformação: a formação sindical da CUT e a reestruturação capitalista**. São Paulo. Editora Unicamp, 2002, 290 p.

_____. **Da subsunção formal do trabalho à subsunção real da vida social ao capital: apontamentos de interpretação do capitalismo contemporâneo.** Trabalho e Crítica, Belo Horizonte, São Leopoldo, v. 2, 2000, p. 15-29.

_____; TUMOLO, Ligia Maria Soufen. **A vivência de pessoas desempregadas e o significado do desemprego no capitalismo: elementos para uma reflexão crítica.** In.: 26ª REUNIÃO da ANPED (ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISADORES EM EDUCAÇÃO), Poços de Caldas, 26 Reunião da ANPEd, 2003, p. 1-17.

Obras consultadas

CARDOSO, Miriam Limoeiro. **Ideologia da globalização e (des)caminhos das (des)igualdades.** In *Globalização excludente – desigualdade, exclusão e democracia na nova ordem mundial.* Org. GENTILLI, Pablo. 3ª ed. Petrópolis: Vozes, 2001, p.96 – 127.

COGGIOLA, Osvaldo (org.). **Capitalismo: globalização e crise.** São Paulo: Humanitas FFLCH/USP, 1998, 351 p.

CHOMSKY, Noam. **Democracia e mercado na nova ordem mundial.** In *Globalização excludente – desigualdade, exclusão e democracia na nova ordem mundial.* Org. GENTILLI, Pablo. 3ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001, p. 7 – 45

CUT. **Plano Nacional de Formação.** São Paulo: Secretaria Nacional de Formação, 1993.

_____. **Sindicalismo e economia solidária: reflexões sobre o projeto da CUT.** São Paulo, 1999.

_____. **Ricardo Antunes além dos muros da universidade.** Revista Forma e Conteúdo, nº 4. São Paulo: Secretaria Nacional de Formação, 1991.

_____. **Política Nacional de Formação na construção da CUT.** Revista Forma e Conteúdo nº 6. São Paulo: Secretaria Nacional de Formação, 1994.

FERREIRA, G. Cândido. **O fordismo, sua crise e o caso brasileiro.** São Paulo: mimeo. 1994.

FERRETTI, Celso João; et al.(orgs.). **Novas Tecnologias, Trabalho e Educação: Um debate multidisciplinar.** 6ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000, 220 p.

GENTILI, Pablo (org.). **Globalização excludente – Desigualdade, exclusão e democracia na nova ordem mundial.** 3ª ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2000, 251 p.

HORTA, C. R. & CARVALHO, R. A. A. (orgs.). **Globalização, trabalho e emprego – um enfoque internacional.** Belo Horizonte: C/Arte, 2001, 342 p.

- JOFFILY, Bernardo. **Uma revolução que desafia os sindicatos**. De Fato, nº 2, 1993.
- LOMBARDI, José C.; SAVIANI, Dermeval; SANFELICE, José Luís (orgs.). **Capitalismo, Trabalho e Educação**. Campinas, São Paulo: Autores Associados, 2002, 163 p.
- MARINE, Rui Mauro. **Dialética da dependência**. Coimbra: Centelha, 1976, 88 p.
- _____. **América Latina: dependência e integração**. São Paulo: Pág. Aberta, 1992, 153 p.
- PETRAS, James. **Ensaio contra a ordem**. São Paulo. Página Aberta, 1995, 230 p.
- PRADO, Antonio. **Reestruturação produtiva e transformações no mundo do trabalho**. Ciclo de estudos: emprego, desemprego, subemprego e informalidade. ANFIP: Mimeo, 1999.
- SAMPAIO JR, Plínio de Arruda. **Globalização X Nação: Os desafios da luta de classes no Brasil no limiar do século XXI**. In Debate e Reflexões. A crise brasileira no final do século XX – Perspectivas para o movimento sindical. São Paulo: Escola São Paulo/CUT, 1999.
- TUMOLO, Paulo Sergio. **Educação dos Trabalhadores, Consciência de Classe e Transformação Social: A Atualidade de “Velhas” Questões**. Mimeo, 1998.
- _____. **O significado do trabalho no capitalismo e o trabalho como princípio educativo: Ensaio de análise crítica**. Mimeo, 2000.
- VERAS, Roberto. **Sindicalismo e Formação Sindical: novos cenários, novas exigências..** São Paulo: Secretaria Nacional de Formação da CUT, mimeo, 1999.
- WALLERSTEIN, Immanuel. **Capitalismo histórico & civilização capitalista**. Rio de Janeiro. Contraponto, 2001, 143 p.
- _____. **A reestruturação capitalista e o sistema mundo**. In Globalização Excludente: desigualdade, exclusão e democracia na nova ordem mundial. Org. GENTILLI, Pablo. Petrópolis: Vozes, 2000, p. 223 – 251.

ANEXO

Questões relativas à entrevista realizada com dirigentes estaduais da Central Única dos Trabalhadores de Santa Catarina.

1. Na concepção da CUT, qual (ais) a (s) causa (s) do desemprego no Brasil?
2. Qual (ais) a(s) proposta(s) da CUT para enfrentar o problema do desemprego?
3. Que papel a formação profissional da CUT desempenha em relação ao enfrentamento do problema do desemprego?
4. No campo da formação, quais as propostas da CUT sobre o desemprego?
5. É possível estabelecer relação entre as propostas da CUT para enfrentar o desemprego e sua estratégia de ação política?
6. Como as propostas da CUT atacam as causas do desemprego?
7. Como você avalia a ação da CUT no combate ao desemprego?